

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS (PPGPP)
MESTRADO PROFISSIONAL**

DANIEL SARMENTO PEREIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: uma
análise sobre a percepção dos egressos quanto a política do *Programa de Permanência e
Êxito* do Instituto Federal Farroupilha no *campus* São Borja/RS (2016 - 2020)**

São Borja - RS

2022

DANIEL SARMENTO PEREIRA

POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: uma análise sobre a percepção dos egressos quanto aos objetivos do *Programa de Permanência e Êxito* do Instituto Federal Farroupilha no *campus* São Borja/RS (2016-2020)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Públicas – Mestrado Profissional da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Muriel Pinto

São Borja - RS

2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

P436p Pereira, Daniel Sarmiento

POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
uma análise sobre a percepção dos egressos quanto a política
do Programa de Permanência e Êxito do Instituto Federal
Farroupilha no campus São Borja/RS (2016 - 2020) / Daniel
Sarmiento Pereira.

127 p.

Dissertação(Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, 2022.

"Orientação: Muriel Pinto".

1. Educação. 2. Políticas Públicas. 3. Programa de
Permanência e Êxito. 4. Egressos. I. Título.

DANIEL SARMENTO PEREIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UMA ANÁLISE
SOBRE A PERCEPÇÃO DOS EGRESSOS QUANTO A POLÍTICA DO PROGRAMA DE
PERMANÊNCIA E ÊXITO DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA NO CAMPUS SÃO
BORJA/RS (2016 - 2020)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

Dissertação defendida e aprovada em: 17 de fevereiro de 2023.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Muriel Pinto

Orientador

UNIPAMPA

Prof.^a Dra. Jaqueline Carvalho Quadrado

UNIPAMPA

Prof.^a Dra. Taniamara Vizzotto Chaves

IFFAR



Assinado eletronicamente por **MURIEL PINTO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 17/02/2023, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **JAQUELINE CARVALHO QUADRADO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 18/02/2023, às 08:53, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1052311** e o código CRC **9DB74CEB**.

Dedico esta dissertação à Joiciléia, minha esposa, educadora e principal incentivadora de minha formação acadêmica; e dedico-a, também, à Maria Eduarda, minha filha, anjo de luz na minha vida, a qual torna meus dias sempre mais inesquecíveis.

AGRADECIMENTOS

Ao fim de uma longa jornada de estudos e muito trabalho, nem sempre é possível agradecer a todos as pessoas que contribuíram para que esse processo fosse consolidado, de forma a especificar uma por uma, se eu tomasse a decisão de elencar o nome de cada ator que contribuiu na minha formação *stricto sensu* correria o risco de esquecer alguns nomes. Porém, sinto-me na obrigação de mencionar alguns, que inclusive por razões do próprio tempo chegam mais facilmente à memória.

A todos os colegas, companheiros de mestrado, obrigado pela convivência virtual, pelas experiências, e adaptações, onde, durante o período de aula, dividimos o ambiente da sala de aula virtual “Meet”, algo novo para mim, uma experiência e tanto, agradeço o quanto aprendi com a troca de ideias, o incentivo, carisma, acolhimento e a confiança, apesar do distanciamento imposto pela pandemia da COVID 19, ao início do ano de 2022 conseguimos com um pouco menos restrições nos conhecermos pessoalmente e até organizar uma confraria para celebrar a vida.

A minha esposa Joiciléia Pires Piêgas, pelas palavras de crédito e de carinho, pelo seu apoio incansável, por sua dedicação como mulher, esposa, companheira, amiga e em 2015 como mãe, agradeço a minha pequena Maria Eduarda, que carinhosamente vinha no quarto quando eu estava recolhido estudando me abraçava, beijava e perguntava, “papai, quando você parar de estudar vamos brincar, falta muito?” Talvez a emoção fosse mais forte que a persistência e muitas e muitas vezes cedi ao seu pedido acompanhando-lhe em suas brincadeiras.

Agradeço aos professores e as professoras do Programa de Pós-Graduação em Política Públicas – mestrado profissional – da Unipampa Campus São Borja por compartilharem seus conhecimentos teóricos e experiências práticas; enfim, momentos significativos de ensino-aprendizagem. Agradeço aos(as) servidores(as) técnicos(as) da Unipampa pelo profissionalismo com que desempenham suas atividades, mas principalmente pela eficiência com a qual disponibilizaram informações e dados úteis durante minha jornada como aluno de mestrado

Meus sinceros agradecimentos ao Professor Dr. Muriel Pinto, o qual não mediu esforço em orientar-me durante o desenvolvimento da dissertação, recorreu aos recursos tecnológicos quando a pandemia da COVID-19 assolou a humanidade e nunca deixou-me

desamparado, meu eterno reconhecimento aos seus ensinamentos sei que sem os quais seria impossível a construção da obra final.

A todos os egressos que participaram da pesquisa a qual serviu de subsídios para a construção do meu trabalho, pela presteza na realização dos questionários, minha eterna gratidão. Agradeço à professora Dr^a. Taniamara Vizotto Chaves, professora Dr^a. Jaqueline Carvalho Quadrado e à professora Dr^a. Lisianne Pintos Sabedra Ceolin, por aceitarem o convite para compor a comissão examinadora desta dissertação e, principalmente, pela leitura criteriosa do texto e pelas sugestões, visando ao aprimoramento do trabalho. Aos servidores da Instituto Federal Farroupilha Professora Ms. Maíra Frigo Flores, a qual muito auxiliou-me com informações sobre o referido programa, agradeço aos servidores da Assistência Estudantil em especial, a Ângela, a Técnica em Assuntos Educacionais Renilza Disconci.

Aos colegas que em coautoria publicamos artigos em livros e revistas, meu muito obrigado pela parceria, seus esforços auxiliaram-me de maneira cooperativa; é justo sermos gratos e reconhecermos às pessoas que contribuem para que nós possamos atingir nossos objetivos calcados pela solidez e ênfase em um produto início e meio...

Não poderia deixar de mencionar minha família, Maria Regina, minha mãe e meu pai Roque, muito obrigado por proporcionarem a minha existência, a minha irmã Sara, pela generosidade, pelo apoio e que faz de mim uma pessoa melhor a cada dia. Com vocês, aprendi valores que hoje me constituem, como honestidade, dignidade, respeito, profissionalismo, justiça, perseverança, determinação, generosidade. Ensinar-me que o conhecimento é a melhor forma de investimento. Minha gratidão.

Agradeço, ainda, a Deus, pelas oportunidades proporcionadas.

A todos(as) vocês peço a proteção Divina.

Muito obrigado!

“A educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal. É através dela que a filha de um camponês se torna médica, que o filho de um mineiro pode chegar a chefe de mina, que um filho de trabalhadores rurais pode chegar a presidente de uma grande nação.”

(Nelson Mandela)

RESUMO

A presente dissertação tem como temática as POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: uma análise sobre a percepção dos egressos quanto aos objetivos do *Programa de Permanência e Êxito* do Instituto Federal Farroupilha no *campus* São Borja/RS (2016 - 2020). A definição legal do PPE está contida na Resolução do CONSUP 178/2014, de 28 de novembro de 2014, sendo essa Resolução um parâmetro legal em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), a ferramenta utilizada pela Instituição de Ensino para realizar os trâmites necessários à concessão de benefícios aos estudantes. A investigação parte da premissa que o PPE é um instrumento “para consolidar a excelência da oferta da EBPTT de qualidade e promover ações para a permanência e o êxito dos estudantes no IF Farroupilha” conforme assegura o objetivo do programa, entretanto as pesquisas com este escopo ainda somam-se incipiente. Nessa dissertação, buscamos acessar a memória dos egressos beneficiários do programa no *campus* São Borja/RS (2016 - 2020), debatendo questões que estão intimamente ligadas ao objetivo geral. Para responder ao questionário e gerar subsídios, delimitou aqueles que foram beneficiários do PPE, pensamos em possibilitar um espaço aos que durante o período de formação acadêmica obtiveram o benefício, os dados existentes até o ano de 2020 somavam-se em sua maioria análises ou avaliações institucionais, aqui reunimos dados oriundos daqueles que na prática foram os maiores beneficiários do Programa, os egresso. Para análise de conteúdo, adotamos uma dupla análise que se complementa pela utilização do Software para a análise qualitativa “MAXQDA 2020”, o MAXQDA é um software para análise de dados qualitativos, utilizou-se também a metodologia de Análise de Conteúdo da professora Laurence Bardin, que aponta para a possibilidade da análise do que foi descrito em meio a uma investigação, construindo e exibindo concepções e relatórios sobre o objeto em estudo. Como resultados finais, podemos considerar, levando em consideração os dados obtidos na investigação que as políticas públicas são o guarda-chuva das políticas sociais, suas ações de inserção, permanência e êxito no universo acadêmico somam-se fundamentais para otimização do objetivo geral do PPE, diante de todos os dados deduz que análise dos egressos destaca-se positivamente em relação ao período que foram beneficiários. Ainda como considerações, pontua-se elementos negativos associados a familiarização inicial com o PPE, onde desprende-se das informações extraídas que o programa passa a ser importante

logo após o ingresso como beneficiário, antes é visto como um vilão dando trabalho e apropriando-se do tempo do estudante.

Palavras-chave: Educação; Políticas Públicas; Programa de Permanência e Êxito; Egressos.

ABSTRACT

The present dissertation has as its theme the PUBLIC POLICIES OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: an analysis of the perception of graduates regarding the objectives of the Permanence and Success Program of the Instituto Federal Farroupilha on the São Borja/RS campus (2016 - 2020). The legal definition of the PPE is contained in CONSUP Resolution 178/2014, of November 28, 2014, this Resolution being a legal parameter in line with the National Education Guidelines and Bases Law (LDB/96), the tool used by the Teaching Institution to carry out the necessary procedures for granting benefits to students. The investigation is based on the premise that the PPE is an instrument "to consolidate the excellence of the quality EBPTT offer and to promote actions for the permanence and success of students at the IF Farroupilha", as the objective of the program ensures, however, research with this scope still add up incipient. In this dissertation, we seek to access the memory of former beneficiaries of the program on the São Borja/RS campus (2016 - 2020), debating issues that are closely linked to the general objective. In order to respond to the questionnaire and generate subsidies, we delimited those who were beneficiaries of the PPE, we thought of providing a space for those who during the period of academic training obtained the benefit, the data existing until the year 2020 added up, mostly, analyzes or evaluations institutions, here we gather data from those who in practice were the greatest beneficiaries of the Program, the graduates. For content analysis, we adopted a double analysis that is complemented by the use of the Software for qualitative analysis "MAXQDA 2020", MAXQDA is a software for qualitative data analysis, we also used the Content Analysis methodology of Professor Laurence Bardin , which points to the possibility of analyzing what was described in the midst of an investigation, building and displaying conceptions and reports about the object under study. As final results, we can consider, taking into account the data obtained in the investigation that public policies are the umbrella of social policies, their insertion actions, permanence and success in the academic universe are fundamental for optimizing the general objective of the PPE , in view of all the data, deduces that the analysis of the graduates stands out positively in relation to the period in which they were beneficiaries. Still as considerations, negative elements associated with the initial familiarization with the PPE are pointed out, where it emerges from the information extracted that the program becomes important soon after joining as a beneficiary, before it is seen as a villain giving work and appropriating of student time.

Keywords: Education; Public policy; Permanence and Success Program; Graduates.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: A Escola de Aprendizes e Artífices, criada em 1909 pelo presidente Nilo Peçanha, com o objetivo de proporcionar oportunidades de trabalho para jovens de classes menos favorecidas	42
Figura 02: O IF Sergipe foi fundado em 1º de maio de 1911 como Escola de Aprendizes e Artífices	43
Figura 03: Retrata o processo evolutivo e a expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no período de 1909-2014	53
Figura 04: A distribuição em 2019 das 661 unidades vinculadas a 38 ifs, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a UTFPR, a 22 Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e ao Colégio Pedro II	53
Figura 05: Em vermelho, à esquerda no mapa do estado do Rio Grande do Sul (RS) a localização do município fronteiro de São Borja, abaixo, à esquerda uma representação do mapa do Brasil e, em destaque, o posicionamento do estado do RS	59
Figura 06: Da esquerda para a direita, imagem da guarita rol principal de entrada no <i>Campus</i> , na sequência vista panorâmica da área institucional	60
Figura 07: Às categorias de análise utilizadas na problematização do texto	89
Figura 08: Palavras apontadas como destaque pelo MAXQDA 2020	104
Figura 09: Resposta obtidas para a pergunta: Como você avalia sua participação no programa?	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Número de participantes da pesquisa por curso –	22
Quadro 02: Procedimentos metodológicos da pesquisa –	25
Quadro 03: Relação evolutiva da educação no Brasil (Séc. XX - XXI) –	36
Quadro 04: Evasão e retenção na Rede Federal, apontamentos do TCU –	71
Quadro 05: Classificação do aluno para o acesso ao PPE –	82
Quadro 06: Classificação dos eventos e valor para o custeio dos estudantes	84
Quadro 07: Indicativo de egresso por cidade –	92
Quadro 08: Resumo dos conceitos estabelecidos nas categorias de análise definidas	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Extrato representativo dos editais - 044/2016 - 122/2020 –	93
Gráfico 02: Demonstrativo de subcategorias explícitas na pesquisa	103
Gráfico 02: Segmentos codificados	105

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- BID** - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- Bird** - Banco Mundial
- CAE** - Coordenação de Assistência Estudantil
- CONSUP** - Conselho Superior
- CF/88** - Constituição Federal 1988
- DAE** - Diretoria de Assistência Estudantil
- CAI** - Coordenação de Ações Inclusivas
- EaD** - Educação à Distância
- EAFA** - Escola Agrotécnica Federal de Alegrete
- EBPTT** - Educação Básica Profissional Técnica e Tecnológica
- ENEM** - Exame Nacional do Ensino Médio
- FMI** - Fundo Monetário Internacional
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IF** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
- IFFar** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
- IFFARR** - Instituto Federal Farroupilha
- INEP** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- IVS** - Índice de Vulnerabilidade Social
- LDB** - Lei de Diretrizes e Bases
- LDBEN** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC** - Ministério da Educação
- PDI** - Plano de Desenvolvimento Institucional
- PIBID** - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
- PNAD** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PNAES** - Programa Nacional de Assistência Estudantil
- PPC** - Projeto Pedagógico do Curso
- PPE** - Programa de Permanência e Êxito
- RS** - Rio Grande do Sul (Estado)
- SETEC** - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
- SIGAA** - Sistema de Gerenciamento e Integração Acadêmica
- TCLE** - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TCU - Tribunal de Contas da União

UNED - Unidade de Ensino Descentralizada

UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1. 1 A COMPOSIÇÃO E INFORMAÇÃO DOS ELEMENTOS QUE FUNDAMENTAM A PESQUISA: O TEMA E A TRAJETÓRIA DA PESQUISA	17
2. O MÉTODO DE PESQUISA USADO NO DESENVOLVIMENTO DA ABORDAGEM QUALITATIVA	24
2. 1 UNIDADE DE ANÁLISE	27
2. 2 UNIDADE DE ESTUDOS	28
2. 3 AMOSTRA	28
2. 4 TÉCNICA DE SELEÇÃO E COLETA DE DADOS	30
3. O CENÁRIO ESTRUTURAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	33
3. 1 A EDUCAÇÃO NO BRASIL: TRAÇOS DE HISTÓRICA TRAJETÓRIA	35
3. 2 O PREÂMBULO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	40
Período I: Brasil Império antes do Estado Novo (1888 - 1929)	41
Período II – Era Vargas até Regime Militar (1930-1964)	44
Período III – Regime Militar 1964 - 1985) até período pré-Constituição	46
Período IV: Constituição de 1988 ao FHC (2002)	47
Período V: Governo Lula ao Governo Dilma (2003 - 2016)	48
3. 3 A GÊNESE DA VERTICALIZAÇÃO NOS IFs: um espaço para educação superior	55
4. HISTORICIDADE DA IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS NO MUNICÍPIO FRONTEIRIÇO DE SÃO BORJA E A POLÍTICA INSTITUCIONAL DO PROGRAMA DE PERMANÊNCIA E ÊXITO	57
4. 1 O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA - IFFAR: OS PRIMEIROS PASSOS DE SUA IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO.	59
4. 2 O TRAÇADO DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DO PROGRAMA DE PERMANÊNCIA E ÊXITO NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA	62
4. 3 ANO DE CRIAÇÃO DO PROGRAMA	63
4. 4 ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL DE PERMANÊNCIA E ÊXITO: DA TEORIA À PRÁTICA	67
4. 4. 1 Antecedentes ao PPE	68

4. 4. 2 Normativas e regramentos	70
4. 4. 3 Destinatários	74
4. 4. 5 Requisitos de admissão	75
4. 4. 6 Bens e serviços que outorga	78
4. 4. 7 Financiamento, fontes e valores	78
4. 4. 8 Prazos e vigências	79
4. 4. 9 Sistema e funcionamento do PPE	80
4. 5 CONHECENDO O UM POUCO DOS ACADÊMICOS/EGRESSOS DO IFFAR/São Borja-RS	84
5. ANÁLISE DOS MATERIAIS E RESULTADOS ENCONTRADOS	88
5. 1 A ANÁLISE DE CONTEÚDO: UMA POLÍTICA PÚBLICA, A INFERÊNCIA DOS RESULTADOS NA INTERPRETAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	90
5. 2 UMA GEOGRAFIA EXTRATO OS LOCAIS DE ORIGEM DE CADA EGRESSO PARTICIPANTE DA PESQUISA E DO PROGRAMA EM INVESTIGAÇÃO	90
5. 3 O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE PERMANÊNCIA E ÊXITO, COMO ESSE PASSOU A SER PERCEBIDO NA TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS EGRESSOS BENEFICIÁRIOS	92
5. 4 DAS EXPECTATIVAS AOS RESULTADOS: A PERCEPÇÃO DO PPE NA TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO DO(A)S EGRESSO(A)S BENEFICIÁRIO(A)S DURANTE A FORMAÇÃO ACADÊMICA	99
5. 5 EVASÃO E RETENÇÃO: DO PROBLEMA PÚBLICO AO PROGRAMA DE PERMANÊNCIA E ÊXITO	105
5. 6 A DISSERTAÇÃO FALA PELA MEMÓRIA DO(A)S EGRESSO(A)S: DA CONCEPÇÃO DE SUCESSO/ÊXITO ACADÊMICO	106
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	116

1. INTRODUÇÃO

1.1 A COMPOSIÇÃO E INFORMAÇÃO DOS ELEMENTOS QUE FUNDAMENTAM A PESQUISA: O TEMA E A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

As linhas iniciais deste trabalho estão construídas para contar sobre os elementos que foram primordiais e fundamentaram o projeto para ingresso no Programa de Mestrado da Unipampa em Políticas Públicas, não distante da experiência profissional do contato com os alunos; e neste momento, o uso da palavra aluno será proposital e em sentido amplo abrangendo aos cursos técnicos e superiores, apesar do propósito desta dissertação estar delimitado apenas aos cursos superiores da Instituição.

O momento de prática profissional construído no espaço do Instituto Federal Farroupilha - *Campus* São Borja, ficou intimamente ligado ao momento formativo *stricto sensu*, em especial na decisão tomada para a estruturação do tema de investigação, as atividades desenvolvidas como docente no cotidiano da instituição foram definidoras para o desenho de um projeto inicial de mestrado, a fim de pensar na possibilidade de análise sobre como o PPE era percebido pelos alunos que dele foram em determinado momento beneficiários.

A experiência docente no universo do IF enriqueceu-me de maneira imensurável, mas também aguçou inquietações que ficaram latentes por anos, o tema da dissertação resume um pouco do que está em discussão e do que continua sendo pesquisado, foram esses fatores que somaram-se determinantes na decisão por pesquisar o PPE.

Dado ao fato das inquietudes já existentes de uma leitura da realidade social de muitos alunos, além de momentos marcados por críticas direcionadas às políticas para acesso e permanência, razão pela qual tornava-se espaço para longas discussões, acirrando acalorados debates com ideologias distintas, onde uma frase tornava-se frequente nessas conversas: “precisam compreender a realidade dos estudantes”. Essas reações tomadas pelos alunos hoje justificam a concretização deste trabalho que foi desenvolvido no período de mestrado. Nessa direção, Saviani abaliza que:

Consequentemente, o que provoca o impulso investigativo é a necessidade de responder a alguma questão que nos interpela na realidade presente. Obviamente isso não tem a ver com “presentismo” nem mesmo com o “pragmatismo”. Trata-se da própria consciência da historicidade humana, isto é, a percepção de que o presente se enraíza no passado e se projeta no futuro. (SAVIANI, 2008, p. 4).

O fenômeno da evasão e retenção escolar tem sido alvo de diversos estudos na literatura científica, dados diversos são encontrados estabelecendo um panorama dos índices

de evasão e retenção a partir do olhar docente, de especialistas da área educacional, de cientistas políticos, além de outros amante da temática; uma série de informações dispostas pelo ângulo institucional de domínio público, com dados e fontes documentais que de certa forma somam-se valiosos, no entanto, a carência de estudos que apontem dados abstraídos dos atores/alunos que por sua vez são os sujeitos mais afetados com a problemática da evasão e retenção, ainda mostram-se incipiente.

De acordo com Lozano (2012), a teoria da evasão escolar possui uma divisão que se fundamenta em duas perspectivas de análise distintas: sendo a primeira, aquela que condiciona explicar o fato por meio teórico, por meio da psicologia, da sociologia e a que busca mecanismo para medir o problema, essa atrelada a concepções mais empírica.

É importante a percepção de acordo com a professora Alda Maria Duarte Araújo Castro (2011) que a educação assumiu definitivamente um lugar de destaque no mundo contemporâneo, pois o acesso ao ensino na sociedade do conhecimento e da informação deve promover mudanças na formação dos agentes sociais desenvolvendo recursos e potencialidades na aprendizagem, com o objetivo de melhorar a competitividade.

Um dos desafios enfrentados pelo Brasil é oferecer ensino de qualidade, manter crianças, jovens e adultos, nos espaços educacionais para promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional. Visando a concretização do acesso, permanência e êxito nas instituições de ensino, o Governo Federal em especial nas últimas duas décadas empreendeu inúmeras políticas públicas para atender a um contingente cada vez maior de pessoas que estão buscando formação no nível superior, universo foco desta investigação.

O espaço, cenário desta pesquisa, delimita-se ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - *Campus* São Borja município interiorano no estado do Rio Grande do Sul, conhecido por sua importância histórica, “Sete Povos das Missões, Terra Dos Presidentes, Cidades Gêmeas” além de outras características que também somam-se relevantes; têm sua atual economia baseada no comércio, na agricultura e na pecuária. Os municípios da Região da Fronteira Oeste são caracterizados pela grande expansão territorial, o que imprime uma dinâmica econômica centralizadora de recursos e com grande desigualdade social.

Nesta localização geográfica, o IFFar busca atender com sua oferta nos cursos de graduação às demandas e exigências sociais, econômicas que possam contribuir para o desenvolvimento da sociedade local e regional. Por fim, devem ser capazes de responder aos anseios da sociedade, contribuindo para uma formação científica de qualidade e

oportunizando o pleno desenvolvimento humano, condizente com as exigências do mundo do trabalho, ancorando-se também essa formação acadêmica em uma perspectiva de bem estar social de seus egressos, bem como na construção de uma sociedade mais democrática, mais justa, inclusiva e solidária.

Diante disso, o problema de pesquisa visou responder a seguinte pergunta que orienta a presente Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas: Quais são as contribuições do PPE no Instituto Federal Farroupilha Campus São Borja aos egressos beneficiários em sua formação acadêmica?

Para responder à pergunta de pesquisa e reflexões decorrentes foi proposto o seguinte objetivo geral para esta investigação: Analisar como os egressos da educação superior perceberam a Política Pública do Programa de Permanência e Êxito no Instituto Federal Farroupilha *Campus* São Borja e a significação no processo de formação acadêmica.

Para viabilizar o êxito deste objetivo geral foram definidos alguns objetivos específicos, já anteriormente citados, que buscam mapear através de uma geografia extrato os locais de origem de cada egresso participante da pesquisa e do programa em investigação, sucessivamente buscou-se compreender como esse programa passou a ser percebido na trajetória de formação dos egressos beneficiários; analisou os elementos que traduzem as informações sobre as ações percebidas pelos beneficiários, e por fim analisou-se as relações intrínseca entre as políticas públicas e o PPE.

A relação da evasão e retenção nas instituições públicas de ensino ainda pouco estudada quando observado o acadêmico como objeto de análise; impacta nos índices quantitativos e conseqüentemente afeta o êxito qualitativo na vida acadêmica, o tema discutido por diferentes autores brasileiros, dentre os quais destaco a professora Rosemary Dore, Doraci Alves Lopes, Cristiane Aparecida dos Santos Baggi. Ao estudar a temática da evasão e retenção nas instituições de ensino superior em relação a formação exitosa, LOPES (2011) constata que a evasão pode ser compreendida como interrupção no ciclo de estudos, desistência, abandono, todo aluno que não tenha concluído no prazo máximo a integralização de sua formação. BAGGI; LOPES (2011) argumenta que a “evasão tem múltiplas razões, dependendo do contexto social, cultural, político e econômico em que a instituição está inserida”.

Para a pesquisadora DORE (2011) a evasão ou abandono escolar é um processo que tem natureza multiforme, essa decisão de “fracasso” está condicionado por vários fatores que ao longo dos dias vão distanciando o acadêmico de seu objeto, e conseqüentemente a saída da instituição. A educação superior pode ser considerada como um dos alicerces para

desenvolvimento da sociedade e do agente social, observando a Constituição da República Federativa do Brasil - CF/1988 na medida em que é instrumento necessário para o pleno desenvolvimento humano. Para o magistrado federal, professor de Direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), “A educação um direito social, ela tende a reduzir as desigualdades sociais. Mas, para isso, é necessário democratizar o acesso à educação, principalmente ao ensino superior.”

Discutiu-se esse tema, pela lógica da matriz que constitui em larga escala o respeito à dignidade humana. Esse preceito vem sendo expresso em inúmeros documentos, tratados, acordos nacionais e internacionais dos quais o Brasil é signatário, e corroborado na legislação brasileira que trata da educação, em especial na LDB/1996, com foco na teoria de que: O direito social é dever do Estado, para corresponder às aspirações da sociedade por um País democrático, justo e isonômico, traduzindo-se em ações que visem dar respostas públicas aos compromissos socialmente assumidos em cada uma das instituições, tanto fortalecendo o processo de inserção cidadã como contribuindo para o desenvolvimento pessoal e profissional dos agentes sociais, para o desenvolvimento local, regional e nacional.

Há que se levar em conta o Documento Orientador da (SETEC, 2014 p.14) que destaca a educação como: “direito de cidadania, para formar pessoas críticas, autônomas, emancipadas e competentes tecnicamente, ativas na dinâmica do convívio social e partícipes na definição dos projetos de desenvolvimento nos âmbitos público e privado, pessoais e coletivos”, ainda pode se observar no mesmo Documento que a educação é considerada como: “bem público, na perspectiva da inclusão e valorização da educação profissional e tecnológica como política pública, comprometendo-se o Estado com a qualidade social”.

Percebe-se que o conceito de educação para o pleno desenvolvimento impõe-se como requisito político e pedagógico para que as instituições cumpram sua função social. Na presente pesquisa de dissertação, investiga-se o tema priorizando-se, no entanto, numa perspectiva teórica, onde a base que fundamenta a pesquisa é extraída dos que vivenciam a prática educacional no dia a dia, “os sujeitos da pesquisa”, com isso, busca-se compreender como a intervenção do Estado com suas políticas públicas na educação superior, contribui para a permanência e êxito no processo formativo dos egressos da educação superior no IFFar *Campus* São Borja.

A pesquisa justifica-se por ser a educação superior uma questão de soberania conjunta Estado-instituições educacionais-cidadão, para cumprir a função social e os compromissos firmados com a expansão do direito e a universalização do acesso à educação. Assim compreende que o acesso à vaga universitária faz-se primordial, mas não significa o caminho

para permanência e êxito, é necessário a existências de políticas públicas relevantes no sentido de assegurar a permanência e acima de tudo o êxito no processo formativo.

A educação superior, tema relevante e indispensável para o “pleno desenvolvimento humano” conforme destaca a Constituição da República Federativa do Brasil - CF/1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB/1996. Considera-se que a partir da educação superior pode-se promover o desenvolvimento do espírito científico, aumentando a qualificação profissional e diversificando o desenvolvimento local, regional e sucessivamente do País, além de contribuir para a criação cultural e pensamento reflexivo dos agentes sociais.

Este estudo buscou colaborar com a pesquisa científica ampliando o debate sobre o propósito da linha de pesquisa Análise de Programas, Projetos e Políticas Governamentais do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Unipampa (PPGPP-UNIPAMPA). Organiza-se assim, como uma maneira de aprofundar os estudos em relação à temática que possibilitam compreender os efeitos que as políticas públicas em educação refletem na instituição, na vida social e acadêmica dos beneficiários do PPE, contribuindo também em torno do desenvolvimento local e regional.

Com base em Harold Lasswell (1948) que introduz pela primeira vez a expressão *policy analysis* (análise de políticas públicas), para esse autor, busca-se uma análise do processo político que se desenvolve nos espaços sociais, como objeto de estudo alternativo aos objetos tradicionais da ciência política, isto é, alternativo ao estudo das instituições, dos agentes públicos, dos grupos de interesse, elites e questões clássicas do poder; a análise que aqui segue, ancora-se nos beneficiários da política pública.

Ressalta-se que a evasão, retenção e o não êxito, intervêm na economia do Estado/Nação, pelo fato de onerar os cofres públicos, a partir de vagas ociosas, reprovação e desistência e pela não qualificação ocasionada pelo abandono. A pesquisa traz subsídios para o entendimento em relação ao que percebe-se face às contribuições da política pública do PPE, na percepção dos egressos beneficiários durante seu período de formação, a obtenção de informações constitui-se com enfoque provocativo mostrando a relação de clientela que se estabelece entre os entes federados e os agentes sociais somando-se como elementos balizadores, e contributivos na tomada de decisões de agentes públicos e gestores da área educacional, estimulando e fortalecendo o desenvolvimento de ações cada vez mais próximas da demanda discente.

Optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória, conforme (DIEHL; TATIM, 2004), o processo de percepção o qual se analisou encontra-se inter relacionado a diversos fatores, neste sentido, utilizou-se de procedimentos para descrever

com profundidade o problema/hipótese, compreender e explicar a complexidade do fenômenos no contexto educacional, vivenciados pelos egressos dos cursos superiores do IFFar *Campus* São Borja, participantes do PPE institucional, (Velasco y Díaz de Rada, 1997) consideram que o ambiente das instituições de ensino apresenta uma multiplicidade de informações proporcionadas pela heterogeneidade das pessoas.

O estudo expõe a percepção dos egressos, sujeitos da pesquisa, atores sociais, beneficiados pelo PPE. Além destes, os dados de domínio público do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), Plataforma Sucupira, complementaram à base de análise da pesquisa.

Os sujeitos da pesquisa foram egressos dos cursos superiores do IFFar *Campus* São Borja no período de 2016 a 2020. Os mesmos responderam o questionário composto por 32 perguntas abertas e fechadas.

QUADRO 01: NÚMERO DE PARTICIPANTES DA PESQUISA POR CURSO.

Nº	IFFar - Campus São Borja - Curso	Egresso
01	Licenciatura em Matemática	(5)
02	Licenciatura em Física	(01)
03	Tecnologia em Gestão de Turismo	(01)
04	Tecnologia em Gastronomia	(02)
05	Bacharelado em Sistemas de Informação	(01)

Fonte: Própria do autor, 2022.

A estrutura organizacional desta dissertação obedece à seguinte forma: No Capítulo I, está elencada a introdução, apresentação e contextualização da pesquisa, bem como o problema a ser respondido, os objetivos e a justificativa.

No segundo capítulo faz-se uma revisão teórica sobre o cenário estrutural das políticas públicas da educação no Brasil, fundamentou-se neste espaço uma retrospectiva histórica; e para finalização do capítulo estabelece um recorte falando sobre verticalização da educação, a expansão e interiorização da instalação das unidades de Instituições Federais de Educação Superior, através do Decreto n. 6.096/2007 e da Lei 11.892/2008 de criação dos IFs.

No terceiro capítulo tem-se um olhar voltado para a historicidade da implementação do *Campus* que se localiza no município fronteiro de São Borja/RS, microrregião¹

¹ Segundo o portal da FEEDADOS Microrregião - é definida como parte das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Essas especificidades referem-se à estrutura de produção, agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca. A organização do espaço microrregional é também identificada pela vida de relações em nível local, isto é, pela interação entre as áreas de produção e locais de

campanha ocidental; ainda nessa conformação um apanhado teórico sobre a política institucional do PPE. No quarto capítulo expõe-se os aspectos metodológicos desenvolvidos na construção deste estudo. No quinto capítulo, apresenta-se os resultados e informações construídas, tendo como base teórica os sujeitos da pesquisa e as conexões estabelecidas com autores que conversam com essa temática de pesquisa, por fim, as considerações finais, seguida das referências.

beneficiamento e pela distribuição de bens e serviços de consumo frequente. Assim, a estrutura da produção para identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante, envolvendo a produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais.

2. O MÉTODO DE PESQUISA USADO NO DESENVOLVIMENTO DA ABORDAGEM QUALITATIVA

Este espaço está dedicado à apresentação do tipo de pesquisa que foi desenvolvida, o embasamento teórico sobre a orientação metodológica proposta, configura-se aqui, em uma apresentação com subtítulos, do método de pesquisa, da unidade de análise, unidade de estudos, amostra e por fim, mas não menos importante a técnica de seleção de dados. Compõem-se de um espaço sucinto mas explicativo, dos sujeitos que participaram da pesquisa e dos instrumentos de pesquisa utilizados.

Assim nos orienta Gil (1999, p.42), destacando que:

O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. A partir dessa conceituação, pode-se, portanto, definir pesquisa social como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social.

Essa dissertação busca a produção do conhecimento sobre a realidade do campo de investigação. Dito isso, o estudo tem como delineamento o método qualitativo, pois os estudos qualitativos podem descrever com profundidade o problema, vai ao encontro da proposta do materialismo histórico e dialético. Flick (2009) descreve a investigação qualitativa como um espaço onde ocorre a análise de fenômenos concretos, relacionados com as particularidades de um determinado local e tempo.

A análise, parte das relações perceptivas dos egressos com as políticas públicas do PPE, situado em um recorte de tempo e espaço, para isso o pesquisador desenvolveu uma atitude de pesquisa, com uso de técnicas já existentes e habilidades, explorando com curiosidade cada informação, mas mantendo o cuidado necessário para com a manipulação dos dados.

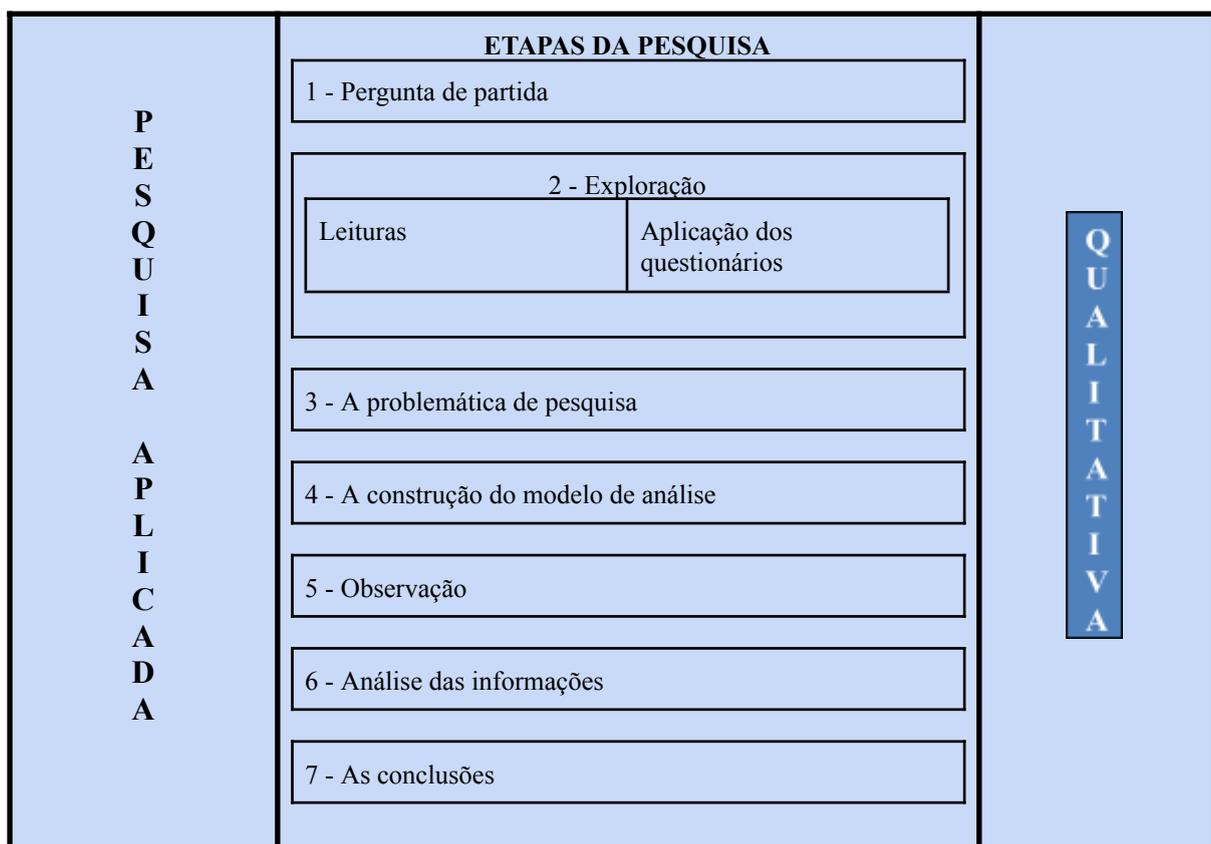
Neste capítulo apresentar-se-á o método utilizado para construir este instrumento. Gil (2011) considera que: “(...) método é o caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”. Se analisarmos o Dicionário Enciclopédico Português (2006) este por sua vez, caminha na mesma direção, define o método como o “processo racional para chegar a determinado fim”. Ainda, Segundo (MEYER; PARAÍSO, 2012, p.16), o termo metodologia é tomado “[...] de modo bem mais livre do que o sentido moderno atribuído ao termo método”. Metodologia consiste em “[...] um certo modo de perguntar, de interrogar, de formular

questões e de construir problemas de pesquisa que é articulado a um conjunto de procedimentos de coleta de informações”.

Assim, procurando responder às questões levantadas pelo tema, a pesquisa se aproxima de métodos e procedimentos que levam a este, pois segundo Kopnin (1978), é o método que auxilia na compreensão das indagações levantadas é fundamental no processo da produção do conhecimento almejado, portanto, é a partir de método adequado que a pesquisa ganha forma, qualidade, credibilidade e compromisso social.

Para finalizar tal parte, é possível conhecer os procedimentos metodológicos utilizados pelo pesquisador para a construção e incorporação dos dados, o desenho da pesquisa foi sendo estruturado passo a passo tendo como principal guia a estrutura de Quivy (1995), de maneira que o trabalho começa a ganhar forma e configuração própria, conforme quadro 02.

QUADRO 02: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020, tendo como base QUIVY, 1995.

Demonstrado a estrutura sequencial da dissertação, o trabalho configura-se pelo método qualitativo, o processo de percepção o qual se analisa encontra-se inter relacionado a diversos fatores, neste sentido, utiliza-se de procedimentos para analisar, descrever, compreender e explicar os fenômenos das percepções demonstradas através da multiplicidade

de informações.

Para (GIL, 1999; CERVO; BERVIAN; SILVA, 2006), pode-se dizer que nesse tipo de investigação não há uma preocupação com “medidas, quantificações ou técnicas estatísticas de qualquer natureza. Busca-se compreender, com base em dados qualificáveis, a realidade de determinados fenômenos, a partir da percepção dos diversos atores sociais”. De acordo com Creswell como citou (Irene Vasilachis de Gialdino, 2006, p. 02) considera que: “la investigación es un proceso interpretativo de indagación, basado en distintas tradiciones metodológicas [...]”, na sequência, ainda complementa a autora: “Quien investiga construye una imagen compleja y holística, analiza palabras, presentan detalladas perspectivas de los informantes y conduce el estudio en una situación natural”.

O processo investigatório qualitativo permite-nos posicionarmos frente a uma realidade desde uma perspectiva analítica, compreensiva, integradora e com elementos multideterminados por fenômenos sociais e políticos, assim como são desenhadas as políticas educativas, as políticas de ingresso e as políticas de transferência de renda, entre outras; é diante desses significados, em especial, aqui tratado no recorte da investigação “Programa de Permanência e Êxito” que um estudo da realidade vivida pelo egressos permite-nos acessar pontos até então imperceptíveis, pouco observáveis ou objeto de investigação ainda incipiente.

Cabe salientar que tomada a rigorosidade necessária, nos habilita a descrever e caracterizar adequadamente a complexidade dos processos analisados, captar informações que encontram-se contidas nas partes, nas entrelinhas, nas agruras esboçadas com palavras e se entrelaçam no decorrer da investigação como as demais informações obtidas nos questionários.

Além da integração, dos cuidados necessários com a definição e delimitação do tema, a investigação realizou um estudo exploratório, baseado em um enfoque metodológico qualitativo, de forma que os elementos particulares ao agente social fundamentam o conhecimento descoberto até então oculto, retraído e, que agora manifesta-se através da pesquisa.

Compreende-se o propósito de um estudo exploratório como, “el objetivo es examinar un tema o problema de investigación poco estudiado o que no ha sido abordado antes”, conforme Sampieri *et al* (2004, p. 42-43). No mesmo sentido, soma-se a definição de Chaer *et al* (2012, p. 254) consideram que as pesquisas exploratórias servem “para um primeiro conhecimento de temas e fatos menos estudados e menos conhecidos. Seria uma etapa inicial para um posterior aprofundamento temático”.

Há que salientar que investigações que tratem com afinco sobre a percepção dos egressos quanto a Política Pública do *Programa de Permanência e Êxito* (PPE) no Instituto Federal Farroupilha no *Campus* São Borja, na educação superior, até o momento mostram-se incipientes, ou com propósito diferente do abordado nessa dissertação, existem trabalhos quantitativos que traduzem a abrangência do programa, outros que retratam sua relevância a partir de uma visão institucional, porém, especificamente sobre o tema nada objetivo.

Creriosamente uma das grandes perspectivas exposta nessa dissertação é a valorização do sujeito como elemento ativo, levando a cabo o seu ponto de vista como elemento fundante, para que assim, compreenda-se a maneira como o mundo da cotidianidade acadêmica é sentido, experimentado e vivido pelo estudante o qual foi beneficiário do programa de permanência e êxito na instituição durante seu período de formação.

Objetivamente buscou analisar com base nos atores as interpretações que fazem sobre a política pública inclusiva/contributiva do programa, a relação estabelecida, como constroem os significados intersubjetivos em seu meio educacional, social e até mesmo cultural, contextualizando o processo de inclusão que se desenvolvem desta política.

Como objetivo geral, a intenção desta investigação foi analisar como os egressos da educação superior perceberam a Política Pública do Programa de Permanência e Êxito no Instituto Federal Farroupilha *Campus* São Borja e a significação no processo de formação acadêmica. Como objetivos específicos, mapeou-se através de uma geografia extrato os locais de origem de cada egresso participante da pesquisa e do programa em investigação; sucessivamente buscou-se compreender como esse programa passou a ser percebido na trajetória de formação dos egressos beneficiários; analisou os elementos que traduzem as definições atreladas à percepção, e por fim analisou-se a relação entre a política pública e o PPE.

2. 1 UNIDADE DE ANÁLISE

Esta unidade compreende a entidade maior e representativa do que pretende-se investigar, tem-se como objeto específico de investigação e refere-se ao elemento de interesse do investigador. A compilação desses dados, através do questionário realizado com os egressos da educação superior buscaram embasamento referente ao tema, a iniciativa viabilizou condições para estruturar o trabalho e reproduzir as mais próximas possíveis dimensões perceptíveis em relação ao problema de investigação.

Nesse sentido, considerando a caracterização teórica de Carlos Sabino sobre “El Proceso de Investigación” (1996), a unidade de análise encontra-se constituída com base nos egressos da educação superior, beneficiários do Programa de Permanência e Êxito. Para o autor, cada pessoa é uma fonte de informação, traduz elementos particulares de seu meio, essa concepção de espaço determina que cada dado é provenientes particular ao sujeito, sendo que cada uma das partes constitui-se em sua origem e na fonte de informação que se obtém.

A propósito, essas fontes são representatividades precursoras imbuídas de significados e a partir delas determina-se a unidade de análise, o conjunto e a soma de todas essas unidades fundamentam e estruturam o universo de investigação do qual determinou-se a mostra que foi necessária para lograr êxito e representatividade científica no processo de desenvolvimento do produto final.

2. 2 UNIDADE DE ESTUDOS

Essa unidade caracteriza-se pelo conjunto de egressos dos cursos de educação superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - *Campus* São Borja, beneficiários do Programa de Permanência e Êxito.

2. 3 AMOSTRA

Haja vista, a utilização do método qualitativo o qual proporciona a possibilidade de obter-se dados significativos sobre o PPE na vida acadêmica dos egressos, esse por sua vez, é traduzido por aquilo que não pode ser mensurável, a realidade e o sujeito são elementos indissociáveis. Assim sendo, quando se trata do agente social, levam-se em consideração seus traços subjetivos e suas particularidades. Tais pormenores dificultam a tradução em números, mas podem ser fontes para exploração através do método de pesquisa qualitativa.

A estrutura científica utilizada para obtenção da amostra segue a mesma linha teórica acima indicada, oferece elementos para serem observados e constitui-se como sendo do tipo “intencional”, essa por sua vez, reporta todos os parâmetros de relevância necessários para sua subjetividade, observa-se todos os pormenores e as categorias dimensionadas que fundamentam o estudo. Esclarece Poupart *et al* (2014, p. 58) que “objetivo da mostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações”.

Quanto aos critérios para a seleção dos egressos, ocorreu de forma direcionada, levando em consideração o fato de todos terem sido beneficiados em algum período durante o processo de formação acadêmica, ter sua graduação concluída até 2020. Faz-se necessário lembrar que, o fato do pesquisador ter trabalhado nas disciplinas de Sociologia da Educação, Ética Profissional e Filosofia da Educação, nos anos de 2018 e 2019 com algumas turmas, estreitou os laços e dimensionou um conhecimento sobre alguns acadêmicos na época.

É possível considerar que o fato de existir um conhecimento prévio sobre alguns egressos tenha alargado as fronteiras para o diálogo, acesso aos contatos e suas experiências em relação ao programa, não obstante, é possível considerar que conversas rotineiras com os acadêmicos na época, nos espaços extra sala de aula, como cantina, espaço de convivência(aquário), eventos esportivos, eventos científicos, entre outros, corroboraram para a quebra de paradigma do desconhecido, construindo-se assim uma relação professor/aluno com laços de proximidades, diminuindo as barreiras para aceitabilidade em responder o questionário para a coleta de dados.

Os critérios de definição dos egressos podem ser legitimamente observáveis a partir dos instrumentos de seleção que compõem a amostra, estão restritos aqui há condicionantes que definem-os como participantes ou não participantes da pesquisa. Ora, essa definição fundamenta-se pelas seguintes condicionantes:

- Egresso no período de 2016 a 2020 em alguns dos cursos superiores do IFFar - *Campus São Borja*;
- Beneficiários do Programa de Permanência e Êxito, uma ou mais vezes durante o período de graduação;
- Apresentaram interesse em contribuir com sua experiência para a pesquisa;
- Responderam o questionário por completo e deram devolutiva;
- Aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Tais são os requisitos formais estabelecidos, o fato de trabalhar com amostra que apresenta uma heterogeneidade em relação aos benefícios, caracteriza-se como forma de obter percepções distintas, assim põe-se em foco, um agente que posiciona-se em relação à vida universitária pós programa, dimensionando sua percepção sobre o objetivo geral deste da pesquisa.

Como uma prova lógica, é relevante pontuar que egressos que passaram por uma instituição educacional, mas encontram-se sobre influências desencadeadas pelo habitus, por experiências bibliográficas distintas, por fatores sociais, econômicos, culturais, etc., possam contribuir com essas heterogeneidades, agregando distintas significações ao trabalho.

Os cursos superiores quando do início de uma nova turma culminam sempre no início do ano civil “fevereiro”, estes por sua vez, iniciam suas atividades com um número de 30 novos estudantes matriculados de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONSUP/IFFar, é natural que gradativamente esse número tende a diminuir levando em consideração as várias circunstâncias da vida social, profissional e universitária, diante da realidade de cada um, assim o número de formandos por curso cai drasticamente.

De forma intencional foi realizada a escolha dos egressos, essa por sua vez resultou na análise dos editais de 2016 a 2020 sendo observado 69 páginas no site institucional com 14 editais por páginas, sendo o primeiro edital nº 056/2016 e o último edital nº 122/2020 analisado.

Porém é possível dizer que a amostra foi selecionada levando em consideração uma complementaridade, ou seja, tipos de amostra distintos, sendo que em um primeiro momento inicia-se com a oportunista e depois continua com amostra bola de neve, tendo sempre o cuidado de manter a rigorosidade em relação aos critérios pré estabelecidos para seleção. Do universo de egressos dos cursos superiores, todos os selecionados estão excluídos os não beneficiados pelo PPE durante o recorte temporal, a seleção foi realizada por meio de critérios levando em consideração atingir os objetivos propostos.

2. 4 TÉCNICA DE SELEÇÃO E COLETA DE DADOS

Este trabalho teve como instrumentos iniciais de pesquisa a base teórica desenvolvida durante o curso *strico sensu* em políticas públicas e os documentos institucionais disponíveis sobre o tema. Posteriormente utilizou-se o questionário que foi realizado com os egressos, podendo ser conhecido seu esboço na apêndice A e respectivamente o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) na apêndice B. Os dois primeiros instrumentos serviram para embasar, relacionar, analisar e interpretar os subsídios teóricos a respeito da temática em questão.

A técnica de utilização do questionário de acordo com o Gil (1999, p. 128), pode ser definida “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. Dados revestidos de um caráter político, econômico, social e cultural, que somar-se-ão como subsídios para o atingimento do propósito inicial dessa análise.

Para as autoras Marconi e Lakatos (2003), o questionário constitui-se como um instrumento de recolha de dados, favorecendo uma objetividade acerca de um grande agrupamento de respostas. Ainda afirmam que o uso do questionário proporciona uma pesquisa ampla, assim como o tempo de resposta flexível aos sujeitos participantes, sem a intervenção do pesquisador. Diante disso, reconhecemos que este instrumento de pesquisa favoreceu o alcance do objetivo pretendido. Ou seja, analisar como os egressos da educação superior perceberam a Política Pública do Programa de Permanência e Êxito no Instituto Federal Farroupilha *Campus* São Borja e como isso significou no processo de formação acadêmica.

Qualquer questionário tem como objetivo abrir uma área livre entre os interlocutores que respeitam o objetivo das perguntas reduzindo por consequência a área secreta do respondente/investigado e a área cega do investigador e da própria sociedade. Notoriamente percebe-se que são elementos que se prestam para fornecer dados e permitem conhecer a realidade do campo de pesquisa.

Aplicou-se o tipo questionário com perguntas abertas e fechadas. Observando que, questões abertas: oferece maior condição para análise da opinião dos egressos sobre o tema. Sua interpretação é mais complexa, porém representa melhor as ideias dos pesquisados em comparação aos questionários fechados.

É conveniente pontuar que, em virtude da pandemia de covid-19 que assolou a humanidade, a coleta de dados se realizou por intermédio do aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, posteriormente, pela realização do questionário com perguntas abertas e fechadas que totalizam 32, enviadas via plataformas virtuais, e-mail ou whatsapp, utilizando a plataforma do Google Drive para criação de pastas, organização do conteúdo recebido, compartilhamento e tabulação dos dados.

Esta ferramenta possibilitou, uma otimização do tempo e dos materiais, levando em consideração os cuidados com o meio ambiente, evitando posteriormente descarte de materiais utilizados na coleta de dados, rapidez no acesso do material em manipulação e análise, assim como, do ponto de vista do respondente, é mais conveniente, o envio do questionário via plataformas virtuais, e-mail ou whatsapp; sendo que assim, pode acessar no tempo e local que cada um considerar viável para responder. (VIEIRA; CASTRO; SCHUCH, 2010, p. 5) consideram que:

As pesquisas on-line podem ser consideradas muito semelhantes metodologicamente às pesquisas realizadas utilizando questionários auto preenchidos ou por telefone, diferindo apenas na maneira como são conduzidas.

Geralmente são usados dois meios para esse tipo de pesquisa, ou são conduzidas em uma página na Internet, ou com o uso do e-mail, sendo que na primeira o instrumento de coleta de dados deve ser postado na rede para que os usuários acessem e respondam-no, já na segunda opção o instrumento é enviado para o endereço particular da pessoa, não sendo necessário que ela visite outras páginas na Internet.

Por fim, para análise de dados, utilizou-se categorias de análises que surgiram a partir das reflexões do pesquisador, estabelecidas e estruturadas de forma que fosse possível alcançar os objetivos no qual a pesquisa se propôs.

3. O CENÁRIO ESTRUTURAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Falar do histórico da educação brasileira é lembrar dos filhos de portugueses, dos descendentes de europeus, dos africanos, dos jesuítas e dos próprios indígenas, ambos recebiam um ensinamento, no entanto, de forma diferenciada. O conhecimento repassado aos alunos não se restringia à propagação de um ensino com base comum, envolvia as ideologias das elites brancas da época. A diferenciação do ensino para o público privilegiado era um pedido que vinha de cima, feito pela própria elite colonial que morava no Brasil, se a observação for realizada com maior afinco no processo de desenvolvimento educacional, é fácil perceber os ranços e avanços que sempre estiveram presente na interface deste cenário.

A concepção histórica da educação como processo inserido na luta pela construção de uma sociedade mais humana, mais justa, mais igualitária, dotada de desenvolvimento ou melhor dizendo de pleno desenvolvimento, manifesta-se como algo recorrente, possui um caráter formativo e denso em prol de uma sociedade cada vez mais desenvolvida. É importante perceber que a educação estrutura-se através de métodos e diretrizes, ou seja, políticas públicas que visam instigar e nortear a execução das ideias de uma coletividade, em suma, é por meio dela que o processo evolutivo ganha espaço, desenvolvimento tecnológico e expande-se, mudando a vida dos atores sociais, estabelecendo novos padrões culturais, sociais, econômicos e políticos burocráticos, entre outros.

Essa concepção seguiu sendo discutida há décadas por clássicos da Sociologia (MARX e ENGELS, 2003, p.137) que já sinalizavam dizendo “as ideias não podem executar absolutamente nada. Para a execução das ideias são necessários homens que ponham em ação uma força prática”, assim, concebe diz, que ao ser humano é primordial o conhecimento como ferramenta para o processo evolutivo, a lapidação do saber é a força motriz para que os agentes sociais transformem uma cidade, estado ou país, em um espaço harmônico.

Nesse sentido, os autores sinalizam para a necessidade de alguém do qual pudesse exercer um domínio interpretativo dessas ideias, a fim de fundamentarem um produto, ou seja, uma forma de traduzi-las, em dimensões que condicionam para interpretação e importância do desdobramento de métodos e técnicas; para isso são necessários saberes, a construção e lapidação desses saberes fundamentam o processo do desenvolvimento e conhecimento científico.

Antes de um maior aprofundamento no que tange o caminho trilhado pela educação no Brasil, cabe fazer um apanhado delineando uma definição para o tema educação,

considerada como a base sólida de que se valem as sociedades, para que os conhecimentos e os valores humanos construídos pelos indivíduos sejam transmitidos e vividos pelas novas gerações. Nesse sentido para o pesquisador em educação Vitor Paro (2001), define educação como:

[...] a mediação pela qual os seres humanos garantem a perpetuação de seu caráter histórico. Isto é, se o homem se faz histórico porque é o construtor de sua própria humanidade, e se essa criação só se dá pela mediação dos conhecimentos, técnicas, valores, instrumentos, tudo enfim o que consubstancia a cultura construída pelos próprios homens, então a educação, ao propiciar a apropriação dessa cultura, é imprescindível para o desenvolvimento histórico. (PARO, 2001, p. 11).

Esse carácter de perpetuação histórica, que mantém viva a memória de um povo, com suas lembranças, traços culturais e sociais; pela educação se busca a continuidade e longevidade da vida no Planeta, indiscutivelmente pela educação, ou melhor dizendo, o ser humano valendo-se do uso de técnicas e aparatos científicos também já desencadearam catástrofes e atrocidades, presenciados pela humanidade ao longo de sua história.

A educação e conhecimento, mantém intrínseca a relação no processo de desenvolvimento do bem-estar social, mas de fato, o que realmente vem a ser o conhecimento? Um dos grandes educadores que o Brasil, e praticamente o mundo tiveram a oportunidade de conhecer suas teorias e às utilizá-las, (FREIRE, 2003, p.79) diz que “[...] o conhecimento é processo que implica na ação-reflexão do homem sobre o mundo”. Naturalmente, após uma primeira leitura dessa definição, já é possível vislumbrar que, para Freire, o conhecimento é, em primeiro lugar, um processo. Sendo, nesse sentido uma ação e reflexão sobre o mundo, realizadas pelos atores sociais. Complementando o fragmento, o mesmo autor nos reporta dizendo, (FREIRE, 1982, p. 95), “[...] a educação, não importando o grau em que se dá, é sempre uma certa teoria do conhecimento que se põe em prática”.

Para o professor Mário Sérgio Cortella, autor do livro *A Escola e o Conhecimento Fundamentos Epistemológicos e Políticos* (2018), a educação promovida nas instituições educacionais, em especial a educação superior, constitui-se como ferramenta da liberdade e do poder de convivência entre iguais.

Diante da observação, há que considerar, a educação é, além de um processo gnosiológico², uma ferramenta política, uma vez que sua objetividade está atrelada à prática educativa, constituindo-se como importantíssimo aparato ideológico de estado.

3. 1 A EDUCAÇÃO NO BRASIL: TRAÇOS DE HISTÓRICA TRAJETÓRIA

Buscou-se nessa seção de forma bastante sintetizada estruturar um histórico da educação brasileira de maneira objetiva, pontuando as principais mudanças que mais significativas foram na organização estrutural, para assim, compreender a criação das políticas públicas de expansão e interiorização da educação no Brasil. Observa-se as crises, conflitos, mudanças que surgem como alternativas vibrantes no que tange o desenvolvimento e processo de democratização educacional, nesse recorte obedece uma estrutura temporal que encontra-se dividida em cinco períodos, cada um correspondente a um espaço de tempo na história do País, sendo a seguir de forma pormenorizado descrito cada período.

Como vem sendo discutido, o processo de desenvolvimento educacional, é um dos elementos de notória importância em uma sociedade, em todos esses anos, 1909 constitui-se como um dos pilares que enfatiza o início da educação profissional no Brasil, muitas ações foram realizadas em relação à educação e por muitos processos de reorganização a educação brasileira passou e continua passando. Para facilitar a compreensão, o quadro a seguir traz uma síntese elucidativa ao longo da história, bem como as estratégias de ampliação de investimentos para o desenvolvimento da educação no Brasil. Para melhor entendimento, dividiu-se essa retrospectiva em marcadores temporais no quadro 03, mostrando como essas ações foram sendo desenvolvidas no País, compreendidas entre os anos de 1888 até 2016, ano que marca o início da pesquisa.

² Do grego *gnosis*, conhecimento, e *logos*, teoria, ciência. Teoria do conhecimento que tem por objetivo buscar a origem, a natureza, o valor e os limites da faculdade de conhecer. Por vezes o termo "gnoseologia" é tomado como sinônimo de epistemologia, embora seja mais amplo, pois abrange todo o tipo de conhecimento, estudando o conhecimento em sentido mais genérico.

JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

QUADRO 03: RELAÇÃO EVOLUTIVA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL (SÉC. XX - XXI).

Marcadores Históricos	Contexto histórico da educação no Brasil	Período
1909	- Escolas de Aprendizes Artífices	Período I: Brasil Império antes do Estado Novo (1888 - 1929)
Início do século XX	- Educação elitista – Jesuítas; - 1930: Criação do Ministério da Educação – responsabilidade do Estado em prover educação pública.	
1931	- Criado o Conselho Nacional de Educação (CNE)	Período II – Era Vargas/Estado Novo antes do Regime Militar (1930 - 1963)
1937	- Liceus Profissionais	
1942	- Escolas Industriais e Técnicas	
Década de 1950	- Educação definida conforme o modelo nacional desenvolvimentista; - Mecanismo para o desenvolvimento objetivava a modernização da sociedade e a formação de recursos humanos.	
1959	- Escolas Técnicas	
Década de 1960	- Lei nº 4.024 de 1961: preservação da educação nacional urbana e voltada para as classes dominantes; - Descentralização para os estados dos ensinos primário e médio.	
Golpe Militar de 1964	- Expansão do acesso ao ensino médio, no entanto privilegiando a população urbana; - Foco no modelo desenvolvimentista.	Período III – Regime Militar 1964 - 1985) até período pré-Constituição
Década de 1970	- Educação para o desenvolvimento; - Viés centralizador pela esfera federal: visava ampliar o acesso pela expansão da rede de ensino; - Repressão aos movimentos estudantis; - Desenvolvimento do primeiro, segundo e terceiro grau no País, buscando formar quadros científicos e tecnológicos.	
1978	Centros Federais de Educação - Cefets	
Década de 1990	- Crise econômica, social e fiscal; - Desintervencionismo estatal; - Reforma administrativa do governo; - LDB (1996): priorização do ensino fundamental e busca por aumento de vagas; - Responsabilização da educação aos Estados e Municípios (descentralização) sem o respectivo respaldo financeiro para ampliação de vagas; - Universalização do ensino no fim do século XX: política de redução do investimento público em educação; - Queda no nível de qualidade da educação.	Período IV: Constituição de 1988 ao FHC (2002)
Anos 2000	- Emergência de políticas públicas participativas; - Novos processos de avaliação da educação básica pelo Inep;	
2002	- Criação do Observatório Nacional da Educação	
2008	- Criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia	Período V: Governo Lula ao Governo Dilma (2003 - 2016).
2011	- Criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)	

Fonte: Adaptada pelo autor (2022) com base no portal do MEC 2020.

Conforme se pode observar no Quadro 03, o Brasil passou por diversas fases que envolvem conflitos ideológicos, políticos e econômicos nas mudanças estruturais da

educação. No que tange a essas mudanças, esse foi um processo de maturação, sempre as justificativas constituem-se em prol de melhores condições na qualidade socioeconômica e desenvolvimentista do País, profícuo foram os acontecimentos revolucionários nessa área, porém, essa realidade não significa que na prática sua efetividade esteja consolidada. Para a pesquisadora (CIAVATTA, 2019, p.15) “O processo histórico da afirmação do campo Trabalho-Educação nunca foi simples, pelas controvérsias existentes em suas bases teóricas e pela limitada tradição marxista no campo da educação”.

Historicamente falando, os governos que se sucederam na condução do País foram em alguns momentos negligentes com a organização e oferecimento de uma educação que atendesse às necessidades reais das populações, como prova disso, observa-se os ranços e avanços visíveis ainda, nos dias atuais, ‘cortes de gastos, divergências salariais, falta de profissionais na área para a demanda existente’ entre outros fatores que se somam ao longo dos anos, dessa forma, percebe-se com facilidade, que o desenvolvimento da educação no Brasil se traduz em um espinhoso tema de embate político e ideológico.

O direito à educação, aparentemente não se constituiu em preocupação para os governantes em sua maioria, a não ser como instrumento para conter as tensões dos movimentos sociais e de controle do êxodo rural para assegurar a produtividade do campo em atendimento às demandas do capital nacional e internacional.

O desenvolvimento educacional brasileiro é percebido como um processo fantasioso quanto a ideia intrínseca na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), em seu Art. 205, o qual refere-se que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Existe uma limitação quanto ao ‘proporcionar o pleno desenvolvimento do sujeito’, essa ideia está limitada por interesses comuns de uma elite política, que valendo-se do poder ideológico e transformador tenta utilizar-se em prol de uma ambiciosidade, cabe lembrar, que só em 2006 o processo de expansão e interiorização da educação no país começou ganhar espaço; e, que o crescimento, em termos de rede pública de ensino, se deu no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, mas tomou maiores proporcionalidades a partir de 2006.

A educação que se desenvolve em uma instituição de ensino é o processo pelo qual o indivíduo recebe o conhecimento científico e também o constrói, espaço para ampliação do conhecimento sobre a vida de modo geral, a fim de formar-se e transformar-se socialmente e

profissionalmente, diga-se, de passagem mais humano. É nas instituições de ensino que são disseminados valores, hábitos, atitudes e impulsionado o desenvolvimento de grandes ideias.

Contudo, esses sujeitos trazem consigo seus próprios valores éticos e morais que, nesse ambiente são compartilhados, reconstruídos e novos valores são disseminados. Embora a individualidade posicione um ponto de vista particular sobre isso tudo, mas há que se considerar uma construção coletiva, o que implica um espaço político onde se projeta uma vida melhor, se negocia, produz e conquista significado.

É função da educação lapidar o educando, visando-o conduzir às transformações materiais e morais para que possa conviver em sociedade. A educação proporcionada pelas instituições de ensino possibilita a aquisição de conhecimentos acerca da natureza humana objetivando a criação da consciência social ambicionando o progresso e o fortalecimento da coletividade a qual pertence o agente social.

Além do mais, a educação fornece elementos para a construção do sujeito, de sua história, tendo como objetivo a sua realização individual e coletiva. O homem, enquanto ser social, realiza mudanças em seu espaço geográfico, nos valores culturais, nos ideais de seu tempo. Assim, a sociedade humana edifica sua trajetória, sua história e modos próprios de vida. É nesse contexto que ocorrem os grandes eventos históricos, os movimentos políticos, as transformações sociais, mudanças nas políticas públicas, a extinção de políticas e o desenho de novas políticas através da criação de canais de reivindicação e participação popular.

Trata-se de momentos distintos no tempo, correspondentes a diferentes estágios de construção da cidadania que não se limita apenas a práticas políticas, mas se estende à participação efetiva do indivíduo no cenário social ao qual pertence, fazer parte desse contexto histórico e social, não basta apenas existir, é necessário também ser um sujeito ativo em meio a essa realidade.

Desse modo, então, é que os povos transmitem sua cultura ao longo do tempo, geração após geração, lendas, mitos, costumes, crenças, valores éticos e morais e assim por diante, fazem parte desse processo de compartilhamento. Neste cenário, a educação viabiliza a inserção do agente social nessa conjuntura, servindo como instrumento de difusão e compreensão da dinâmica social.

Ao longo da história humana, a educação sempre ocupou lugar central na condução do ser em construção histórica. Na Grécia antiga, por exemplo, era a educação que preparava os jovens para as relações com o estado e a sociedade. Foi nesse tempo que Platão e Aristóteles

estabeleceram suas concepções de uma educação uniforme baseada em regras e compulsória para os homens livres.

Cabe destacar o que se visualiza na obra de Platão, “A República”, onde preconiza que o cidadão não tem direito a ter vida pessoal ou familiar, dedicando-se exclusivamente à defesa do Estado. Contudo, mesmo diante de tanto rigor, a educação mostrou-se instrumento de enorme relevância, mas ainda incapaz de eliminar as desigualdades sociais, pois lá somente os nobres eram considerados livres e, com isso, os que não eram nobres, não sendo livres, não tinham acesso ao conhecimento, tal posicionamento dimensiona o poder da educação quando essa posta ao alcance de todos, quando condicionada ao serviço ao uso de uma coletividade, expressa também fragilidade e lacunas no desenvolvimento do bem-estar social.

A educação possibilita a democratização do conhecimento. A aristocracia vê diminuída a sua ascendência sobre o povo. Os homens comuns passaram a ter a possibilidade do conhecimento, mesmo que de forma limitada, mas entende-se como um avanço significativo, de tal forma isso pode ser visto como uma possibilidade para a construção de seu próprio destino, a ver e a agir como cidadão com direitos ao progresso intelectual e pessoal.

Diante da amplitude assumida, a história passa a registrar os fatos e a transmitir o conhecimento, facilitando a compreensão do mundo e a sua organização dentro de seus limites territoriais estabelecidos. Além disso, foi o conhecimento que levou a apropriação da realidade, com isso, à capacidade de reflexão, o desenvolvimento do saber, criticidade e autonomia do pensamento, passaram a ser desenhados de forma pormenorizada e explorando cada vez mais as aptidões humanas.

Passam os anos e as décadas e mais uma vez a história nos mostra que os agentes sociais continuam derrubando barreiras da concentração do poder e das arbitrariedades. A Revolução Francesa eclode colocando em choque o regime feudal e a monarquia. Surge, então, o Estado de Direito que, finalmente, acena para o fim das desigualdades entre os homens, quanto à forma de tratamento. Esse fato ganha corpo na Constituição Francesa e na Norte Americana e se consolida com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) após a II Guerra Mundial (1939 - 1945).

Assim, percebe-se que a educação e a produção do conhecimento continuam modificando não só o meio, mas o próprio homem, a sua maneira de pensar e de agir. É ela que dissemina valores e possibilita a construção de identidades, articula pontes entre povos e nações, dá oportunidade para o desconhecido ser explorado, constituindo-se um caminho

inexorável para a formação do sujeito-cidadão, dotado de posturas flexíveis que levam à constante revalidação de valores preconizados num mundo globalizado.

3. 2 O PREÂMBULO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Do ponto de vista da relação com o saber, a história da educação brasileira começa a ser construída muito antes da chegada dos jesuítas ao Brasil, diferentes sistemas de educação foram desenvolvidos pelos indígenas nesse território, no entanto, cabe ressaltar que nesse espaço será pontuado a linha do tempo que resgata fragmentos da história da educação no Brasil a partir da chegada dos portugueses como a conhecemos.

Em um resgate da memória, a Companhia de Jesus, cujos membros são conhecidos como jesuítas, é uma ordem religiosa que no Brasil buscou desenvolver trabalho educativo e missionário, com a finalidade de catequizar os indígenas e instruí-los, esse trabalho buscava humanizá-los para assim torná-los mais dóceis e, conseqüentemente, mais fáceis de serem aproveitados como força para o trabalho. Na obra, História da Educação no Brasil, o filósofo e educador brasileiro, (PILETTI, 1991, p. 34), descreve dizendo que: “os jesuítas responsabilizaram-se pela educação dos filhos dos senhores de engenhos, dos colonos, dos índios e dos escravos”.

A organização do sistema educacional jesuítico mantinha uma estrutura pedagógica baseada no *Ratio Studiorum*³, ou seja, método de ensino-aprendizagem, documento tido como uma resposta para uma série de princípios e finalidades, pode-se dizer que era o regimento interno de suporte aos padres/professores, poderia-se considerar como algo que procurava nortear, quanto aos objetivos, as características e finalidades do sistema educacional jesuítico na época. A finalidade da educação cristã do jesuíta, no Brasil, era preparar missionários e padres de sua ordem, porém o desnível de cultura entre os habitantes das cidades do Oriente e os filhos das florestas do Brasil tornava impossível.

A modernidade no contexto educacional que compreende os séculos XVII e XVIII, possui intrínsecas características da educação europeia, essa estruturação buscava principalmente estabelecer uma relação às diferentes percepções pedagógicas e preocupava-se com a formação de um homem moderno, no Brasil, essa estrutura organizacional manteve maior afinco com os filhos da nobreza, assim seu atendimento manteve-se longe de uma integralidade educativa.

³ *Ratio Studiorum*, aqui definido como método didático-pedagógico utilizado pelos jesuítas na transmissão, preservação e imposição da cultura portuguesa.

No começo do século XIX, em 1808, as significativas mudanças que ocorreram, com a vinda da família Real para o Brasil-Colônia e a mudança da sede do Reino de Portugal, desencadearam novos impulsos na educação e na cultura, o surgimento de instituições culturais e científicas, de ensino técnico e dos primeiros cursos superiores, como os de medicina e direito nos estados do Rio de Janeiro e da Bahia, tornam-se um marco no cenário educacional, essa nova realidade que está sendo instituída, oferece oportunidades de acesso limitada, sendo assim privilégio de poucos.

Período I: Brasil Império antes do Estado Novo (1888 - 1929)

Nesse resgate histórico propõe-se caracterizar os principais períodos que sucederam principalmente o cenário da educação no País, desse modo, compreende-se que a República Velha (1888-1929), sediava poucos cursos superiores e esses, basicamente da alçada administrativa do governo central. Quando se analisa o espaço da educação e principalmente da educação superior no Brasil, nesse período, percebe-se que o acesso estava restrito a faculdade⁴ de direito, duas de medicina, uma de farmácia e duas de engenharia, além das academias militares, sendo todas exclusivas dos homens, notoriamente o espaço de formação não tinha abrangência física nem tão pouco interesse em públicos heterogêneos.

Merece destaque lembrar que no Brasil nenhuma lei anterior a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891, articula sobre o processo de formação superior, exceto a Reforma Benjamin Constant que cogitava algo sobre os cursos jurídicos. Somente após a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891 que a União passou a ter responsabilidade pelo ensino superior (SILVA, 1955 p. 315) destaca que:

“A intervenção do Estado, como princípio, na direção do ensino superior, parece-me incontestável; ela corresponde a um interesse social de ordem elevada, pois tem por missão conservar a tradição e assegurar ao mesmo tempo o progresso dos altos estudos literários e as pesquisas científicas.

A essa época, como se percebe o resultado dessa regulamentação se fez importante, o ensino superior começou a ganhar espaço e visibilidade, possibilitando a fundação das primeiras universidades. Um marco inicial constitui-se no ano de 1892, o então ministro Fernando Lobo, instituiu o Código das Instituições de Ensino Superior, a partir do Decreto N° 1.159, de 3 de dezembro de 1892, para regulamentar a criação de escolas superiores. Ao longo do período da reforma de 1891 até 1910, foram criadas no Brasil 27 escolas superiores.

⁴ Faculdade, etimologia do Latim “*facultas*” aqui definida enquanto unidade de curso superior.

É importante destacar que neste período, uma das ações que mais tarde impulsionaria a educação pública no Brasil estava dando seus primeiros passos, na época, chamada de Escolas de Aprendizes Artífices que por meio do Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, foram criadas, eram instrumentos de política voltado para as “classes desprovidas” de recursos financeiros.

Considerar-se-ia como a primeira ação a impulsionar o ensino profissional no país, essa estrutura que começa a ser desenhada é a primeira versão que posteriormente veio a ser desenvolvida e reestruturada em 2008, institucionalizou os atuais Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, os chamados IFs. A figura 01 dimensiona parte da fachada principal de uma dessas escolas, e um grupo de estudantes dispostos tendo a sua retaguarda o slogan da instituição. Na figura 02, está a imagem do que hoje constitui-se o IF de Sergipe, fundado em 1º de maio de 1911 como Escola de Aprendizes e Artífices, é importante salientar que até chegar ao que hoje é chamado de IF Sergipe, existe uma longa trajetória, passando inclusive por diversas mudanças e nomenclaturas, bem como, várias outras instituições que em 2008 e anos posteriores foram transformadas em IFs.

FIGURA 01: A ESCOLA DE APRENDIZES E ARTÍFICES, CRIADA EM 1909 PELO PRESIDENTE NILO PEÇANHA, COM O OBJETIVO DE PROPORCIONAR OPORTUNIDADES DE TRABALHO PARA JOVENS DE CLASSES MENOS FAVORECIDAS.



Fonte: Portal do Instituto Federal Fluminense, 2022.

FIGURA 02: O IF SERGIPE FOI FUNDADO EM 1º DE MAIO DE 1911 COMO ESCOLA DE APRENDIZES E ARTÍFICES.



Fonte: Arquivo institucional do MEC, 2022.

Em virtude das definições de ensino que se desenvolvia, o campo da educação inclinava-se para uma demanda que surgia diante do incipiente processo de industrialização que o País vivia, conseqüentemente dessa forma a “ideologia do desenvolvimento baseada na industrialização passou a dominar os debates em torno de um projeto para o país, para atingir o progresso, a independência política e a emancipação econômica” (SANTOS, 2011, p.212).

Durante o Império toda essa iniciativa de ensino profissional esteve atrelada a dois ideais, por um lado positivista por outro humanista; o positivismo representou uma corrente ideológica que incorporava aos cursos um viés mais científico, a corrente humanista, baseava-se em preparar a sociedade a partir de disciplinas de cunho mais literário, o que compreende-se como sendo uma herança da época dos jesuítas.

Essas tendências perduraram pelos anos seguintes, pois as escolas eram vinculadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Na década de 1920, houve uma importante reorganização que possibilitou a criação de universidades nos Estados, ratificou a autonomia administrativa e pedagógica dessas instituições de ensino, esse é um momento em que trata-se de uma transformação no imaginário educacional e nas concepções de ensino que baseavam-se nas ideias novas e na defesa de uma educação que fosse além da simples alfabetização para o bem da República, emergem espaços para o desenvolvimento crítico e científico.

Período II – Era Vargas até Regime Militar (1930-1964)

Os altos e baixos em que a educação brasileira já passou talvez seja uma de suas marcas, esse cenário educacional sempre manteve uma relação com as ideologias dos

governos que no Brasil se sucederam ao longo da história, a partir de 1930, início do período Vargas, as reformas continuaram ocorrendo, acredita-se que possam ser consideradas as reformas educacionais mais modernas. É nesse momento, que o mundo urbano-industrial começa a ser deslumbrado, nesse sentido, a educação torna-se o centro das atenções não apenas pelo interesse de intelectuais da época, mas também como uma ferramenta capaz de manter a estabilidade política, social e econômica do País, certo de que a educação passou por longas adequações e adaptações, a fim de que pudesse atender a nova realidade social emergente naquele ciclo.

Esse período nacionalmente conhecido como a Era Vargas ou como Estado Novo (1930), marca a história da educação brasileira, a criação do Decreto 19.402 de 14 de novembro de 1930, institui o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública - MNESP, um marco revolucionário, um avanço no desenvolvimento de políticas públicas orientadas com finalidades específicas para ascensão do País como agroexportador, esse cenário ganha notoriedade, e, em 15 de janeiro de 1937, passou a chamar-se Ministério da Educação e Saúde Pública – MES, a partir da Lei Federal nº 378/37, suas atividades passaram a limitar-se à administração da educação escolar, educação extra-escolar, da saúde pública e assistência médico-social, os espaços vão sendo definidos, mas as inter-relações mantêm-se.

Começa a ser desenhado um novo horizonte educacional, as escolas vocacionais e pré-vocacionais passaram a ser mencionadas na Constituição da República Federativa do Brasil como dever do Estado, a reforma elaborada por Francisco Campos - ministro da educação - implementou uma nova estrutura e uma reformulação na educação nacional, com destaque para a criação do Conselho Nacional de Educação e a reorganização do ensino secundário e superior, que passaria a ser identificada com o seu nome – “Francisco Campos”. A reforma do ensino secundário foi oficializada pelo Decreto nº 18.890, de 18 de abril de 1931, sendo ajustada e consolidada pelo Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932 (MORAES, 2000, p. 216-232). Essas mudanças que começam a ser intensificadas, possuem uma ligação intrínseca com a proposta ideológica do governo na época, isso pode ser observado no que descreve (LIBÂNEO *et al.*, 2017).

A Revolução de 1930 representou a consolidação do capitalismo industrial no Brasil e foi determinante para o conseqüente aparecimento de novas exigências educacionais. Nos dez primeiros anos que se seguiram, houve um desenvolvimento do ensino jamais registrado no país.

O período posterior à Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934 caracterizou-se por uma grande expansão do setor privado ligado à educação. Foi com

base nestes debates que o governo de Getúlio Vargas promoveu a oferta de incentivos fiscais às instituições de ensino privadas, oferecendo imunidade fiscal às instituições educacionais em todos os níveis, reconheceu também a primeira universidade privada do país, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, conforme mencionado no livro “História Social da Educação no Brasil” da professora Maurilane de Souza Biccas e do professor Marcos Cezar de Freitas em 2009.

Prevalece, portanto, as mudanças nas estruturas administrativas do sistema educacional brasileiro, novas formas e peculiaridades vão sendo ajustadas e tornando-as semelhantes às que hoje são conhecidas, em 1953 uma nova adequação estrutural é viabilizada e, oficialmente passa a chamar-se Ministério da Educação e Cultura (MEC) instituído pela Lei Federal n.º 1.920/53, essas organizações teoricamente buscam melhor organizar o sistema, torná-lo mais eficiente e eficaz no desenvolvimento das políticas públicas educacionais.

No período que corresponde aos anos de 1954 a 1961, novas mudanças continuam acontecendo, segundo SANTOS (2011, p. 203) instituições de ensino superior, estaduais e privadas, foram “federalizadas”. Percebe-se, neste momento, uma clara manifestação ambígua das políticas públicas para a educação. Sendo que, de um lado, ocorreu um grande crescimento das instituições privadas, de outro, estabeleceu-se o processo de federalização.

É importante frisar que no final do ano 1961 um marco na história educacional é presenciado, efetiva-se a conquista dos educadores das décadas de 20 e 30, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 4.024/1961), sendo dispostas as diretrizes gerais e as linhas de um Sistema Nacional de Educação que visa suprir algumas demandas advindas da sociedade, assumindo três formas: Criação de novas faculdades; pela gratuidade dos cursos superiores das instituições federais; e a federalização de faculdades estaduais e privadas, isso demonstra uma flexibilização da estrutura do ensino.

O primeiro Plano Nacional de Educação (1962), elaborado já na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal nº 4.024, de 1961, na percepção de Libâneo, *et al.* (2011), estruturava-se a partir de um conjunto de metas qualitativas e quantitativas a serem alcançadas em oito anos, além de estabelecer critérios para aplicação dos recursos destinados à educação. Esse plano, porém, não obteve dimensões satisfatórias, pois não se constituiu em Lei que determinasse seus objetivos precisos e com diretrizes claras do que pretendia-se alcançar com a educação do País.

Período III – Regime Militar 1964 - 1985) até período pré-Constituição

Pensar uma escrita para esse contexto, pressupõe um olhar autocrítico para agenda de trabalho que historiadores e cientistas sociais, bem como, outros pesquisadores apresentam na articulação entre passado e futuro, o Golpe de 1964⁵ atrelou mais fortemente a educação ao mercado de trabalho, nesse sentido, percebe-se um olhar para o processo de formação nacional, tendo uma revigorante base de incentivo a profissionalização na escola média, a fim de restringir maiores investimentos financeiros no ensino superior, isso compreenderia uma formação técnica e rápida para o mercado de trabalho na época.

O Estado que surgiu após o Golpe Militar, 1964 a 1985, trouxe em seu arcabouço uma concepção tecnicista, utilitarista e instrumental de educação, tornou a ideia de um Plano Nacional, um instrumento de racionalidade tecnocrática e produtivista, uma vez que o Ministério da Educação se subordinava-se ao do Planejamento. De acordo com a pesquisadora (VEIGA, 1989, p. 34) o modelo político econômico tinha como característica fundamental um projeto baseado em um sistema, “desenvolvimentista que busca acelerar o crescimento socioeconômico do País”. Vale registrar, que a mesma autora também complementa dizendo: “A educação desempenhava importante papel na preparação adequada de recursos humanos necessários à incrementação do crescimento econômico e tecnológico da sociedade de acordo com a concepção economicista de educação”.

Para Cunha (2011), o projeto de reforma universitária de 1968, revelou-se no âmbito do Movimento Estudantil, no que diz respeito aos problemas de luta pelas Reformas de Base, propostas por João Goulart. Os estudantes estiveram engajados em lutas históricas, para a garantia de efeitos práticos sobre a ordenação da educação brasileira, isso pode ser verificado no que tange o aumento de número de vagas nas universidades, a extinção do regime de cátedra; reestruturação no processo de organização administrativa e acadêmica nas instituições federais.

Com o decorrer dos anos, várias modificações se fizeram com o novo regime, eliminando pontos de suma importância até então conquistados em longas lutas pelos defensores do campo educacional, o estrangulamento do sistema de ensino é demonstrado claramente na percepção das pesquisadoras da Universidade Federal do Paraná - UFPR, professora Zainko e Coelho (2007), quando neste período a universidade passa a ser um fardo para o Estado e, enquanto fator de desenvolvimento social e científico desacreditada, a pouca preocupação do Estado com as políticas para a educação superior contribuem nos anos

⁵ O “Golpe” Em 31 de março de 1964 é tomado o poder pelos militares com apoio político civil e empresarial e queda do então presidente João Goulart.

subsequentes com relativos corte de recurso orçamentário. Isso vai claramente delinear o que mais tarde se expressa, como uma tendência para o fim da gratuidade do ensino em instituições públicas, também com o rompimento da indissociabilidade entre pesquisa e ensino conforme publicada pela Lei nº 5.540/68 – Do Ensino Superior Cap. I Art. 2º. “O ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado”.

Dentro dessa nova realidade em que o sistema educacional brasileiro passa a ser gerido, limita-se e delimita autonomia produtiva, didática pedagógica, a liberdade do desenvolvimento do senso crítico e o cerceamento à atividade política, resume-se para a ditadura, que o papel das universidades deve ser de formar profissionais e desenvolver tecnologias que visem o interesse do Estado.

Período IV: Constituição de 1988 ao FHC (2002)

A Política Nacional de Educação tem seus ranços e avanços, vários desses relacionados aos períodos históricos vividos pela sociedade no contexto político, muitas mudanças chegaram embebidas em adocicados contextos teóricos, como forma para não despertar acalorados debates. O Sistema Educacional no final da década de 80 já apresentava mudanças importantes. Com o processo de transição, ocorreu a inclusão na Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88) do artigo 212 que passa a tratar sobre:

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Dentro desses limites, a política educacional do Governo Fernando Henrique Cardoso ampliou seu orçamento em cerca de 40% o valor mínimo que deveria ser aplicado no setor educacional pelo Governo Federal. Contudo, ainda as políticas educacionais não corresponderam às expectativas criadas pela nova Constituição. Desde novembro de 1988, na Comissão de Educação do Congresso Nacional havia um montante de anteprojeto de LDB nº 1.258-CF/88, cuja tramitação não foi tão longa como a da Lei nº 4.024/1961, mas seu percurso foi de oito anos, até que o texto final fosse fechado, as LDBs existentes tornaram-se obsoletas, e, em 17 de dezembro de 1996 foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique

Cardoso e pelo Ministro da Educação Paulo Renato, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei 9394/96.

A mesma lei mantém-se válida no período atual, salvo as vedações e alterações que foram sendo realizadas com o passar dos anos. No Capítulo I que trata sobre a composição dos níveis escolares de acordo com a LDB 9394/96 em seu Art. 21. A educação escolar compõe-se de: “I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II - educação superior”.

O que se pode verificar é que após o final do Regime Militar, em especial nas duas primeiras décadas, as políticas públicas do Estado brasileiro enfrentaram um processo de desmonte do Estado. Propagaram-se, veementemente, as políticas neoliberais, conforme sugestões de órgãos como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que controlavam o País, assim, afundado em uma dívida externa.

Aliás, é preciso reconhecer que essas políticas econômicas buscaram, cada vez mais, mercado e menos Estado, tentando eliminar o poder dos sindicatos e movimentos de trabalhadores, para que se mantivesse a desigualdade social como fator positivo de incentivo à concorrência, rigoroso controle dos gastos públicos (ou até mesmo insignificante) com as despesas sociais, ocasionando a elevação induzida da taxa de desemprego (CARDOSO, 2013).

A política pública educacional com o passar dos anos começou a tomar uma nova forma, uma estrutura começou a se solidificar com maior visibilidade, em 8 de novembro de 1990, as atividades do MEC passaram a integrar a Política Nacional de Educação; a educação, ensino civil, pesquisa e extensão universitárias; o magistério e a educação especial, essa forma organizacional reflete uma maior clareza institucional e um posicionamento mais linear em sua atuação.

Período V: Governo Lula ao Governo Dilma (2003 - 2016)

O processo de expansão da educação ganhou proporcionalidade as peculiaridades regionais e robustez a partir da política pública direcionada no governo Lula, essa construção teve como ponto de partida a identificação, por meio de diagnóstico no programa de governo, onde buscou-se extrair um panorama da atual situação em que o País se encontrava, essa visão inicial era primeiro compreender a atual situação educacional no cenário brasileiro e, a

partir da observação da taxa de escolaridade líquida⁶, estabelecer as diretrizes que seriam de fato tomadas e como esse propósito se sustentaria.

No ano de 2003, período em que o Governo Lula teve seu início, este herdou um conjunto de políticas e ações as quais buscam caracterizar uma reforma da educação superior nos termos do governo anterior. Observando nesse sentido, percebe-se que o governo buscou estabelecer um conjunto de metas, passando a programar um conjunto de planos, programas, projetos e ações que tiveram grande significado no processo de reconfiguração da educação superior no Brasil, evidenciando tanto continuidades quanto mudanças em prol desta política (GOMES; OLIVEIRA; DOURADO, 2011; MELO, 2011).

A educação passou a ganhar atenção e notoriedade no governo, as relações com a inclusão social ganharam espaço na agenda política, a democratização do acesso e permanência com qualidade nos bancos universitários, também encontraram espaço na agenda e foram percebidos como um problema público. As políticas de expansão e interiorização da educação superior tiveram seu espaço no contexto da reforma da educação superior nesse novo governo.

Conforme demonstra o documento analítico⁷, a Diretora do Departamento de Políticas do Ensino Médio – Ministério da Educação - (LODI, 2006) salienta que segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001, “a população entre 15 e 24 anos totaliza 34 milhões de pessoas sendo que, desse universo, 55% estão fora da escola e 45% estão à margem do mercado de trabalho”.

Sobre os indicadores elencados, inicia-se um trabalho de reorganização das Políticas Federais para a Educação Profissional e Tecnológica, é com base nesse cenário que os primeiros passos são determinados, retomando a possibilidade da oferta de cursos técnicos integrados com o ensino médio, decisão que mais tarde oportunizaria uma brilhante emergência no número de matrículas na Rede Federal, seguida, em 2005, pela alteração na

⁶ A classificação elaborada por Martin Trow estabelece três categorias de sistema de educação superior, a partir da taxa de escolaridade líquida. Este indicador mede a relação entre o número de matrículas na faixa etária teoricamente adequada para frequentar este nível de ensino e a população nesta mesma faixa. Segundo as categorias definidas pelo autor, o sistema é dito de elite quando a taxa de escolaridade líquida é inferior a 15%. Um sistema de massas é aquele cuja escolaridade líquida varia entre 15% e 50%, enquanto, o sistema universal apresenta o indicador acima de 50%. Ver a este respeito dois artigos de: TROW, Martin. *Problems in the Transition from Elite to Mass Higher Education*. Policies for Higher Education, from the General Report on the Conference on Future Structures of Post-Secondary Education, 55-101. Paris: OECD. 1973. Disponível em: <<http://www.eric.ed.gov/PDFS/ED091983.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

⁷ Trata-se do documento elaborado por vários profissionais da área da educação que busca discutir o cenário educacional brasileiro. Tendo como nota de apresentação o texto da Profa. Lucia Helena Lodi. (Diretora do Departamento de Políticas do Ensino Médio – Ministério da Educação, 2006).

Lei que restringia, ou melhor dizendo, vedava a expansão institucional, Lei n.º 9.649, de 27 de maio de 1998.

No mesmo ano, antes da expansão programada, conforme o Censo da Educação Superior de 2005, o documento⁸ com as diretrizes gerais apontava que “o Brasil contava com 176 universidades, das quais 90 eram Públicas, sendo 52 do Sistema Federal, 33 Estaduais e 5 Municipais. Neste ano, o sistema público acolhia um total de 1.192.189 matrículas de graduação.” e complementava dizendo que: “O setor privado compreendia 1.934 instituições, dentre elas 86 universidades, com 3.260.967 matrículas de graduação. A cada ano têm ingressado 1.700.000 novos estudantes de graduação, na modalidade presencial, no Sistema Nacional de Educação Superior (INEP, 2005).”

Nesse ponto, entendeu-se que a educação precisava tomar uma dimensão maior, isso passa a ser percebido a partir do Plano de Expansão da Rede Federal que entra, “em execução em janeiro de 2006, serão implantadas 60 (sessenta) novas instituições de ensino, até o final de 2007, sendo 51 Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs), 5 Escolas Técnicas Federais (ETFs) e 4 Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs), representando um crescimento de mais de 40% em relação à atual configuração do sistema” (Relatório de Avaliação do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, 2007).

Considerando o início do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Ministro da Educação Fernando Haddad, um marco histórico começa a ser revelado com a Lei 11.195/05 que possibilita, legalmente, a retomada da expansão da Rede Federal no País. É no contexto desse novo cenário, que o governo Lula lançou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cuja operacionalização foi dividida em Fase I e Fase II. De acordo com (BRASIL/MEC/SETEC, 2010).

A primeira fase dessa expansão, iniciada em 2006, teve como objetivo implantar escolas federais de formação profissional e tecnológica em estados ainda desprovidos dessas instituições, além de outras preferencialmente em periferias de metrópoles e em municípios interioranos distantes de centros urbanos, em que os cursos estivessem articulados com as potencialidades locais de geração de trabalho.

Lembrando que o Plano de Expansão teve seu início configurado no final do primeiro mandato (2003-2006), no entanto, esse tema já pairava na agenda governamental muito antes, é possível perceber que o governo concentrou uma maior ênfase nas ações no segundo

⁸ Documento que fazia um panorama da educação e traçava os objetivos e diretrizes, elaborado pelo Grupo Assessor nomeado pela Portaria n.º 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1º §2º do Decreto Presidencial n.º 6.096, de 24 de abril de 2007.

mandato (2007-2010), período em que ocorreu o lançamento da II Fase como pode ser observado a seguir (BRASIL/MEC/SETEC, 2010):

Na segunda fase da expansão, iniciada em 2007, que veio sob o tema “Uma escola técnica em cada cidade-polo do País”, está prevista a implantação de 150 novas unidades de ensino, totalizando a criação de 180 mil vagas ofertadas na educação profissional e tecnológica. Com isso, projeta-se uma rede Federal de Educação Tecnológica para 500 mil matrículas até 2010, quando a expansão estiver concluída e na plenitude de seu funcionamento. Ao estabelecer como um dos critérios na definição das cidades-polo a distribuição territorial equilibrada das novas unidades, a cobertura do maior número possível de mesorregiões e a sintonia com os arranjos produtivos sociais e culturais locais, reafirma-se o propósito de consolidar o comprometimento da educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional.

O término do mandato do presidente Lula, não culminou com a concretização de todas as metas previstas para o período entre 2005 e 2010, porém, cabe ressaltar que a eleição da Presidenta Dilma Rousseff, em 2010, foi determinante para a continuidade do projeto e concretização das metas propostas, além disso, garantiu a continuidade da política pública de expansão e interiorização das unidades educacionais, através do lançamento da Fase III, como pode ser observado no fragmento que segue (MEC/SETEC).

Sua terceira fase, iniciada em 2011, estabeleceu um projeto de criação de 208 novas unidades até 2014, permanecendo o propósito de superação das desigualdades regionais e na viabilização das condições para acesso a cursos de formação profissional e tecnológica como ferramenta para melhoria de vida da população.

Considerado um dos projetos educacionais mais audaciosos que o País já vivenciou, a expansão e interiorização das instituições federais de EPT partiu, em 2006, de um total de 144 unidades, chegando em 2018, a 659 unidades em todo o País, das quais 643 já se encontravam em funcionamento. Isto representou a construção de mais de 500 novas unidades, quantitativo maior do que o previsto nas três fases, que totalizava 400 novas unidades. Fica evidente que esse cenário de fato contava com um brilhante projeto em desenvolvimento que estimulava a diversidade do sistema de ensino no Brasil.

A proposta de modificação na estrutura educacional estava intrínseca na ideologia deste governo, a emergência neste contexto, ocorre com a criação da Lei 11.892/2008, que institui os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, representando um marco na história da educação brasileira. A constituição destes tem como objetivo a implantação de um novo modelo de educação profissional e tecnológica, oferecendo a possibilidade de educação

continuada, oportunizando ao aluno percorrer os diversos níveis e modalidades de educação, inclusive na mesma instituição, ou seja, do ensino básico-técnico, graduação, especialização, mestrado e doutorado.

A contribuição dos Institutos para o desenvolvimento local e regional está no processo de formação de quadros técnicos e profissionais que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da região de sua abrangência. Consequentemente, é através do ensino e do recrutamento dos egressos pelos diferentes segmentos econômicos que se gera maior impacto no desenvolvimento principalmente local, regional e posteriormente nacional.

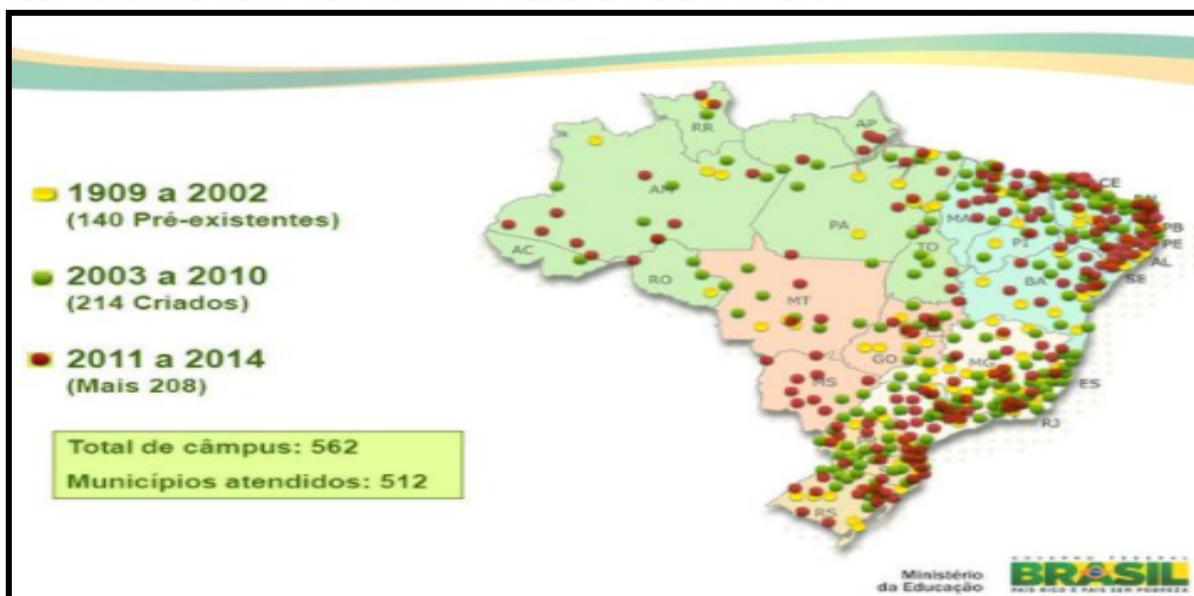
A partir desta perspectiva, à educação profissional e tecnológica, ganha uma reconfiguração, um conjunto de políticas, programas e ações, toma espaço nesse redesenho educacional, destacando-se a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFETs⁹, essa nova estrutura resguarda o cenário econômico local, regional e federal, contribuindo na profissionalização do trabalho, esse novo formato educacional propõem uma educação em que o domínio intelectual da tecnologia, sejam priorizados em prol do desenvolvimento. Afirma-se que isso significa, as propostas de formação e contemplam os fundamentos, os princípios científicos e linguagens das diversas tecnologias que caracterizam o processo de trabalho contemporâneo, considerados em sua historicidade.

Atrelado a política proposta pelo projeto de expansão e interiorização do ensino superior, a Expansão da Rede Federal, nesse redesenho buscou melhorar a distribuição espacial e cobertura das instituições de ensino e, conseqüentemente, ampliar o acesso da

⁹ Em novembro, foi lançado o Decreto n. 4.877/2003 (que definiu o processo de escolha de dirigentes, no âmbito dos centros federais de educação tecnológica). Nos anos seguintes, o aparato legal para a educação profissional continuou a ser regulamentado – Decreto n. 5.154/2004 (regulamentou o § 2º do art. 36 e os art. 39 a 41 da LDB n. 9.394); Decreto n. 5.224/2004 (dispôs sobre a organização dos centros federais de educação tecnológica); Parecer CNE/CEB n. 14/2004 (autorizou a oferta de cursos superiores de tecnologia nas escolas agrotécnicas federais); Parecer CNE/CEB n. 39/2004 (regulamentou a aplicação do Decreto n. 5.154/2004 na educação profissional técnica de nível médio e no ensino médio); Decreto n. 5.478/2005 (instituiu, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração de Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja); Lei n. 11.180/2005 (instituiu o Projeto Escola de Fábrica); Lei n. 11.195/2005 (previu a expansão da oferta de educação profissional e das escolas técnicas e agrotécnicas federais); Decreto n. 5.773/2006 (dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino); Decreto n. 5.840/2006 (instituiu, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração de Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade EJA, revogando o Decreto n. 5.478/05); Decreto n. 6.024/2007 (dispôs sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação); Decreto n. 6.095/2007 (estabeleceu diretrizes para o processo de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia); Decreto n. 6.301/2007 (instituiu o sistema Escola Técnica Aberta do Brasil); Decreto n. 6.302/2007 (instituiu o programa Brasil Profissionalizado); Lei n. 11.534/2007 (dispôs sobre a criação de escolas técnicas e agrotécnicas); Portaria GM/MEC n. 870/2008 (instituiu novo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio) e a Lei 11.892/2008 (criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia) (Gomes, Oliveira, Dourado, 2011)

população à educação, visto que nesse momento, sua institucionalização encontrava-se em seu melhor momento como demonstra-se na figura 3 e 4.

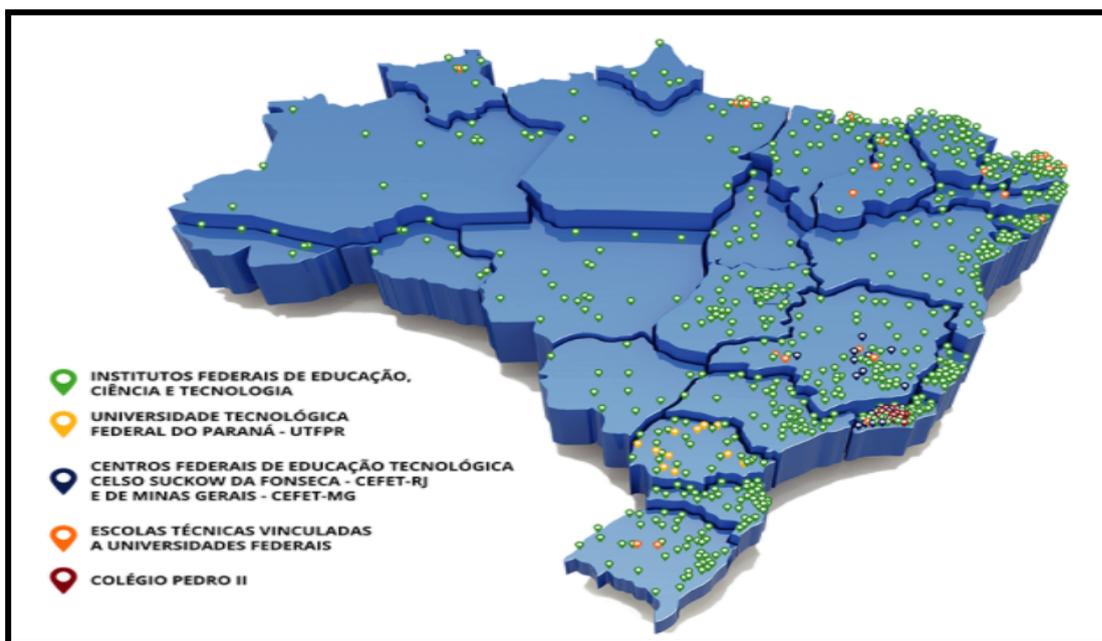
FIGURA 03: RETRATA O PROCESSO EVOLUTIVO E A EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO PERÍODO DE 1909-2014.



Fonte: Arquivo eletrônico da Rede Federal/MEC, 2020.

Primeiro visualiza-se um período que corresponde a praticamente um século, 1909 a 2002, onde existiam 140 escolas técnicas no país, números de instituições que tornavam o ensino restrito a uma parcela da população. Entre 2003 a 2010, uma mudança paradigmática acontece, é nesse período que a construção de 214 novas unidades educacionais são construídas e entre 2011 a 2014 a criação de mais de 208 novas unidades, referentes à expansão da educação profissional, totalizando 562 campi, abrangendo 512 cidades conforme a distribuição geográfica na figura 3.

FIGURA 04: A DISTRIBUIÇÃO EM 2019 DAS 661 UNIDADES VINCULADAS A 38 IFS, 02 CENTROS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA (CEFET), A UTFPR, A 22 ESCOLAS TÉCNICAS VINCULADAS ÀS UNIVERSIDADES FEDERAIS E AO COLÉGIO PEDRO II.



Fonte: Arquivo eletrônico da Rede Federal/MEC, 2020.

Em análise, a figura 04 mostra a distribuição em 2019 das Instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, sendo 661 Unidades Vinculadas a 38 IFS, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e ao Colégio Pedro II. Considerando os respectivos *campi* associados a estas instituições federais, tem-se ao todo 661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do País.

A reflexão teórica referente ao processo de implementação dos IFS, remete pensar em um problema público que por vez foi tão fragilizado no País, o acesso à educação pública com qualidade, nesse sentido a fundamentação da política pública de interiorização e democratização da educação pública de qualidade, demonstram uma preocupação conforme prevê o Art. 5 da Constituição da República Federativa do Brasil CF/88, no que tange a “educação, direito de todos e dever do Estado [...], visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, dessa forma demonstra que os IFS vem no sentido de protagonizar um novo cenário, propõe-se uma formação contextualizada, calcada no conhecimento científico, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos em prol de um bem estar

social, ou seja, configura-se como uma política pública que busca solucionar ou minimizar um problema público, o acesso aos sistemas de ensino no Brasil.

3. 3 A GÊNESE DA VERTICALIZAÇÃO NOS IFs: um espaço para educação superior

A educação superior comporta uma expectativa crescente quanto ao desenvolvimento social, econômico e cultural de um país, sendo-lhe destinada uma responsabilidade enorme na construção de um caráter científico, na ampliação de oportunidade e na democratização dos saberes. É evidente que o crescimento da educação superior tem contribuído para uma série de debates, enfrenta uma gama de desafios, decorrentes da própria expansão do número de Instituições de Educação Superior (IES) no País.

Consoante a essas expectativas o PPE no espaço dos IFs se constitui com uma política pública que visa potencializar o desenvolvimento científico e tecnológico a esses alunos, corroborando para a construção de uma cultura de sucesso acadêmico, busca auxiliar e favorecer o acesso e a permanência nas instituições educacionais. Espaços considerados como, locais encarregados de gerar e difundir os conhecimentos e formar profissionais-cidadãos capazes de conviver com as diversas situações que a modernidade líquida impõem. Conforme ressalta (SEVERINO, 2000, p. 70) à educação deve:

[...] ser entendida como prática simultaneamente técnica e política, atravessada por uma intencionalidade teórica, fecundada pela significação simbólica, mediando a integração dos sujeitos educandos nesse triplice universo das mediações existenciais: no universo do trabalho, da produção material, das relações econômicas; no universo das mediações institucionais da vida social, lugar das relações políticas, esfera do poder; no universo da cultura simbólica, lugar da experiência da identidade subjetiva, esfera das relações intencionais. A educação só se legitima intencionalizando a prática histórica dos homens.

Refletindo filosoficamente sobre “educação”, a educação superior é uma unidade sistemática do processo de construção brasileiro e não dispensar os dados de que o acesso ainda é restrito, pois para pesquisadora da Unipampa professora (SILVA, 2012, p. 55) “a ciência também é uma construção social e histórica, produto e efeito de relações de poder [...]”, essas razões se manifestam pelas configurações econômicas, pelo acesso físico, pelo limitações motores, pelas condições humana em que jovens e adultos assumem

responsabilidades de pai/mãe e lutam pelo sustento da família, essas agruras vêm sendo minimizadas pelas políticas públicas do PPE, mas ainda presente no cotidiano acadêmico.

É nessa conjuntura de transformações históricas, econômicas e políticas da educação profissional no Brasil que a Lei Nº 11.892/2008 ganha um espaço de destaque na esfera educativa, os avanços e retrocessos, hoje resultam nos Institutos Federais de Educação, espaço em que a educação superior tornou-se um sonho possível e acessível às pessoas com menores poderes aquisitivo, em especial.

O Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014, e que foi aprovado após três anos de discussões, constam uma ambiciosidade positiva na meta 12 para a educação superior. Sendo o objetivo dessa meta:

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.”. (PNE, BRASIL, 2014).

Atualmente existem 661 unidades dos IFs cobrindo todo o País na proporção de uma unidade para aproximadamente cada 8 municípios, diversos deles ainda em construção e aguardando a instalação total de seus laboratórios, espaços de vivência, culturais, de esporte, entre outros, são estruturas físicas que estão em constantes reparos e adequações. Nada mais justo acrescentar que a Rede Federal encontram-se os Institutos Federais, instituições que abrigam ao mesmo tempo o ensino médio técnico, o ensino superior, especializações e pós-graduação *stricto sensu*, além de uma variedade de cursos e programas de qualificação, constituindo-se assim a verticalização como uma de suas características.

Diante da oportunidade promovida pela Rede e pela correlação de forças que a educação superior possui estabelecida pela LDB (BRASIL, 1996), vale explicar as finalidades dispostas no que tange:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa

estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares .

Tudo isso confere à educação superior uma responsabilidade enorme, e além do mais, trata-se de uma questão de perspectiva de vida aos acadêmicos, na prática, portanto, isso se manifesta desde a oportunidade de ingresso, permanência na instituição e por fim, êxito no processo formativo, para fins de evidenciar a garantia de qualidade e excelência nas funções decorrentes dessa formação.

4. HISTORICIDADE DA IMPLANTAÇÃO DO *CAMPUS* NO MUNICÍPIO FRONTEIRIÇO DE SÃO BORJA E A POLÍTICA INSTITUCIONAL DO PROGRAMA DE PERMANÊNCIA E ÊXITO

Este capítulo ficou designado para analisar a historicidade, os traços constitutivos de luta por parte dos agentes públicos e civis, examinando sua engenharia institucional para implementação do *Campus* no município de São Borja - RS e sucessivamente a descrição da política do PPE, no sentido de explicar um conhecimento superficial sobre o funcionamento institucional e uma descrição teórica dos processos implementativos, ancorando o objetivo deste capítulo na expressão de Serafim e Dias (2011, p. 322), um “conjunto de observações de caráter descritivo e explicativo”.

Trata-se, por conseguinte, de uma análise contemplativa, porém com objetivo de estabelecer um delineado do que hoje tornou-se objeto da arte nesta investigação. Descrever o cenário de consolidação do *Campus* do IFFar neste município interiorano, demanda um resgate da historicidade local, as peculiaridades regionais e as demandas sociais, que mais intrinsecamente encontram relacionadas à oferta de cursos na instituição.

FIGURA 05: EM VERMELHO, À ESQUERDA NO MAPA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (RS) A LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO FRONTEIRIÇO DE SÃO BORJA, ABAIXO, À ESQUERDA UMA REPRESENTAÇÃO DO MAPA DO BRASIL E, EM DESTAQUE, O POSICIONAMENTO DO ESTADO DO RS.



Fonte: <http://amfro.org.br/sao-borja/sao-borja-mapa>, 2022.

Tanto os primeiros anos de implementação e funcionamento da instituição de ensino quanto aos demais períodos exigiu e exige, cotidianamente um trabalho por parte dos atores sociais e públicos, de estruturação, adaptação ou melhor dizendo, são necessários meios para que se possa estar reinventando cotidianamente, não é possível que a instituição nasça petrificada, há uma constante necessidade em buscar condições para que sua permanência seja viável, formas para adaptá-la às necessidades que vão surgindo ao longo dos anos e assim, sucessivamente inovando. Esses esforços podem ser observados muito antes da implementação física da instituição, conforme o fragmento citado:

A ideia de uma “Escola Técnica” em São Borja surgiu de uma demanda local e regional apresentada pela Prefeitura em resposta à chamada pública MEC/SETEC nº 01/2007. Tal Escola seria uma UNED (Unidade de Ensino Descentralizada) da então EAFA (Escola Agrotécnica Federal de Alegrete). As tratativas foram conduzidas pela direção da EAFA e autoridades políticas de São Borja, em consultas populares na região da fronteira oeste e das missões. Dessas consultas, surgiu a opção pelo município de São Borja, que ficou sob a responsabilidade de atender às demandas regionais, proporcionando estímulo ao crescimento da região. (Disponível em 20 de out. De 2020: <https://www.iffarroupilha.edu.br/institucional-sb>).

A criação desta instituição educacional se deu pelo Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, Fase II, essa aproximação com a comunidade local, visou desde o início estabelecer, promover e desenvolver um qualitativo

social, o qual buscou-se preencher um vazio regional de ensino técnico, principalmente na área de tecnologia e serviços no município, contribuindo de forma a qualificar profissionais para esse setor, objetivando um crescimento de mão de obra local para o desenvolvimento da região e o estancamento do êxodo dos jovens que partem em busca de oportunidades e profissionalização em outras regiões do Estado e do País.

Os índices ainda não são os melhores nos municípios limítrofes, existe um número considerável de jovens migrando para outras regiões conforme apontam os dados do IBGE (2010), porém, o papel da Instituição faz-se necessário, bem como, o de outras universidades e faculdades, o fato, é que essas instituições de ensino recebem um número considerável de estudantes, residentes na região, além daqueles oriundos de outros Estados do País.

Notoriamente as contribuições começam a ganhar espaço não apenas no município sede da instituição, mas em um rol de municípios vizinhos, não restringindo a análise pode-se complementar, que estudantes de outros Estados migram para o Município em busca de uma graduação, a cultura educacional passa ter uma nova perspectiva, sua transformação ideológica se traduz da cultura do trabalho, para a cultura educacional ou, ainda melhor dizendo, em uma educação para o trabalho. Essa mudança parece simples, mas na verdade está intrinsecamente ligada à forma como a sociedade se posiciona frente ao processo educacional, esses valores são a essência de como a educação superior é vista e absorvida pelos agentes sociais.

4. 1 O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA - IFFAR: OS PRIMEIROS PASSOS DE SUA IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO.

A Lei nº 11.892/2008, é um marco na memória dos brasileiros, sendo que é a partir deste momento que ocorre a criação dos Institutos Federais, instituições que possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, nesse cenário, 2008 é o início de um novo ciclo na educação pública, gratuita e de qualidade, a qualificação e posteriormente as oportunidades estarão marcadas na vida de milhares de jovens, adultos e idosos que tiveram seu processo de formação lapidado nesses espaços educacionais.

De acordo com a Lei de criação, a Rede Federal compreende os Institutos Federais, os CEFETs do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, Escolas Técnicas vinculadas às

Universidades Federais e o Colégio Pedro II, os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia são:

Instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Para efeitos regulatórios, equipara-se às universidades federais. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm).

No seu processo de criação, o *Campus* São Borja, foi vinculado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, a partir da Portaria do Ministério da Educação nº 04, de 06 de janeiro de 2009. Assim, em 15 de março de 2010, houve o início das atividades acadêmicas, com servidores técnico-administrativos e docentes atuando provisoriamente nas dependências da Escola Sagrado Coração de Jesus em São Borja. Em 21 de setembro de 2010, o Ministério da Educação lançou a Portaria nº 1.170, tornando efetiva a autorização para o funcionamento do *Campus* na cidade de São Borja-RS. No início do ano de 2011, houve a mudança para a sede definitiva, situada na Rua Otaviano Castilho Mendes nº 355, Bairro Betim. Conforme pode-se observar a localização atual, figura 06.

FIGURA 06: DA ESQUERDA PARA A DIREITA, IMAGEM DA GUARITA ROL PRINCIPAL DE ENTRADA NO *CAMPUS*, NA SEQUÊNCIA VISTA PANORÂMICA DA ÁREA INSTITUCIONAL.



Fonte: Editado pelo autor em 2021 - Arquivo eletrônico IFFar

Ainda, buscando atender às demandas na área educacional da cidade e região, também aos objetivos e finalidades do Instituto Farroupilha, dentro de um contexto contributivo o *Campus* São Borja têm ofertado cursos de licenciatura, com vista a suprir a carência de

docentes nas áreas da Física e Matemática, além de outros curso que também são desenvolvidos, conforme destaca-se:

No nível da Educação Básica, o *Campus* oferta cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Cursos Técnicos Integrados PROEJA e Cursos Técnicos Subsequentes. No nível da Educação Superior, são oferecidos Cursos de Licenciatura, de Tecnologia e de Bacharelado. Ainda, há cursos de Pós-graduação e de Formação, sendo estes últimos vinculados a programas federais, como o Pronatec.

Hoje, estão em pleno funcionamento no Campus cursos técnicos na área de Informática, Eventos e Cozinha; Licenciaturas em Matemática e Física; Bacharelado em Sistemas de Informação; Tecnologia em Gestão de Turismo e Tecnologia em Gastronomia. Na modalidade de educação a distância, é ofertado o curso Técnico em Informática para Internet.

[...] são ofertadas anualmente 60 vagas para o Curso Técnico em Informática Integrado; 60 vagas para o Curso Técnico em Eventos Integrado; 30 vagas para o Curso Técnico em Eventos Subsequente; 30 vagas para o Curso Técnico em Cozinha Subsequente; 35 vagas para Licenciatura em Física; 30 vagas para Licenciatura em Matemática; 30 vagas para o Bacharelado em Sistemas de Informação; 30 vagas para o curso de Tecnologia em Gestão de Turismo; 30 vagas para o curso de Tecnologia em Gastronomia; 35 vagas para o curso Técnico em Cozinha Proeja e 40 vagas para o Curso Técnico em Informática para Internet na modalidade de educação a distância [...]

(<https://www.iffarroupilha.edu.br/institucional-sb>)

As políticas públicas educacionais demonstram uma evolução, os IFs, apontam para uma tendência na superação do vazio educacional, principalmente nas regiões interioranas do País. Antes tida a educação superior como uma possibilidade para “poucos”, restrita a classe mais favorecida economicamente, hoje, converge em possibilidade e acesso de forma mais abrangente e homogênea, tornando-se assim, o sonho da graduação, da especialização, mestrado e doutorado possível a um número mais elevado de pessoas, principalmente nessas regiões em que o acesso é limitado pela malha aviária e as distâncias somam-se em dezenas e centenas de quilômetros.

Diante dessas informações, naturalmente torna-se uma dificuldade visível para o acesso à educação superior, lembrando que inclusive muitos municípios interioranos possuem sérias limitações para o acesso a internet, fator que contribui negativamente dificultando o acesso à educação superior principalmente aquela ofertada no formato EaD¹⁰.

Visto que, o processo educacional não limita-se ao espaço físico da instituição, o *Campus* de São Borja conta com inúmeros projetos de pesquisa e extensão que buscam

¹⁰ Educação à distância: Educação à distância é a modalidade educacional na qual alunos e professores estão separados, física ou temporalmente e, por isso, faz-se necessária a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação. Essa modalidade é regulada por uma legislação específica e pode ser implantada na educação básica (educação de jovens e adultos, educação profissional técnica de nível médio) e na educação superior. (<http://portal.mec.gov.br>).

levar ao público externo a inovação, conhecimento técnico, produções científicas através de cursos e mini cursos, palestras e eventos que contribuam para o conhecimento e reconhecimento da educação e do desenvolvimento tecnológico, contribuindo no processo de divulgação do *Campus* na região, propiciando que demais pessoas percebam sua abrangência.

O movimento que a Rede Federal ganhou nos últimos anos do governo Dilma contribuíram para reforçar a justiça social da qual os Institutos encontram-se incumbidos, possibilitando oportunidade e esperança no caminho rumo à educação superior, oferta e oportunidade para educação pública e de qualidade.

4.2 O TRAÇADO DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DO PROGRAMA DE PERMANÊNCIA E ÊXITO NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

A saber as políticas institucionais do Programa de Permanência e Êxito (PPE) foram aprovadas pelas instâncias superiores, o Colegiado de Dirigentes (CODIR) e, instituído pela Resolução CONSUP¹¹ 178/2014, de 28 de novembro de 2014, no Instituto Federal Farroupilha (IFFar), onde, é um instrumento que objetiva aos alunos dos cursos técnicos, como também aos acadêmicos dos cursos superiores, concluírem suas formações sem que esses, diante das dificuldades, venham migrar para outras instituições ou até mesmo abandonar seus cursos.

Os primeiros passos do programa foram sendo desenhados e desenvolvidos pelo plano de ação, fase inicial, elaborado em resposta ao Acórdão¹² nº 506/2013, do TCU, do qual apontou um alto índice de evasão e retenção na Rede Federal, importante fator de entrave para crescimento institucional no País. Esses primeiros passos, dentre outros aspectos, buscaram apontar as causas da evasão, visto que, era a base para a construção de uma política pública capaz de diminuir a incidência do problema público. Como descrito:

Pela diversidade de fatores que afetam a evasão, pode-se inferir que desenhar políticas ou estratégias de combate à evasão nos Institutos Federais constitui-se em uma tarefa complexa. Primeiramente, é preciso levar em conta que os Institutos Federais ofertam cursos para públicos bastante heterogêneos em termos acadêmicos e sociais. Essas diferenças fazem com que políticas específicas devam ser elaboradas para cada segmento (BRASIL, 2013).

¹¹ Conselho Superior: O Consup é o órgão máximo da instituição, responsável por decisões importantíssimas que ditam os rumos do IFFar. A participação de representantes de todas as categorias garantem que as decisões se deem de forma justa e democrática. (<https://www.iffarroupilha.edu.br>).

¹² Definido conforme o artigo 204, do Código do Processo Civil 2015 (CPC), como julgamento colegiado proferido pelos tribunais.

O estímulo a permanência decorre de um trabalho árduo que vem sendo construído e aprimorado ao longo dos anos, esse processo deve não apenas respeitar as proposições e avaliações institucionais, mas levar em considerações as percepções dos clientes desta política pública, aqueles que são os reais beneficiários e que sem dúvida podem apontar dados relevantes sobre a qualidade e seus reais impactos. A esse respeito, importa salientar que a integração de olhares constitui-se um desafio que perpassa as discussões no campo educacional, mas que podem constantemente serem aprimoradas.

4.3 ANO DE CRIAÇÃO DO PROGRAMA

Um grupo composto por vários profissionais deram início aos trabalhos, buscando o entendimento dos fenômenos de evasão e retenção na Rede Federal e à adoção de medidas para o seu combate, foi instituído, por meio da Portaria SETEC nº 39, de 22 de novembro de 2013, a equipe, composta por representantes da própria Secretaria e da Rede Federal, com o propósito de sistematizar um Documento Orientador com subsídios para o planejamento de ações para o enfrentamento do fenômeno da evasão e da retenção.

Para a elaboração desse Documento, foram realizadas reuniões presenciais e a distância, oficina com gestores da Rede Federal e pesquisas exploratórias e diagnósticas. As atividades tiveram o objetivo de definir a base conceitual da análise, dimensionar os fenômenos da evasão e retenção, discutir e analisar os dados extraídos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), sendo que, a partir das informações coletadas, trabalhou-se a fim categorizar e definir causas da evasão, retenção e medidas para superação, com base na literatura e em diagnóstico realizado pelas instituições que integram a Rede Federal.

A elaboração desse Documento é resultado de um processo coletivo, em que as instituições foram instigadas a realizar diagnósticos locais sobre evasão e retenção em cursos técnicos e nos cursos de graduação, com indicação de causas e medidas de combate, bem como, participar, por meio do envolvimento direto de representantes em oficina para consolidar uma proposta para o plano estratégico de intervenção e monitoramento para superação do problema público em questão, nesse sentido, o documento de fato se desenvolveu em setembro de 2014, sendo que no mesmo ano, em 03 de outubro realizou-se a apresentação aos diretores dos *Campus* do IFFar.

Apesar da análise ter sido construída levando em consideração os cursos técnicos de nível médio e cursos de graduação ofertados na modalidade presencial, as orientações apresentadas serviram para serem aplicadas a todas as ofertas educacionais das instituições integrantes da Rede Federal.

O documento que surgia era uma proposta para o problema público em evidência, com ele a criação de planos estratégicos institucionais que contemplassem o diagnóstico das causas de evasão, retenção e por fim, a implementação de políticas educacionais, ações administrativas e pedagógicas, de modo a ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo educativo. Diante disso, o professor de administração pública da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), considera que existem conceitos que são de suma relevância sua compreensão, SECCHI (2016, p. 05) mensura dizendo que: “Dois conceitos são fundamentais para entender o campo da política pública: O problema público e a política pública. O primeiro trata do fim ou da intenção de resolução. O segundo trata do meio ou mecanismo para levar a cabo tal intenção.”

Muito pragmático, o autor conduz a análise da política pública como uma diretriz elaborada para enfrentar o problema público, é nesse cenário que a implementação das ações no universo educacional se consolidou de fato como uma política pública no ano de 2015, onde os alunos começaram a tornar-se beneficiários do PPE.

Sua implementação e abrangência institucional compreende as seguintes instituições: *Campus* Alegrete; *Campus* Frederico Westphalen; *Campus* Jaguari; *Campus* Júlio de Castilhos; *Campus* Panambi; *Campus* Santa Rosa; *Campus* Santo Ângelo; *Campus* Santo Augusto; *Campus* São Borja; *Campus* Avançado Uruguaiana; e, *Campus* São Vicente do Sul. Em conjunto, essas instituições formam em seu todo o Instituto Federal Farroupilha, onde a reitoria encontra-se localizada na cidade de Santa Maria-RS. Esta estruturação se funda a partir da criação do:

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – IF Farroupilha – foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, [...]

De acordo com a lei de sua criação, o IF Farroupilha é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Equiparados às universidades, os institutos são instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, além de detentores de autonomia universitária. (BRASIL, 2016, p. 02).

Percebe-se o importante papel que desempenha a instituição de ensino, para o desenvolvimento local, regional e do País, bem como, a importância das articulações sociais que são desempenhadas em consonância com a sociedade no processo de emancipação dos

atores sociais. Sua forma estrutural e a diversidade de oferta de ensino, buscam atender às peculiaridades locais e regionais em que cada instituição está geograficamente situada. Esse propósito pode ser comprovado no Guia do MEC Concepções e Diretrizes (2010, p. 02), onde estabelece que: “O foco dos Institutos Federais será a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias. Responderão, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, [...]”.

As contribuições que a instituição soma no desenvolvimento científico, tecnológico e cultural na vida dos estudantes, ultrapassam as barreiras da formação científica, as diversas formas de desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, fomentam o engajamento social, cultural e atrelam esses estudantes em construção, aos principais problemas locais e regionais, instigando-os a contribuir com suas experiências para a consolidação da democracia e ampliação do bem estar social.

A consolidação das políticas públicas do Programa de Permanência e Êxito “Resolução CONSUP 178/2014, de 28 de novembro de 2014” na Instituição tem função de possibilitar a excelência da educação básica profissional técnica e tecnológica aos discentes, manter a permanência e o êxito dos acadêmicos na instituição educacional, da mesma forma quantificando e objetivando a abrangência da rede.

Sabendo que a educação superior é o que possibilita o pleno desenvolvimento do agente social conforme prevê a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394/96 (LDB) em seu Título II Art. 2º¹³. Como parte desse processo e para que o desenvolvimento ocorra, princípios norteadores consistem em promovê-lo intelectualmente de forma contextualizada, objetivando uma formação integral, desenvolvimento para vida social e profissional do acadêmico.

Essa integração com a ciência, cultural e tecnologia e a indissociabilidade entre teoria e prática possibilitam a superação dos desafios que a modernidade líquida transpõe, considerando que as relações sociais, econômicas e de produção são frágeis, fugazes e maleáveis, conforme assim definiu o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, em seu livro “Modernidade Líquida”. Pode-se argumentar conforme a LDB/96 Art. 44, a educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

¹³ Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

I – cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;

II – de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III – de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino. Acessado em: 02 de out. 2020. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm).

Neste sentido, cabe salientar que não basta apenas assegurar uma oferta de vaga, mas também pressupõe acreditar que são necessárias ações pontuais que possam contribuir para que os acadêmicos mantenham-se nos seus respectivos cursos a fim de concluí-los. É notório nos espaços acadêmicos a existência de um dualismo de concepções, sendo que por um lado o empenho, a satisfação, o ego, a busca por conhecimento, compõem o cotidiano de muitos estudantes, ora as dificuldades apresentam-se deturpando a motivação e os interesse, visivelmente são problemas das mais diversas dimensões que fazem-se presente na caminhada universitária, nessa direção a implementação do PPE precisa manter o seu papel fundamental no intuito de ser , conforme menciona o professor Leonardo Secchi, o “remédio” para o problema público ou pelo menos para amenizar a problemática, ora em questão.

Diante do exposto, é importante compreender esse dinamismo de forma pormenorizada, sendo imprescindível conceituar o processo pelo qual ocorre a implementação da política pública do programa. Conforme Dias e Matos (2012), implementação é a “execução de atividades que permitem que ações sejam implementadas com vistas à obtenção de metas definidas no processo de formulação das políticas públicas”.

Ainda cabe ressaltar que os dados de domínio público no site institucional denotam uma reflexão que esboça o olhar quantitativo sobre os resultados da implementação da política do PPE, expressam uma visão institucional positiva de valores e resultados, refletem um auxílio a muitos acadêmicos. No entanto, a identificação do olhar dos beneficiários egressos em relação à política do programa, tendo o beneficiário com aporte para a produção de dados, ainda demonstram poucas evidências em relação a forma como essa política pública é percebida diretamente por aqueles que à ela acessaram, não necessariamente por falta de beneficiários, mas por déficit de pesquisas com esse aporte.

As concepções e diretrizes apontam esforços do programa objetivando a efetividade e permanência do estudante na instituição, essa política, ainda considera-se como recente, pelo fato de sua implementação ter ocorrido em 2014, mas os primeiros editais datam de 2015,

apesar de já existirem outros mecanismos que possuíam objetivos próximos, mas com abrangência inferior.

As dificuldades oriundas da modernidade geram consequências e impactos na vida dos seres humanos, para alguns mais, para outros menos, visivelmente essa relação de causa/consequência em algumas circunstâncias afeta o rendimento acadêmico fazendo com que muitos não consigam concluir o seu processo formativo, a escalada de fatores que contribuem negativamente, somam-se em diversos níveis, perpassando pelo social, econômico, cultural, fatores psíquicos, entre outros. Nesse intuito, garantir a possibilidade para que o estudante ao ingressar na instituição possa permanecer nela, é uma questão de política pública. Para o desenvolvimento deste trabalho foi necessário acessar esse espaço oculto, transigir essas informações, tomar conhecimento da percepção que possuem referente ao programa em questão, e a partir dos dados extraídos estabelecer a análise a qual se propõe como objetivo geral.

A concepção de evasão escolar, problema público que dá início as primeiras ações para o desenho da política do PPE é por Lüscher e Dore (2011) compreendido como o que constitui-se a partir de um conjunto de fatores que entrelaçados acarretam o processo de abandono da instituição de ensino por parte do estudante; ainda acrescentam que esse processo possui uma natureza multiforme, a escolha de sair da escola é apenas o ato final de um processo que se manifesta de muitas formas, visíveis ou não, ao longo da trajetória escolar do estudante. Deve-se, portanto, detectar os sinais enviados quando estão em situação de risco.

Não diferente da visão exposta pela professora Rosemary Dore e Ana Zuleima Lüscher, o corpo teórico do PPE abarca um rol de ações descritas e categorizadas que emergem a partir de fatores individuais dos estudantes, internos e externos à instituição. Diante de uma lista de fatores, considerados os que mais contribuem para evasão e retenção, são desenhadas as estratégias e ações para a superação das causas descritas. Após todo esse trabalho de estruturação, cada *campus* do IFFar estabeleceu uma ou duas ações em cada um dos fatores, para que pudessem ser colocadas como prioridades dependendo da realidade de cada *campus*. Para o roteiro dessas ações o planejamento deu-se a partir de pesquisas anteriores na Rede Federal e das observações dos membros da comissão.

4.4 ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL DE PERMANÊNCIA E ÊXITO: DA TEORIA À PRÁTICA

Recapitulando alguns informes já elencados, o MEC, por meio da SETEC, elaborou um plano de ação composto por sete dimensões que abrangem o entendimento dos fenômenos da evasão e retenção e medidas para o seu combate, a formação de parcerias, o desenvolvimento da pesquisa e inovação, a inserção profissional dos estudantes, a distribuição de cargos e funções às instituições, a capacitação dos servidores e a avaliação de cursos de educação profissional e tecnológica; somaram-se orientações para a condução do programa.

Tendo como base o histórico e a historicidade da Educação Profissional e Tecnológica e suas mediações, nesse espaço pautou-se pela análise ponderada de um conjunto de critérios previamente determinados no qual desenvolveu-se de maneira descritiva um esboço apresentando os pressupostos teóricos sobre o Programa de Permanência e Êxito no IF Farroupilha *Campus* São Borja, o contexto também está enriquecido de informações e concepções que foram fundamentais para o desencadeamento do programa e o desenvolvimento de seu protocolo estrutural.

4.4.1 Antecedentes ao PPE

Para a materialização do programa foram necessários exaustivos trabalhos até o processo de sua implementação, com o intuito de possibilitar uma compreensão de todo esse percurso, bem como, o seu real propósito, conceituou-se de forma descritiva seu processo de criação, desenvolvimento e implementação.

A construção do Programa Estratégico de Permanência e Êxito, buscou o cumprimento de metas institucionais definidas nas ações de permanência, com vista a saída exitosa dos alunos e acompanhamento dos egressos. Do mesmo modo, para que isso tudo acontecesse foram desenvolvidos processos, metodologias, ferramentas, técnicas e currículos que promovessem o acesso e a permanência dos discentes.

O delineamento da estrutura do programa iniciado em 2013 quando o Tribunal de Contas da União (TCU) elaborou uma auditoria que culminou no Acórdão nº 506/2013, neste documento foram apontados os elevados índices de evasão na Educação Profissional e Tecnológica.

Apesar do crescimento robusto da Instituição, esse fator era considerado um impedimento para a concretização e solidificação dos institutos, o qual tem como elemento fundante uma concepção de educação que se revela em uma perspectiva ampla e integral, baseada no olhar social em direção às políticas sociais e ações que possibilitem uma interação

mais substantiva com a cultura produtiva local, como medida essencial para o processo de desenvolvimento humano e ênfase em temas transversais para a formação cidadã.

É notório salientar que ações e implementações de políticas sociais de educação ocorrem permanentemente, mas apesar desses esforços, ainda se constatava a necessidade de atenção às taxas de evasão e de retenção nos cursos ofertados pela Rede Federal, conforme pode-se observar nos dados expostos pelos auditores ao término das visitas nas instituições.

QUADRO 04: EVASÃO E RETENÇÃO NA REDE FEDERAL, APONTAMENTOS DO TCU.

Nível	Tipo de Curso	Taxa de Evasão	Taxa de Retenção	Taxa de Conclusão
Educação Básica	Téc. Integrado - Idade Própria	6,40%	44,42%	46,80%
	Téc. Integrado e concomitante - EJA	24,00%	37,99%	37,50%
	Téc. Subsequente	18,90%	49,34%	31,40%
Educação Superior	Licenciatura	8,70%	64,53%	25,40%
	Bacharelado	4,00%	68,09%	27,50%
	Tecnólogo	5,80%	50,82%	42,70%

Fonte: TCU - Adaptado, 2013.

Observa-se nos dados a partir do relatório do TCU, que os índices de retenção na Rede Federal, variavam entre 4% e 24% e a retenção entre, aproximadamente, 38% e 70%. Os números por si só, mesmo que haja divergência sobre a metodologia utilizada, expressam altos índices de dificuldade da rede em mantê-los a fim de que possam concluir com êxito seus estudos.

Conceitualmente, a evasão por si só é um assunto polêmico e controverso, apresenta-se diante de um quadro diverso, com definições que nem sempre dialogam entre si, gerando ambiguidade e/ou limitação às análises. Para as autoras Dore e Lüscher (2011, p. 775).

A evasão escolar tem sido associada a situações tão diversas quanto a retenção e repetência do aluno na escola, a saída do aluno da instituição, a saída do aluno do sistema de ensino, a não conclusão de um determinado nível de ensino, o abandono da escola e posterior retorno. Refere-se ainda àqueles indivíduos que nunca ingressaram em um determinado nível de ensino, especialmente na educação compulsória, e ao estudante que concluiu um determinado nível de ensino, mas se comporta como um *dropout*.

Considera-se que esse problema está associado ao impacto das questões sociais, às experiências escolares anteriores que podem ter sido negativas, à falta de uma estrutura familiar, à falta de suporte psicológico, desta forma, pode-se entender que o problema vai muito além da dos limites físicos da instituição.

4. 4. 2 Normativas e regramentos

O Acórdão anteriormente citado, pontuou medidas que poderiam ser utilizadas para minimizar os elevados índices de evasão, dessa forma, constituindo-se duas categorias, uma como sendo um processo diagnóstico e outra com o intuito de intervenções para aqueles alunos vistos com possível potencial de evadir. Nos *campi* visitados pelos auditores do TCU foram verificados que em geral há um processo de diagnóstico, no entanto “apesar da relevância desse problema, em nenhum dos estados visitados durante a auditoria foram encontrados estudos realizados por parte dos Institutos Federais que identificassem as causas de evasão e os efeitos das medidas de combate adotadas” (TCU, pg. 57, 2013).

No que tange às informações já exposta é possível uma observação quanto a forma estrutural de normatização do programa, esse por sua vez começa com um mecanismo de estruturação teórica, observável no delineamento exposto, que trata de sua estruturação metodológica, regramentos e composição que se estrutura pelas seguintes etapas:

- Instituição de comissão interna;
- Construção do programa;
- Sensibilização Institucional;
- Implementação do programa;
- Acompanhamento e avaliação das ações estratégicas propostas.

O programa será inicialmente organizado a partir dos documentos disponibilizados pela SETEC que realizam um diagnóstico da situação de evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e das causas indicadas nas pesquisas sobre as situações que levam à retenção e/ou evasão dos alunos. (Projeto do Programa Permanência e Êxito dos Estudantes no IF Farroupilha, 2015).

O desenho estrutural do programa segue uma premissa baseada em documentos disponibilizados pela SETEC, sendo neste material, diagnosticado a situação de evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; e as causas indicadas nas pesquisas sobre as situações que levaram à retenção e/ou evasão dos alunos. Do qual foram apontadas ações para serem implementadas pelos IFs. Esse documento teve como escopo balizar o planejamento das ações, como se segue:

Esse documento tem o propósito de orientar o desenvolvimento de ações capazes de ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo formativo oferecido pelas instituições da Rede Federal, respeitadas as especificidades de cada região e território de atuação. Assim, oferecem-se subsídios para a criação de planos estratégicos institucionais que contemplem o diagnóstico das causas de evasão e retenção e a implementação de políticas e ações administrativas e pedagógicas de modo a ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo educativo. (BRASIL, 2014, P. 04).

A explicitação sobre o documento é estruturada com base em um breve histórico e uma pequena caracterização do Instituto Federal, com o demonstrativo das instituições; processo de expansão e as finalidades a qual a Rede se propõe, a complexidade e a diversidade da oferta educacional, é possível identificar as bases conceituais sobre o processo de evasão e retenção, apresentando pesquisas nacionais e internacionais, bem como, identificando e retratando experiências já constituídas na Rede Federal.

Tratando-se de compilados teóricos existentes, destaca algumas pesquisas desenvolvidas nos Institutos Federais e até mesmo em algumas Universidades, essas pesquisas são elementos sinalizadores e possuem destaque no Documento Orientador (2014). A centralidade dessas pesquisas possuem um aporte que pode ser constituído de uma tríade, organizado em um primeiro elemento como sendo o “Diagnóstico”, esse por sua vez mapeia as causas e os motivos da evasão, quanto ao segundo elemento “Intervenção” este por sua vez propõe ações de redução nas taxas de evasão; concluindo os elementos da tríade, o “Acompanhamento” reserva-se ao processo de monitorar os índices de evasão. Juntos, diagnóstico, intervenção e acompanhamento, buscam atacar as causas do problema público que são destacadas como:

[...] acesso às instituições; dificuldades de relacionamento do estudante (seja com professores, diretores e colegas de sala); condição e fatores socioeconômicos; frustração de expectativas em relação ao curso; fatores intra escolares (currículo, horários e carga horária dos cursos); motivação, interesse ou compromisso com o curso; inserção do estudante no mundo produtivo, em particular a necessidade de trabalhar; modelo de ensino escolar e suas valorações; problemas de aprendizagem ou dificuldades nas disciplinas; repetência ou desempenho acadêmico insuficiente; distância entre o currículo teórico do curso técnico e o conhecimento prático requerido na vida real; inadequação dos programas de estágio; práticas pedagógicas; perfil do corpo docente; excesso de matérias/disciplinas por período do curso; exigência dos professores; características estruturais da escola; enfraquecimento dos vínculos com a escola; comportamento e atitudes do estudante perante a vida escolar; formação precária no ensino fundamental e/ou médio; e resistência às leis da educação profissional e às perspectivas de seus alunos (BRASIL, 2014, P. 18).

São estes dados que serviram de base para que as Instituições desencadeassem um

plano de intervenção, levando em consideração as informações já existentes através de pesquisas, esse é o momento em que o Programa de Permanência e Êxito torna-se de fato uma ferramenta com características próprias, passa a fazer parte do universo acadêmico em fase embrionária a partir da Portaria N° 1683¹⁴, de 28 de agosto de 2014, que instituiu uma Comissão Geral para coordenar e sistematizar a elaboração do plano estratégico institucional, Programa de Permanência e Êxito do IFFar.

É notório destacar que, como último elemento, o Documento Orientador apresenta a possibilidade de uma proposta para a elaboração de um Plano Estratégico de Monitoramento e Intervenção da Evasão e da Retenção, esse por sua vez é acompanhado pela Comissão Geral e desenvolvido pelas comissões internas de cada *Campus*.

O IF Farroupilha é uma instituição de educação pública, gratuita, em atenção aos arranjos produtivos sociais e culturais locais, oferta cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, cursos técnicos (presenciais e a distância), cursos de graduação e pós-graduação, proporcionando a verticalização do ensino. A atuação pedagógica, nesse sentido, está voltada para a plena formação do cidadão-profissional, perpassando pela articulação do ensino-pesquisa-extensão.

Com propósito de assegurar os seis objetivos gerais dispostos no Art. 7º da Lei nº 11.892¹⁵ de dezembro de 2008, o Programa de Permanência e Êxito trás na Sessão II, o

¹⁴Documento na integra.

file:///home/chronos/u-a865b7205054541e72991be7a898af1ca17e4399/MyFiles/Downloads/2014%20RESOLU%C3%87%C3%83O%20178%20PPE%20(5).pdf

¹⁵ I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
VI - ministrar em nível de educação superior:
a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

objetivo geral que visa “Consolidar a excelência da oferta da EBPTT de qualidade e promover ações para a permanência e êxito dos estudantes no IF Farroupilha”, é nesse sentido que o programa ganha força e implementação institucional, pode-se dizer que os objetivos específicos encontram-se salvaguardados como meios para chegar ao objetivo geral.

Por conseguinte, as políticas de permanência e êxito são aquelas destinadas a garantir aos alunos que ingressam no IFFar, a possibilidade para que não desistam do curso, seguindo seu percurso formativo até finalizar seus estudos. Desta forma, percebe-se que são ações tomadas, respectivamente, no sentido de manter o vínculo com a instituição, consoante as normas institucionais; e a integralização do curso de acordo com o previsto no PPC.

É importante reforçar a compreensão, desde a concepção das políticas sociais institucionais; até a atuação da Coordenação de Assistência Estudantil, que resguarda um papel relevante, sendo responsável pela gerência e centralidade de grande parte da funcionalidade no processo de concessão dos recursos, estabelece uma malha de articulações com outros setores a fim de melhor qualidade e lisura em suas ações, como se pode observar:

Para o desenvolvimento das ações de Assistência Estudantil do Instituto Federal Farroupilha, cada *campus* possui em sua estrutura organizacional uma Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) que, juntamente com uma equipe multidisciplinar articulada com os demais setores da instituição, trata dos assuntos relacionados ao acesso, permanência, êxito e participação dos estudantes no espaço escolar. As finalidades, diretrizes e normatizações da Assistência Estudantil do IF Farroupilha estão previstas em documentos específicos, elaborados pelas CAEs, Grupo de Trabalho da Assistência Estudantil, Pró-Reitorias e seus respectivos Comitês Assessoros, aprovados pelo Conselho Superior
(<https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/item/317?layout=item&Itemid=778>).

Observa-se que a regulamentação de concessão de auxílios atualmente é regulamentada pela Resolução CONSUP N° 051/2019 de 24 de outubro de 2019, esse documento por sua vez norteia todo o processo de concessão de auxílios aos estudantes matriculados no IFFar.

Acrescenta-se ainda, as disposições que estabelecem os princípios dos auxílios e a quem esses podem ser disponibilizados, dessa forma o Art.1º da Resolução supracitada define

e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

que: “Os auxílios previstos neste regulamento têm a finalidade de contribuir para a permanência e êxito dos estudantes do IFFar que vivenciam situação de vulnerabilidade social”.

Estendendo a leitura, o Art. 2º determina que: “No IFFar, caracteriza-se como Auxílio da Assistência Estudantil aquele oriundo de recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil¹⁶ (PNAES) ou da matriz orçamentária da Instituição, concedido ao estudante regularmente matriculado no IFFar”.

A Resolução do CONSUP N° 051/2019 ainda menciona em seu Parágrafo único que “Para o estudante beneficiário com os auxílios da Assistência Estudantil, cujo recurso seja oriundo do PNAES, não se admitirá contrapartida laboral em nenhuma hipótese”, esses auxílios aqui referidos constituem-se de bolsas que serão pagas aos alunos através de depósito em conta corrente do titular, desde que esse esteja enquadrado dentro dos critérios estabelecidos no respectivo edital.

Tratando-se sob o rol dos auxílios, a Resolução CONSUP N° 001/2018, de 27 de março de 2018, estabelece a possibilidade de concessão conforme orçamento disponível, de apoio aos estudantes matriculados no IFFar, com efetiva frequência às aulas, em cursos presenciais ou à distância, com objetivo de subsidiar a participação em eventos de natureza científica e/ou tecnológica, desportiva, artístico-cultural e de organização estudantil, como forma de aprimorar sua formação profissional e pessoal, por meio de experiências e vivências acadêmicas.

4. 4. 3 Destinatários

Ainda sobre a leitura na Resolução 051/2019 que refere-se ao Regulamento e Concessões de Auxílios, percebe-se que no Título II do documento estão expressas as definições que dispõem sobre os tipo de auxílios da Assistência Estudantil, conforme destacam-se:

¹⁶ Criado pela Portaria MEC nº 39, de 12 de dezembro de 2007 e regido pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) é um programa destinado a democratizar o acesso e permanência na educação superior de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior, com o objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e reduzir as taxas de evasão e retenção. De competência da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior, no âmbito da Coordenação-Geral de Relações Estudantis e Serviços Digitais (Dippes/CGRED), visa reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. <http://portal.mec.gov.br> > pnaes

I - Permanência: destinado aos estudantes matriculados no IFFar em cursos presenciais ou na modalidade da Educação a Distância (EAD), com efetiva frequência e com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio.

II - Eventual: destinado aos estudantes matriculados no IFFar em cursos presenciais, que em período fora de edital regular dos auxílios, passou a estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica por caso fortuito.

III - Atleta: destinado aos estudantes matriculados no IFFar em cursos presenciais ou na modalidade de EAD, com efetiva frequência, com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio e que apresente potencial de destaque em alguma modalidade esportiva ofertada no *campus*. Parágrafo único.

O auxílio atleta observa critérios específicos conforme regulamentação disposta no Título V deste regulamento (RESOLUÇÃO CONSUP N° 051/2019).

Os estudantes beneficiários do auxílio atleta, tem direito a bolsa no valor de R\$ 150,00 mensal, sendo que os recursos também são oriundos do PNAES. As inscrições para esse auxílio serão efetivadas pelo estudante, conforme o previsto em cada edital. A documentação solicitada deverá ser entregue no ato da inscrição, juntamente com o protocolo de entrega da documentação na CAE do *Campus*. Quanto aos documentos necessários para a participação da concessão, são:

- a) Formulário de solicitação de auxílio devidamente preenchido e assinado pelo solicitante (Anexo II);
- b) Atestado de frequência emitido pelo SIGAA (Sistema de Gerenciamento e Integração Acadêmica);
- c) Atestado médico que comprove estar apto à prática de atividades físicas;
- d) Cópia do documento de identificação com foto do estudante e dos componentes do grupo familiar;
- d.1) Para menor de 18 anos, caso não possua carteira de identidade, é necessária a cópia da certidão de nascimento.
- e) Documentos para comprovação de renda familiar mensal: Todos os integrantes do grupo familiar devem entregar UM documento referente a cada uma das atividades remuneradas desempenhadas (Anexo III). (Resolução CONSUP N° 050/2019, de 24 de outubro de 2019).

Tal fato apresenta-se como um grande desafio aos Institutos Federais, posto que, no Brasil, a oferta de uma educação gratuita e de qualidade à classe trabalhadora não constitui-se, na prática, um direito acessível a todos, como prevê a CF/88. O perfil dessa política pública está voltado à garantia da permanência discente na educação básica, ensino superior e demais modalidades de ensino ofertadas pela instituição, vêm sendo cada vez mais requisitada e implementada com vistas a apoiar a expansão e a interiorização desses níveis educacionais no Brasil.

4. 4. 5 Requisitos de admissão

Para o acesso a essas concessões, regras são elementares, assim no Título III no Capítulo I em seu Art. 4º o Documento trata do acesso, define as condições para tornar-se

beneficiário aos auxílios financeiros da Assistência Estudantil: “I - estar matriculado em todas as disciplinas regulares ofertadas durante o semestre; II - ser assíduo às atividades do curso, apresentando frequência mensal de 75%; III - possuir renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio”.

Os requisitos de acesso aos diversos benefícios ofertados, são basicamente os mesmos, porém, o valor que o estudante receberá, esse por sua vez, muda conforme o benefício que estará recebendo, deverá ser classificado conforme os critérios estabelecidos no edital, que destina-se apenas aos estudantes matriculados na Instituição. Como título de exemplo, o beneficiário atleta, deverá ter acompanhamento de professor orientador, que elaborará um plano de treino firmado entre o estudante e o Instituto e preencher os demais requisitos que são:

- a) Estar matriculado em cursos técnicos ou superiores do IFFar;
- b) Ter frequência mensal igual ou superior a 75%;
- c) Ter renda per capita familiar inferior ou igual a um salário mínimo e meio;
- d) Ter disponibilidade de, no mínimo, 04 (quatro) horas semanais para a realização das atividades previstas no plano de treinamento;
- e) Estar apto à prática de atividades físicas, mediante atestado médico a ser apresentado no ano letivo vigente;
- f) Apresentar comprovado potencial na modalidade esportiva, mediante parecer da JDC;
- g) Obedecer aos prazos divulgados, conforme o Anexo I [...].
(EDITAL Nº 050/2019, DE 19 DE MARÇO DE 2019).

No Plano de Expansão das políticas sociais o Capítulo III da Resolução do CONSUP Nº 050/2019, define os princípios para o acesso à Moradia Estudantil e considera que, para acessar o benefício deve-se enquadrar no que dispõem o seguinte artigo:

Art. 4º São condições de acesso à Moradia Estudantil:
I - estar matriculado em todas as disciplinas regulares ofertadas durante o semestre ou ter aulas de segunda a sexta-feira;
II - residir em município diferente do *campus* ou em área de difícil acesso/deslocamento dentro do mesmo município, devidamente comprovado mediante apresentação de comprovante de residência;
III - os estudantes que residem em município diferente do *campus* não poderão ser proprietários ou filhos de proprietários de imóvel residencial na cidade onde a unidade de ensino está localizada.
Parágrafo único. A oferta de vagas se dará de acordo com a disponibilidade existente em cada *campus*.

O Auxílio Eventual também apresentado como uma política de assistência e destinado aos estudantes matriculados em cursos presenciais, que em período fora do edital regular dos

auxílios, passou a estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica por caso fortuito, esses poderão beneficiar-se do auxílio desde que enquadrem-se em seus requisitos

Esse auxílio também está contemplado na Resolução do CONSUP N° 051/2019, e indica que poderão solicitar Auxílio Eventual os estudantes que se encontrarem nas seguintes condições conforme estabelece o Art. 11:

- I - perda recente do responsável pelo provimento da renda familiar;
 - II - situação de desemprego recente do estudante ou familiar provedor principal da família;
 - III - situação recente de doença grave do estudante ou familiar provedor principal da família;
 - IV - situação recente de risco social, em virtude de rompimento de vínculos familiares.
- (Resolução do CONSUP N° 051/2019, de 24 de outubro de 2019).

Tendo por referência o processo de inclusão socioprofissional e educacional, o Auxílio Permanência é destinado aos estudantes em cursos presenciais ou na modalidade EaD, que atendam os requisitos para acesso ao benefício conforme requer o Art. 20.

- Para fins de seleção será contemplado o estudante que atender aos requisitos descritos em edital, apresentar a documentação completa exigida e obtiver menor IVS, a partir de análise socioeconômica, na qual serão observadas as variáveis definidas pela equipe técnica de assistentes sociais do IFFar, sendo elas:
- I - renda familiar *per capita* bruta mensal;
 - II - gastos com moradia/habitação;
 - III - famílias com um provedor, com filhos de até 18 anos de idade;
 - IV - gastos com transporte;
 - V - recebedores de benefícios sociais (Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Seguro Desemprego e extrato do Cadúnico);
 - VI - famílias que possuem pessoas com alguma deficiência;
 - VII - famílias que possuem pessoas com doença crônica com base na Portaria MPAS-MS n° 2.998, de 23 de agosto de 2001, comprovadas mediante atestado médico com Classificação Internacional de Doenças;
 - VIII - outros agravantes definidos por assistente social durante a análise.
- (Resolução do CONSUP N° 051/2019, de 24 de outubro de 2019).

Ressalta que a concessão do auxílio permanência ao estudante atleta será através de edital próprio, elaborado pela Diretoria de Assistência Estudantil (DAE) em conjunto com a Coordenação de Assistência Estudantil - CAE e amplamente divulgado pelos *campus*, o qual deverá conter, “I - Finalidade e pré-requisitos; II - Inscrições e documentação; III - Das vagas de seleção; IV - Das formas de acesso e classificação; V - Dos resultados e recursos; VI - Deveres e condições de permanência; VII - Das disposições gerais e transitórias”, além de outros pontos, caso DAE e CAE considerar necessários.

4. 4. 6 Bens e serviços que outorga

Portanto, o conceito de educação para a cidadania impõe-se como requisito político e pedagógico para que as instituições cumpram sua função social. A educação profissional e tecnológica está fundamentada em uma história que vem sendo construída há mais de 100 anos. Teve seu início em 1909, com a criação de Escolas de Aprendizes Artífices, que ao longo da história, passaram por transformações, reconfigurações e incorporações institucionais.

Entretanto, não basta admitir a educação como direito fundamental, é necessário concretizar e prover as ações que permitam a garantia desse direito. Nesse sentido, tanto a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF), em seu art. 206, quanto a LDB/1996, em seu art. 3º, indicam os seguintes princípios, com relação direta para o sucesso escolar, para que o processo educacional ocorra de forma efetiva: a igualdade de condição para o acesso e permanência na escola, a garantia do padrão de qualidade, a valorização do profissional da educação escolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, somam-se fundamentais e indispensáveis para a formação cidadã.

Nesse sentido, a política pública do PPE busca contribuir, enfatizando a igualdade de condição para o acesso e permanência na instituição, procurando garantir um máximo de qualidade ao estudante durante seu percurso formativo, auxiliando na autonomia, emancipando-o e oferecendo-lhes competências técnicas, para o trabalho na dinâmica social, sendo partícipes na definição dos projetos de desenvolvimento nos âmbitos público e privado, pessoais e coletivos.

4. 4. 7 Financiamento, fontes e valores

No que tange a viabilização do pagamento das bolsas aos estudantes beneficiários, esse por sua vez caracterizam-se como oriundos de recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil ou da matriz orçamentária da Instituição, valores que só poderão ser concedidos aos estudantes regularmente matriculado no IFFar e que estejam enquadrados em um dos auxílios disponíveis pela instituição.

Quanto aos recursos para viabilização do pagamento das bolsas aos estudantes, esses provém dos cofres públicos da União de acordo com o estabelecido pelo Decreto N° 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o PNAES, conforme disposto no Art. 7º e Art. 8º exemplificados:

Art. 7º Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições federais de

ensino superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma dos arts. 3º e 4º.

Art.8º As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil criado em 2008 foi uma iniciativa para apoiar a permanência de estudantes de baixa renda matriculados nas instituições federais de ensino superior. Tendo como objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades entre os estudantes contribuindo para melhor qualidade no desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão, o programa vem tendo seus recursos ampliados, em 2015 teve um orçamento próximo a 1 bilhão de reais, recursos oriundos dos cofres da União e que, por sua vez, são repassados a atender ao PPE

4. 4. 8 Prazos e vigências

Outro ponto que cabe destacar é o Capítulo II da Resolução do CONSUP N° 051/2019, este trata da concessão e prazo de vigência dos auxílios financeiros. Dispõe que, havendo disponibilidade orçamentária, o auxílio ao estudante atleta terá vigência durante a duração do curso de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, excluído o período de férias e trancamentos de matrícula. Para que haja continuidade no pagamento do auxílio, o estudante deverá no início do semestre letivo, para cursos semestrais, e no início do ano letivo, para cursos anuais, apresentar o comprovante de matrícula e atestado médico, que comprove estar apto à prática de atividades físicas.

Com relação aos prazos previsto para o Auxílio Permanência e Eventual pode-se observar no Título IV da Resolução do CONSUP N° 051/2019 e no Capítulo I no Art. 6º que: “O Auxílio Permanência caracteriza-se em pecúnia concedida ao estudante por até 10 (dez) meses no ano, a partir do mês de publicação do Edital, a ser publicado até final do primeiro mês do início do ano letivo”, sendo o pagamento realizado através de depósito direto em conta bancária.

Os critérios de renovação do Auxílio Permanência, por sua vez, poderá ser realizado semestralmente para os cursos subsequente e superior e, anualmente, para os cursos integrados, estando atrelada a disponibilidade orçamentária, seguindo o cronograma estabelecido no calendário acadêmico da Instituição. Quanto a sua vigência, essa é definida conforme o prazo de duração do curso previsto no PPC.

O processo de concessão dos auxílios não ocorre durante o período de férias e trancamento de matrículas; para manutenção do recebimento do auxílio o estudante dos cursos subsequentes deveram estar matriculado em no mínimo 03 (três) disciplinas previstas para o semestre em que ele estiver cursando, caso contrário o mesmo não fará jus ao auxílio.

Nos outros cursos como, licenciatura, tecnólogo ou bacharelado a manutenção do recebimento do auxílio se efetivará desde que o estudante esteja matriculado em no mínimo 05 (cinco) disciplinas previstas para o semestre em que ele estiver cursando.

4. 4. 9 Sistema e funcionamento do PPE

A efetivação do PPE no IF Farroupilha se justifica, primeiramente, pelo cumprimento da meta institucional de formação de profissionais com êxito a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e definidas nas ações da Política de Atendimento aos Discentes, conforme descrito a seguir:

4.11 Estímulos à permanência

O estímulo à permanência aos estudantes é indispensável no IF Farroupilha, pois é expressivo o número de casos em que a população atendida pelas unidades de ensino do Instituto precisa de atenção e de acolhimento diferenciado, devido às suas características econômicas, sociais e culturais. Nesse sentido, o estímulo à permanência é justamente para atender os variados tipos de necessidades que os estudantes possam apresentar, as quais, quando não supridas, implicam evasão (IF FARROUPILHA, PDI 2014-2018).

O documento norteador estabelece que a distribuição do auxílio permanência estará atrelada ao limite orçamentário destinado a tal natureza sendo que será ordenada por meio do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), contemplando primeiramente os estudantes com maior vulnerabilidade. No próprio Art. 7º o legislador procurou esclarecer de forma teórica o conceito de Vulnerabilidade Social assim definindo como:

Parágrafo único. Considera-se vulnerabilidade social para os fins de aplicação desta Resolução: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (RESOLUÇÃO CONSUP N° 051/2019).

É importante que o Auxílio Eventual anteriormente mencionado, destina-se a atender

o estudante que, em período fora do edital regular dos auxílios, passou a estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica impossibilitando a permanência e o êxito em seu percurso acadêmico.

Essa concessão não obedece o mesmo caráter temporário, o Auxílio Eventual terá vigência conforme definido pelo profissional de serviço social, contanto que não ultrapasse o término do ano letivo em que se iniciou a concessão do mesmo. Quanto a sua concessão, esse poderá ser concedido mediante parecer social, a partir de estudo socioeconômico realizado por assistente social.

O Capítulo II da supracitada Resolução reservou um espaço de explanação conceituando e definindo como se dará a análise do IVS e por quem será conduzido esse análise, como descrito no relato documental a seguir:

Art. 15 O auxílio permanência ou eventual será concedido por meio do IVS do estudante, sendo que o mesmo será obtido através de análise socioeconômica, validado por assistente social, confirmando sua condição vulnerável

Art. 16 O IVS é a composição de variáveis que juntas caracterizam a situação de vulnerabilidade social.

Art. 17 A análise do IVS deve ser feita pela assistente social da CAE do *campus*.

Art. 18 O resultado do IVS é determinado pela análise documental e quando necessário o assistente social poderá utilizar outros instrumentos ou ações para realizar as avaliações socioeconômicas.

Art. 19 Cabe ao profissional do serviço social a realização do processo de análise socioeconômica, que deve considerar a renda e a situação socioeconômica do estudante, podendo, para tanto, utilizar-se dos instrumentos que considerar mais adequados para o cumprimento da finalidade proposta.

Não obstante, para fins de seleção será contemplado o estudante que atender aos requisitos; apresentar a documentação completa exigida no próprio edital de seleção e obtiver menor IVS, a partir de análise socioeconômica, na qual serão observadas as variáveis definidas pela equipe técnica de assistentes sociais do IFFar, que observarão o seguinte:

I - renda familiar per capita bruta mensal; II - gastos com moradia/habitação; III - famílias com um provedor, com filhos de até 18 anos de idade; IV - gastos com transporte; V - recebedores de benefícios sociais (Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Seguro Desemprego e extrato do CadÚnico); VI - famílias que possuem pessoas com alguma deficiência; VII - famílias que possuem pessoas com doença crônica com base na Portaria MPAS-MS nº 2.998, de 23 de agosto de 2001, comprovadas mediante atestado médico com Classificação Internacional de Doenças; VIII - outros agravantes definidos por assistente social durante a análise. Parágrafo único. Além das variáveis citadas, cada caso poderá ser analisado de forma individual, respeitando-se as especificidades de cada um, de acordo com a análise subjetiva do profissional do serviço social.

Para a realização da base de cálculo do IVS a análise socioeconômica utiliza-se da fórmula base:

Fator X Renda Bruta

Valor salário mínimo X quantidade de pessoas na família

Os estudantes que tiverem sua solicitação de benefício deferida, após a análise socioeconômica, serão classificados em grupos e os valores dos diferentes grupos serão definidos a partir de critérios de renda, e vulnerabilidade e da disponibilidade financeira e orçamentária do IFFar para a Assistência Estudantil e serão distribuídos da seguinte forma:

QUADRO 05: CLASSIFICAÇÃO DO ALUNO PARA O ACESSO AO PPE.

Grupos de Classificação
Grupo 1 (Vulnerabilidade Alta)
Grupo 2 (Vulnerabilidade Média)
Grupo 3 (Vulnerabilidade Baixa)

Fonte: Resolução Consup nº 051/2019, de 24 de outubro de 2019.

No que tange às faixas de vulnerabilidade, bem como os valores, serão explicitadas em edital específico conforme instrumento de análise adotado pela Instituição. É importante ressaltar que este documento encontra-se atualizado e não mais define o auxílio transporte com uma concessão, esse por sua vez encontra-se extinto. Após análise sócioeconômica o aluno é classificado em um dos 3 grupos. Se classificado no grupo 1 esse receberá R\$ 240,00, no grupo 2 receberá R\$ 160,00 e se a classificação for a do grupo 3 receberá R\$ 80,00.

O Art. 23 da Resolução do CONSUP Nº 051/2019 alerta para a possibilidade de empate na análise socioeconômica e obtenção do IVS, quando nas hipótese que isso ocorra entre um ou mais candidatos, será selecionado, prioritariamente o estudante que possa encaixar-se em um dos itens abaixo:

I - o estudante com deficiência, conforme Decreto nº 3.298/1999; II - o estudante cotista, conforme Portaria Normativa do MEC nº18/2012; III - o estudante matriculado em EJA EPT (Proeja); IV - o estudante que tiver filhos com até seis anos incompletos; V - o estudante matriculado em cursos de licenciatura; VI - o estudante com maior idade (Art. 23 da Resolução do CONSUP Nº 051/2019).

O recurso destinado ao financiamento do Auxílio Permanência será distribuído aos estudantes, por meio de auxílio financeiro, de acordo com o resultado dos editais, conforme

demanda de vulnerabilidade social.

Vale lembrar que a Resolução do CONSUP N° 050/2019, de 24 de outubro de 2019, também contribui com o espaço da Moradia Estudantil; esse considerado como o núcleo de setores e serviços responsáveis pela residência dos estudantes do *campus*, em regime de internato, com o fim de promover o bem estar e a igualdade social entre os residentes, abrangendo assim os seguintes espaços “a) os dormitórios, b) as áreas adjacentes aos dormitórios, como salas de estudos, dentre outras; c) as áreas de esporte e lazer; d) o refeitório do Instituto; e) a lavanderia ou área de serviço.”

Por fim a Resolução do CONSUP N° 001/2018, de 27 de março de 2018, também considerada parte integrante do PPE, por tratar sobre a regulamentação da concessão e apoio financeiro aos estudantes do IFFar para participação em eventos conforme o Art. 2° da referida resolução.

Serão concedidos apoios aos estudantes matriculados no IFFar, com efetiva frequência às aulas, em cursos presenciais ou à distância, com objetivo de subsidiar a participação em eventos de natureza científica e/ou tecnológica, desportiva, artístico-cultural e de organização estudantil, como forma de aprimorar sua formação profissional e pessoal, por meio de experiências e vivências acadêmicas.

O estudante poderá solicitar apoio financeiro para participar em eventos desde que esses estejam definido no rol do Art. 3° desta mesma Resolução e sejam considerados como:

Eventos artístico-culturais: mostras, festivais, encontros, exposições, feiras e outros que tenham como finalidade promover o intercâmbio, a difusão e exposição de produções culturais e linguagens artísticas; II- Eventos desportivos: campeonatos, torneios, copas, olimpíadas e outros que tenham como finalidade desenvolver práticas desportivas; III Eventos de organização e representação estudantil, desde que promovidos por entidades legalmente instituídas com essa finalidade. IV- Eventos científicos e/ou tecnológicos: simpósios, colóquios, congressos, seminários e outros que tenham a finalidade de reunir estudantes, profissionais e especialistas nas áreas científicas e tecnológicas.

Estando o estudante apto para o evento, este poderá receber o apoio financeiro à participação que será custeado com recursos de funcionamento da Rede Federal, dentro dos 5% (cinco por cento) destinados às ações da Assistência Estudantil conforme estabelece a Resolução CONSUP n° 12/2012, os valores a serem pagos obedecem uma classificação que varia conforme o local onde o evento será desenvolvido, bem como, o tempo de duração do mesmo, conforme exemplo:

QUADRO 06: CLASSIFICAÇÃO DO EVENTOS E VALOR PARA O CUSTEIO DO ESTUDANTES.

Modalidade de apoio	Faixa de renda e/ou condições	Valor a ser recebido	Regularidade
Apoio à participação em eventos	Participação em evento em municípios gaúchos	R\$ 100,00	Valor diário no período de participação no evento
Apoio à participação em eventos	Participação em evento fora do Estado	R\$ 200,00	Valor diário no período de participação no evento
Apoio à participação em eventos	Participação em evento fora do País	R\$ 300,00	Valor diário no período de participação no evento

Fonte: Resolução Consup nº 001/2018, de 27 de março de 2018.

Em síntese, pode-se dizer que todo ano publica-se um edital de fluxo contínuo, sendo publicado no início de março e término no mês de novembro, cabe salientar que com relação alimentação, é disponibilizado 3 (três) refeições aos alunos do integrado, aos alunos da Moradia Estudantil 4 (quatro) refeições diárias, também contempla o PPE 1 (um) (lanche para o turno da noite) aos alunos proeja, subsequente e superior; os alunos do superior concorrem em um edital que é publicado no início do ano e tem direito os alunos com renda *per capita* igual ou inferior a 1 1/2 salário mínimo.

4.5 CONHECENDO O UM POUCO DOS ACADÊMICOS/EGRESSOS DO IFFAR/São Borja-RS

O primeiro ponto a observar, referindo-se aos acadêmicos/egressos que acessam a instituição, é que existe aqui uma coincidência de aspirações. Tanto pelo fato de que uma parcela significativa dos alunos que ingressam nos cursos são de uma forma enquadrados no sistema de vagas, específicas para a sua categoria, necessariamente para se ter acesso a educação superior nos IFs, é possível através da realização do Enem, a utilização do Exame como mecanismo único, alternativo ou complementar para acesso a graduação, especialmente o candidato/a pode optar por um dos resultados das edições do Enem de 2009 a 2021. Exceto para oportunidades ofertadas aos portadores de diploma de graduação, ou quando para o preenchimento de vagas remanescentes e cadastro reserva dos cursos superiores de graduação. Esses por sua vez se darão por editais específicos para cada caso.

Um segundo ponto a observar, realça as divergências, e estas referem a trajetória

desses estudantes, lembrando que muitos quando do acesso a vaga na universidade já possuíam uma determinada forma de classificação, ou seja, são oriundo de um dos dois tipos de reserva: Cotas Sociais e Cotas Raciais. Nesse sentido, parece de fundamental importância que os cuidados para permanência do estudante na educação superior sejam mantidos e observados.

Isso leva a uma observação adicional, em síntese, pode-se definir que o perfil desses jovens e adultos não se posiciona pelo maior quantitativo naqueles que concluíram o Ensino Médio, ou seja, à educação básica, e, já estão iniciando um curso superior, levando em consideração o término dentro da idade própria estabelecida como parâmetro, no entanto, o quantitativo que constitui o maior número de estudantes refere-se a sujeitos que por várias razões tiveram seus estudos interrompidos e depois de algum tempo estão retornando para o espaço da universidade.

Esses estudantes, são pessoas que possuem um vínculo empregatício formal ou muitas vezes até informal, pessoas que constituíram famílias, com filhos pequenos, ou que optaram por viver de formas diversas, mas que não conseguiram realizar um curso superior ainda, e agora decidem realizar uma graduação, muitos por perceberem a importância para o desenvolvimento humano, desenvolvimento intelectual, ou por exigência do próprio mercado de trabalho, outros por ser um sonho, mas enfim, aqui o motivo não será objeto de discussão, o que interessa é estabelecer uma síntese informativa do perfil destes acadêmicos, hoje egresso da instituição e fonte de dados para dissertação.

Categoricamente são pessoas que ingressaram na educação superior motivados por algum fator, tiveram acesso a vaga seja pelo programa de cota ou não, mantém um vínculo de trabalho durante o dia, correm contra o tempo para estarem durante o período noturno na instituição, durante quatro horas, alguns precisam realizar mecanismos de flexibilização de horário em seu local trabalho para que assim possam estar em sala de aula às 19 h, exceto o curso de Tecnólogo em Gastronomia em que as aulas são ministradas no período da tarde, não obstante, eles precisam de um esforço especial a fim de que possam conciliar trabalho/estudo, realizam compensações de horas em outros períodos a fim de equalizar seu tempo de trabalho. De acordo com o Estatuto do Trabalhador-estudante Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, em seu Artigo 17º define que,

[...] sobre o regime especial conferido ao trabalhador-estudante, aplica-se, com as necessárias adaptações, ao trabalhador por conta própria, ao estudante que frequente curso de formação profissional ou programa de ocupação temporária de jovens, desde que com duração igual ou superior a seis meses, e àquele que,

estando abrangido pelo Estatuto do Trabalhador-Estudante, se encontre entretanto em situação de desemprego involuntário, inscrito em centro de emprego.

Ainda na mesma Lei o Artigo 79º complementa o rol que categoriza o trabalhador-estudante e delimita da seguinte forma, “[...] trabalhador-estudante aquele que presta uma atividade sob autoridade e direção de outrem e que frequenta qualquer nível de educação escolar, incluindo cursos de pós-graduação, em instituição de ensino”.

As turmas de graduação abrigam acadêmicos oriundos de outras cidades, estudantes que encontram-se distantes de seus familiares e amigos, alunos que moram na Residência Estudantil outros, quando residentes em cidades próximas como Maçambará - RS distante aproximadamente 70 km de São Borja, ou Itaqui - RS cidade localizada aproximadamente à 90 km de São Borja, esses realizam o percurso diariamente.

A realização desses percursos para transporte dos estudantes quando tratando-se de cidades limítrofes se dá através de micro-ônibus, vans e, em alguns momentos, até em carros próprios dos alunos, outros organizam-se em caronas compartilhadas. Quando tratando-se dos estudantes que moram na cidade de São Borja, esses também fazem uso de caronas compartilhadas, moto, bicicleta, utilizam transporte público, veículos por meio de aplicativo, é relevante destacar que também encontramos pessoas que deslocam-se a pé até a instituição.

A heterogeneidade que constitui as turmas, pode ser observada por vários vieses, mas o que mais preocupa são os fatores que afetam diretamente o afastamento do aluno da instituição. Nesse sentido, os auxílios da Assistência Estudantil do IF Farroupilha têm como finalidade propiciar aos estudantes matriculados, que comprovem estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica, condições favoráveis à sua permanência na instituição.

Dentre os alunos que cursam as graduações é factível encontrar jovens com menos de 20 anos e adultos com mais de 50 anos, essa diversidade de idade, não constitui óbice nas turmas, mas enriquece o cenário acadêmico tendo em vista a várias histórias de vida que cada indivíduo possui. Esse cenário constitui a realidade brasileira

Dos mais de 8.450.755 milhões de jovens universitários, 67,32% optaram pelo bacharelado, enquanto 19,27% fazem licenciatura e 12,99% são tecnólogos. Estudam em universidades privadas 6.373.274 (75,42%) e em públicas 2.077.481 (24,58%). Quando olhamos para a faixa etária, há 23.343 jovens com menos de 18 anos (0,27%). Entre 18 e 24 anos são 4.323.580 (51,16%), de 25 a 29 anos são 1.614.821 (19,1%), de 30 a 39 anos são 1.664.336 (19,69%) e de 40 a 64 anos, 815.805 (9,65%). (ABRAES, 2018)

Nessa lógica, o acesso à educação superior, não assume, desde cedo, um significado primordial na vida dos brasileiros, a atividade laboral recai como mais importante vista a necessidade por sobrevivência, de acordo com Education at a Glance 2018 (EaG OCDE) pouco mais de 17,5% dos brasileiros possui uma graduação, no mesmo sentido, grande parte dos brasileiros não têm acesso à educação. Segundo dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2018) os jovens, “entre 18 e 24 anos, fase de ingressar em uma universidade, 61,9% não estudam. Entre os jovens de 15 a 29 anos de idade, cerca de um em cada cinco não frequenta a escola”, é nesse sentido, que as políticas públicas tanto para acesso quanto para permanência precisam ser otimizadas.

Após várias laudas delineando informações sobre os agentes sociais que acessam o espaço universitário na instituição é importante destacar, que um número reduzido de egressos participou da pesquisa, não por falta de interesse, mas sim, pelo fato de que o recorte da pesquisa se deu centrado apenas naqueles alunos que concluíram suas graduações e durante o período de formação foram beneficiários do programa de permanência e êxito, nesse sentido, vale lembrar que muitos, muitos mesmo, não obtiveram êxito em finalizar em seu curso, porque as dificuldades mostraram-se superiores às possibilidades, os participantes da pesquisa foram aqueles conseguiram apesar de todas os problemas chegar ao final e concluir a educação superior.

5. ANÁLISE DOS MATERIAIS E RESULTADOS ENCONTRADOS

Quatro capítulos anteriores foram sendo desenhados ao longo do período de mestrado, todos com uma única finalidade, construir bases sólidas para que no capítulo “V”, o quebra-cabeça finalmente pudesse a partir da organização dos dados da pesquisa constituir-se na metáfora da Bardin, a construção da “Colcha de Retalhos”. Neste capítulo são apresentados os resultados mais relevantes da pesquisa, foram separados fragmentos dos questionários com informações que manifestam as percepções do(a)s egresso(a)s sobre a política do programa, frente a estes relatos, e ao volume de informações se esculpiu a análise aqui apresentada.

Busca-se, neste capítulo, responder aos propósitos deste trabalho, por meio da exploração, leitura dos dados e, a partir deles, encontrar evidências que permitam compreender como o(a)s egresso(a)s dos cursos superiores beneficiários do Programa de Permanência e Êxito, do Instituto Federal Farroupilha *Campus* São Borja, perceberam o PPE durante o processo de formação acadêmica. As análises apresentadas a seguir contemplam as dimensões definidas a priori enquanto objetivos específicos. Os dados foram coletados por meio de questionários realizados com um público de egresso dos cursos superiores, beneficiários do PPE na Instituição.

Para análise de conteúdo, optou-se sistematicamente pela utilização do Software para a análise qualitativa “MAXQDA 2020¹⁷”, o MAXQDA é um software para análise de dados qualitativos e, portanto, pertence à família de CAQDAS (Computer Assisted Qualitative Data Analysis Software) ou QDAS (Qualitative Data Analysis Software). Nessa fase, utilizou-se também a metodologia de Análise de Conteúdo da professora Laurence Bardin, que define como:

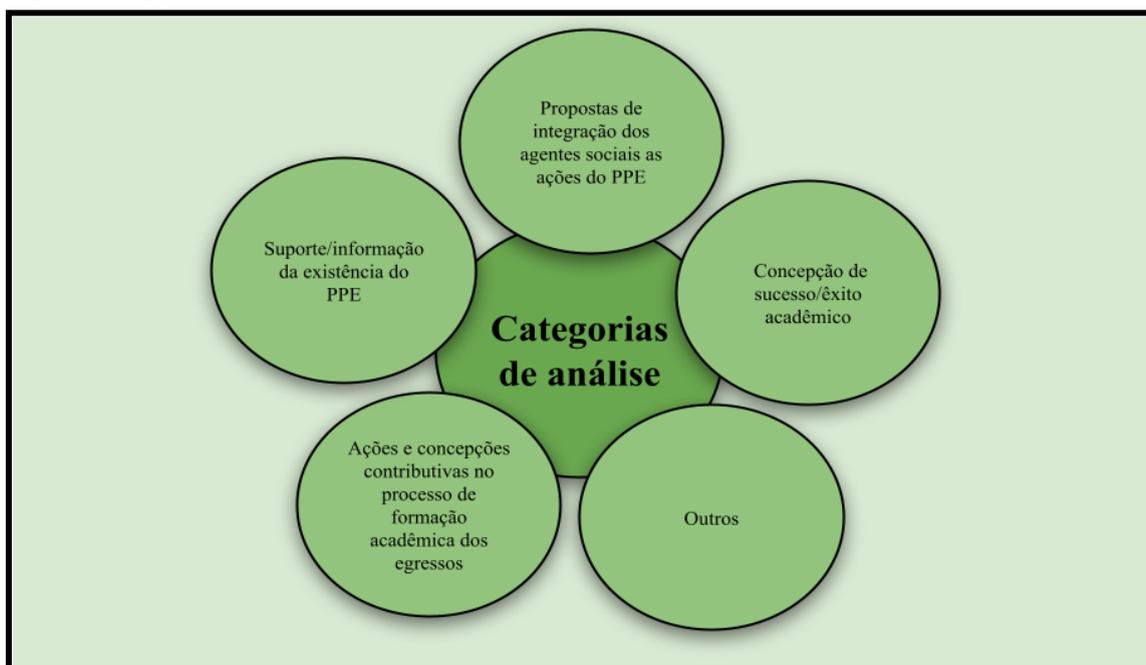
[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (Bardin, 1977, p. 42).

Observa-se que ambas as análises debruçam um olhar na percepção do agente social para com a política pública, aos contributos do programa e aos valores e significados atribuídos na condição de beneficiários. Para isso foram enumeradas cinco categorias de análises: suporte/informação da existência do PPE; propostas de integração dos agentes

¹⁷Manual de | MAXQDA Tudo o que você precisa saber para começar - MAXQDA

sociais as ações do PPE; a concepção de sucesso/êxito acadêmico; ações e concepções contributivas no processo de formação acadêmica dos egressos. Por fim considerou-se necessário a criação de uma categoria “outros”. Por mais precisas que as categorias possam ser, sempre há algum conteúdo que não se encaixa em nenhuma.

FIGURA 07: ÀS CATEGORIAS DE ANÁLISE UTILIZADAS NA PROBLEMATIZAÇÃO DO TEXTO.



Fonte: Própria do autor, 2022.

O conjunto de categorias elucidados permite analisar as mensagens transmitidas pelo(a)s egresso(a)s sobre a visibilidade do PPE na instituição, suas formas de acesso; problematiza a realidade vivenciada pelo beneficiário da política do programa, bem como as percepções que se estabelecem; permite observar os detalhes e concepções de formação acadêmica e de sucesso na educação superior; por fim, é valioso observar que a transmissão sobre a questão da inclusão social no cenário acadêmico, a relação intrínseca da política pública com a política do programa em análise, destacam pontos de inferência que nasce essencialmente da concepção do beneficiário.

Se uma regra é que as categorias devem ser estritas, homogêneas, logo, as categorias de análise, assim como os encaminhamentos teóricos metodológicos encontram-se compilados em todos os capítulos da dissertação. É notório que no capítulo “II”, o método de pesquisa aparece com maior intensidade, configurando-se com as demais unidades.

Ao longo das páginas buscou-se uma configuração para a dissertação, onde os capítulos foram organizados dentro de uma estrutura viável para o desenvolvimento de uma

análise dialética e histórica da realidade, dando ênfase para os agentes sociais como elementos ativos do processo de observação, tendo os questionários como subsídios para fundamentação da pesquisa, problematizando os dados com os referenciais teóricos que orientam a investigação científica.

5. 1 A ANÁLISE DE CONTEÚDO: UMA POLÍTICA PÚBLICA, A INFERÊNCIA DOS RESULTADOS NA INTERPRETAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Nesse espaço, os dados coletados foram tratados de maneira que pudesse dimensionar uma leitura e os significados que representam, fazendo uso, nesse caso, de sínteses, quadros, comparativos de casos, relatórios, nuvem de palavras, estabelecendo, a partir dos objetivos as recorrências perceptíveis que emergem nas categorias de análise da pesquisa, segundo Bardin (1977, p. 117) essa análise pode ser dimensionada por meio de uma “operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”.

Seguindo essa organização já postulada no corpo da dissertação os próximos passos vão sendo conduzidos pelos objetivos específicos fundamentados pelas informações coletadas e dialogando com autores referência no assunto; recorte com trechos dos questionários estão presentes nas próximas páginas, são substratos que visam enriquecer e costurar a fase de análise do conteúdo desta dissertação; é neste espaço que ocorre “análise categorial” ou “análise categórica” como defendida por Oliveira (2008).

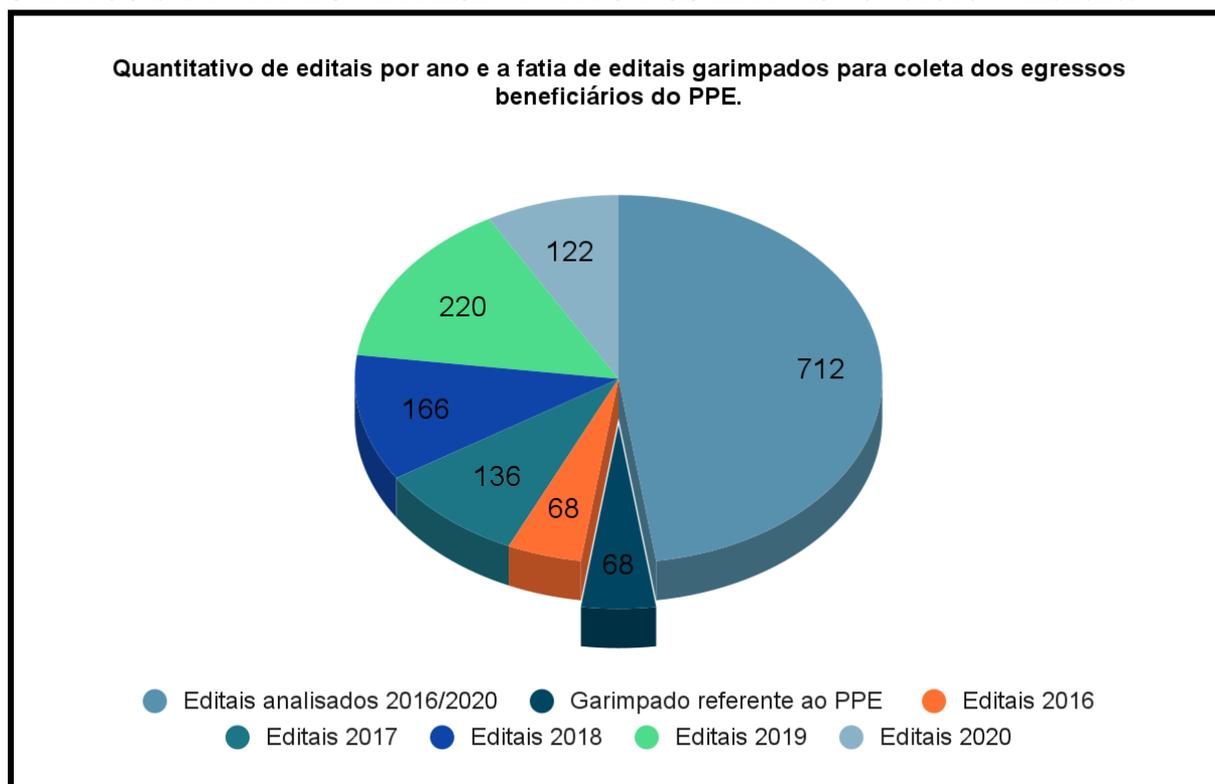
5. 2 UMA GEOGRAFIA EXTRATO OS LOCAIS DE ORIGEM DE CADA EGRESSO PARTICIPANTE DA PESQUISA E DO PROGRAMA EM INVESTIGAÇÃO

A resposta aos propósitos deste trabalho, se deu por meio da exploração dos dados e, a partir deles, encontrou-se evidências que permitiram compreender como os egresso(a)s da educação superior no IFFar *Campus* São Borja, beneficiários do PPE, perceberam a política do programa durante a vida acadêmica.

Este espaço reservado para análise recupera de maneira expressa e obviamente justificado nas informações coletadas, dados não disponíveis institucionalmente e, assim, buscando de forma mais cristalina possível dimensionar a percepção do(a) e do(a)s egresso(a)s, visando propiciar a replicabilidade das características centrais definidas no estudo.

A tomada do conhecimento através dos dados se deu pela identificação de 32 acadêmicos vinculados aos cursos de Licenciatura em Matemática; Licenciatura em Física; Tecnologia em Gestão de Turismo; Tecnologia em Gastronomia; e Bacharelado em Sistemas de Informação, no site Institucional (Editais São Borja - IFFar) dos quais foram encontrados 26 egressos para envio do questionário. O período de busca iniciou no edital 044/2016 e seguiu até o edital 122/2020, deste montante de editais 68 foram garimpados por tratar-se exclusivamente do PPE na instituição.

GRÁFICO 01: EXTRATO REPRESENTATIVO DOS EDITAIS - 044/2016 - 122/2020.



Fonte: Própria do autor, 2022.

Com base nos editais foi possível acessar os egressos que durante a formação acadêmica participaram do PPE na instituição, apesar de limitada a busca obteve um quantitativo de 32 beneficiários durante o recorte, há uma problemática que se mostrou presente na hora de obter um *feedback*, muitos demonstraram-se favoráveis a responder o questionário, mas depois não deram mais informação, outros alegaram falta de tempo em decorrência de seus afazeres. Outrossim, destaca-se que há quase um consenso entre os (as) egressos (as) para que as respostas ao questionário possam ser em áudio, assim otimizaria o tempo e poderiam responder em qualquer lugar.

QUADRO 07: INDICATIVO DE EGRESSO POR CIDADE.

Egresso	Cidade/residência	Curso
X01	São Borja - RS	Licenciatura em Matemática
X02	São Borja - RS	Tecnologia em Gestão de Turismo
X03	São Borja - RS	Bacharelado em Sistemas de Informação.
X04	Pelotas - RS	Licenciatura em Matemática
X05	São Borja - RS	Tecnologia em Gastronomia
X06	São Luiz Gonzaga - RS	Licenciatura em Matemática
X07	Dezesseis de Novembro - RS	Licenciatura em Matemática
X08	Maçambará - RS	Licenciatura em Matemática
X09	Limeira - SP	Tecnologia em Gastronomia
X10	São Borja - RS	Licenciatura em Física

Fonte: Construção própria do autor, 2022 com base no relatório do MAXQDA 2020.

Frente a este quantitativo de egresso(a)s as informações foram tomadas através do questionário aplicado como forma de captar uma imagem do fenômeno estudado, este instrumento nos colocou em contato com aqueles que responderam; logo a análise segue, obviamente justificada pela sequência teórica da pesquisa. É, portanto, na análise que se condicionam os resultados.

5. 3 O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE PERMANÊNCIA E ÊXITO, COMO ESSE PASSOU A SER PERCEBIDO NA TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS EGRESSOS BENEFICIÁRIOS

É consenso que as taxas de ensino superior no Brasil ainda mostra-se baixas, se observar os números da cidade de São Borja, RS a realidade não se manifesta diferente do restante do País, segundo o SEBRAE, 2020 “Perfil das Cidades Gaúchas” esse número é de apenas 7% da população.

Assim é preciso compreender tal problemática que se manifesta, quando o censo da educação de 2015 realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) aponta “que das 6,1 milhões de novas vagas em instituições públicas e privadas de ensino superior, somente 42,1% estão preenchidas”, esses números, por si só

apontam um gargalo nos baixos índices de graduandos, isso sem levar em consideração os demais problemas que se manifestam pela dificuldade de acesso às instituições, dificuldades de relacionamento, os fatores socioeconômicos que somam-se muito relevantes.

Além do mais, esses números não representam o índice de pessoas que concluíram suas graduações, conforme os quantitativos disponíveis no portal do MEC, “Dados do Censo da Educação Superior 2018 apontam que, dos estudantes ingressos em 2010, 56,8% desistiram do curso – só 37,9% concluíram os estudos. Outros 5,3% continuavam na graduação após 6 anos”.

Parece perspicaz algumas compilações para o aprofundamento da análise, e considerações posteriores, quando observa-se o discurso da presidente do Inep, 2015, Maria Inês Fini, a qual considera que: “a falta de interesse em ocupar as vagas amplamente oferecidas, tanto na rede pública quanto na particular, deve-se ao fato de o jovem não identificar, na sua vontade, uma perspectiva desse ou aquele curso”, as narrativas produzidas nas perguntas abertas e fechadas permitiram conhecer um pouco mais desse(a)s egresso(a)s e as significações que a participação no PPE produziu em cada um. Esta pesquisa foi desenvolvida buscando captar informações que possam de alguma forma, através da percepção dos já beneficiários, contribuir na inclusão e expansão das ações em desenvolvimento para o acesso e permanência, instituídas nas últimas décadas que se consolidam nos IFs.

Diante dos dados obtidos, percebe-se que o PPE significou a oportunidade, não apenas para manterem-se no universo acadêmico, mas oportunidades para o desenvolvimento prático, ampliação dos saberes, a familiarização com os demais colegas, contribuições psicológicas e afetivas para com aqueles que encontravam-se distantes de sua cidade e de seus familiares. A política do programa, em sentido amplo, fizeram à seus beneficiários real diferença na promoção do desenvolvimento, na oportunidade para manutenção na instituição durante os anos de formação, contribuindo pelas evidências, na vida acadêmica e cotidiana.

Conhecendo as características do PPE através do que respondem os egressos, questionamos afinal se as **“primeiras informações foram suficientes para que pudesse ficar ciente do que realmente tratava o PPE?”** Chegamos então aos seguintes resultados

Na resposta de X03 e X04, vemos que a informação inicialmente recebida é suficiente para que, na época, os acadêmicos tomassem conhecimento do PPE de forma significativa. Nas demais respostas identifica-se como algo alheio e distante, não se percebe uma familiarização das estruturas teóricas e práticas do programa, de início, por isso naturalmente denominam “eu achava que era mais uma coisa para ocupar nosso tempo”.

O problema de pesquisa começa a ser respondido e os objetivos específicos entrelaçam-se nas entrelinhas dos questionários, as comunicações dimensionam o reconhecimento sobre a importância e seus significados. Utilizou-se, no decorrer desta seção, nomes fictícios atribuídos aos(a) respondentes junto a suas descrições, justificando-se como uma forma de manter a confidencialidade dos participantes.

Nesse relato é possível perceber a forma como o Egresso(a) X04, comporta-se após tornar-se beneficiário da Moradia Estudantil, este por sua vez, deixa claro que seu envolvimento tornou-se indiscutivelmente maior após ser beneficiário do PPE na Instituição:

“[...] quando lançaram a moradia estudantil ela foi lançada em 2017, o pessoal já tava morando lá e eu ia e vinha de Maçambará a São Borja todas as noites, no transporte, aí eu pensei, vou morar lá em São Borja para estudar, entrei no projeto de extensão, participava de evento, e várias coisas, (semanas acadêmicas, monitorias, projetos de reforço para os demais colegas, organizava trabalho para submeter a eventos, lia mais, é outro nível de envolvimento), depois que eu entrei na moradia, antes de entrar na moradia eu não tinha envolvimento academicamente, só com as disciplinas”.

A partir do relato, o egresso ressalta a importância da Moradia Estudantil, reforça a sua participação em eventos acadêmicos e salienta o seu maior envolvimento no curso e tudo o que circunda o processo de formação, enfatiza a participação no programa como meio de articulação e envolvimento, esta imagem produzida consiste previamente na exploração do potencial acadêmico pelo discente na época, isto certamente dar-lhe-a experiência, proporcionar-lhe-a novas variáveis sobre a educação superior e conseqüentemente o êxito acadêmico.

Na compreensão de HÖFLING (2001) quando se fala em políticas educacionais é fundamental observar a concepção de Estado e de política social que sustentam tais ações e programas de intervenção. A realidade não se faz distante na educação superior, os conflitos de interesse, políticas de governo, denota uma assimetria das relações entre elite e trabalhadores, a idade e término da educação básica, não constituem-se como condicionante para o ingresso na educação superior, facultando as oportunidades a um público restrito, não constituído-se apenas falta de interesse conforme os relatos, mas pelas limitações ditadas por fatores econômicos, de acesso, familiares, por lacunas existentes na educação básica, enfim; são elementos excludentes, alicerçados em um modelo capitalista.

A política de assistência do PPE gerou projetos diferentes aos agentes sociais, constatando-se na descrição do(a) Egresso X07, que assim dimensionou os significados e

oportunidades que o programa proporcionou, somando-se aos compartilhamentos principalmente naqueles obtidos no espaço da Moradia Estudantil.

“Primeiro, **auxilia financeiramente; aumenta o currículo; ganha experiências** diversas, é algo difícil de explicar, pois são tantas coisas que nos são proporcionadas de **forma direta** e outras de **forma indireta**. As experiências que adquirimos como **aluno bolsista, jamais seria possível como aluno normal**, estamos sempre falando com o professor responsável pelo projeto, buscamos conhecimento de maneira orientada, isso ajuda muito a compreendermos de fato. O que mais que posso dizer, a nossa experiência com os demais colegas da moradia é uma outra coisa que também nos faz tornamos pessoas melhores, aprendemos a ouvir, esperar, respeitar o espaço do outro, dividir, é um meio onde um ajuda o outro na verdade; comprometimento e organização do tempo também é bem importante, e a gente aprende!”(grifo meu).

Diante do que se pode observar, é possível inferir que o programa passou a ser significativo após o ingresso do acadêmico como beneficiário, a integração e familiarização com a realidade do programa condicionam a fala dos beneficiários, as dimensões e percepções passam a existir a partir da vivência, os olhares nem sempre se manifestam com a mesma pluralidade e as valorações mostram-se distintas, mas convergem para maximizar oportunidades inexistentes ou de difícil acesso, obviamente a política pública por si só não consegue realizar a reparação histórica, resultante da desigualdade estrutural no País, mas é um importante caminho para a conclusão da educação superior, como pode-se perceber na referência do egresso(a) X02 que, mesmo considerando o programa pouco incisivo, dimensiona a contribuição que obteve, dando-lhe uma oportunidade de conclusão na graduação. “**Só me deu mais chance de terminar o curso**, se eu não conseguisse o benefício teria que trancar a faculdade”. (grifo meu).

Em comum em todas estas comunicações, há uma característica que é importante ressaltar. A questão é quanto à natureza contributiva do programa, em todas as questões que tratam este enfoque foram demonstrando padrões de proximidade entre os elementos pesquisados, mostra-se resultados positivos relatados pelos egresso(a)s, apesar de existir resistência e até preconceito em relação às políticas de transferência de renda, quando da análise dos dados, concluiu-se que o léxico utilizado nas comunicações referendam um otimismo as políticas do programa.

Sobre as finalidades propostas pelo PPE, talvez ainda sejam incipientes, e merecedoras de ajustes, de maiores investimentos, melhores adequações às necessidades dos acadêmicos, mais acessíveis e abrangentes no ensino superior, explorando-se possibilidades e novos modelos de acesso que sirvam como um fôlego aos potenciais vítimas da evasão e

retenção, que a prática dos agente públicos sejam relutantes e produzam resultados eficazes na inclusão social somando-se acréscimos positivos.

Cada questionário traz em suas respostas à tona particularidades específicas, o(a) egresso(a) faz um apanhado geral da importância do programa, salienta a importância da bolsa como auxílio financeiro, coloca em evidência que essa política pública proporciona-lhe experiências e contribuições. Buscou-se, também nesse espaço, reforçar o que está sendo exposto pelo resgate da memória, o paralelo, que aqui se estabelece aponta a diferença de perspectiva em relação ao programa, antes e pós participação, ou seja, quando o egresso ainda está na graduação e não é beneficiário, logo, as proposições relatadas da percepção que obteve em relação à participação, destaca que:

“Na verdade eu não tinha noção, não tem como a gente ter noção do que é o programa a **realidade ela só passa a ser percebida a partir do momento em que participamos**, começamos a participar de editais, começamos a nos integrar com os colegas que já participam, antes disso não é possível, na verdade a gente não tem essa dimensão antes de participar dele, quando eu entrei na graduação eu não sabia que existia esse programa em específico, qual era a finalidade deste programa, o que possibilitava dentro do IF, eu não sabia nada disso. Eu lembro que no início do ano eles¹⁸ apresentaram, passar na sala falando que existia esses programas de permanência, mas até então eu não tinha noção da importância que era, acreditava que era apenas para tomar mais o nosso tempo, quando entramos na graduação é uma outra realidade que passamos a viver a nossa vida precisa ser estruturada de uma forma diferente a carga de conteúdo é enorme, a quantidade de artigo que nos mandam ler é muito, no início nós sempre estamos bem perdidos depois que passa o primeiro semestre é que começamos nos adaptar melhor na instituição. Então, posso dizer que em relação os programas que existem nós não damos muita importância naquele primeiro momento por medo de não conseguir dar conta de tudo, eu posso dizer que o programa de permanência era apenas mais uma coisa que existia a meu ver, depois eu fui perceber a importância, o pessoal da assistência explicou bem, mas tem coisas que no início nós não sabemos muito bem o que significa, e a importância que isso tem. (Egresso X07, grifo meu).

Nota-se, com base nas afirmações que o(a) egresso(a) desconhece no primeiro momento a política do programa “**eu não tinha noção**” (Egresso X07), essa descrição emerge no início da trigésima pergunta, na qual manifesta o desconhecimento e até mesmo um certo receio a política do programa, no primeiro contato. Nesse sentido, evidencia que ele encontra-se à mercê das informações, dos editais de seleção e das demais fontes de publicização, a realidade em si, ainda não foi digerida, a oportunidade, não se concretizou como oportunidade propriamente dita. Repercute a urgência da criação de alternativas mais efetivas no processo de divulgação e diretrizes com particularidades aos ingressantes.

¹⁸ Essa referência que o(a) egresso(a) faz a “eles” refere-se aos servidores da Assistência Estudantil, Coordenação de Ações Inclusivas - CAI e Responsáveis por Projetos de Ensino e/ou Extensão.

Na fala do(a) Egresso X01 é possível perceber que é destacada a importância do programa não apenas para o beneficiário, essa reflexão traz um aporte que vai além dos objetivos do programa, quiçá do egresso, quando refere-se que:

“Os significados do programa **vão muito além das nossas expectativas**, a participação em um projeto de extensão com a professora Cris, fez eu perceber a realidade da sala de aula, lá nós trabalhávamos com os alunos, levávamos as atividades, ensinando a matemática pelo olhos da literatura, era fantástico! Nós conseguimos ver o envolvimento dos alunos nas atividades, isso também **nos motivava**, fazia com que nós **nos engajássemos cada vez mais no projeto**. Poder fazer parte desses programas no IF é algo muito bom, é o momento em que testamos se realmente queremos ser professor, aprendi muito, e tenho certeza que isso levarei para sempre, era tão bom professor a gente pode ver aquele alunos realmente fazendo as atividades. Poder ter essa ligação com os alunos durante nossa graduação, vai nos dando segurança, a gente sabe se qualquer coisa precisar temos a ajuda do professor (orientador do projeto), eu imaginava que iria para a sala de aula apenas no estágio, essa oportunidade, nossa, **foi uma experiência que eu não imaginava**. Foi muito bom!” (Egresso X01, grifo meu).

Diante das reflexões analisadas, o(a)s egresso(a)s, lembraram que a perspectiva que tinham anterior ao ingresso no PPE era distinta da percepção construídas pós benefício, as realidades postas pelo programa somam positivamente em relação ao que anteriormente imaginavam, argumentam em suas falas sob a realidade a qual puderam vivenciar, e à consideram significativa.

No que tange o nicho social da moradia estudantil, as relações interpessoais, enriquecem tais espaços com a diversidade e possibilidade criativa derivadas da convivência, contribuindo para melhorar o relacionamento pessoal entre os estudantes, eles mencionam que as contribuições foram:

“Bastante. Em todos os sentidos, [...] agregou sim, [...] a moradia é lidar com as pessoas, tem um grupo de pessoas que a gente tem que lidar, são nossos colegas, alunos de outras turmas outros cursos, não é fácil conviver diariamente com outras pessoas! É um espaço para compartilharmos experiência, ajudar o outro, é uma família na verdade que nós construímos na moradia” (Egresso X07).

Percebe-se na escrita do(a) e do(a)s egresso(a)s que a Moradia Estudantil, apresenta-se como um espaço de aprendizagem, a rotina que se estabelece agrega uma diversidade de valores e experiências, convivem com uma cultura diversificada, o conhecimento vai sendo enriquecido, relata que apesar de existirem alguns momentos difíceis os integrantes da moradia tornam-se uma família, ou seja, criam laços de afetividade e carinho entre si.

Nota-se que os argumentos se repetem na memória dos egressos(a), o otimismo, a aprovação, denotam os resultados promissores da política pública. Diante das informações é

possível compreender que a aprovação da Resolução Consup nº 178/2014 funcionou como indicador de “sucesso” no que tange a moradia estudantil, ainda que não haja consenso sobre os impactos mais agressivos na evasão e retenção. Os questionários trazem um cenário com indícios de que a relevância mostrou-se incontestável, sendo inclusive definida como:

“Extremamente positiva. [...] De maneira geral, a verdade é que nos tornamos pessoas melhores, aprendemos a perceber nossas limitações, buscar o que não sabemos, a convivência melhora, aprendemos a dividir os espaços, ajudamos nossos colegas e eles nos ajudam, principalmente na moradia, ali nos tornamos uma família. Professor se eu fosse ficar falando teria muito mais coisas para dizer, mas o senhor sabe que os alunos que participam dos programas na instituição eles inclusive tem um melhor relacionamento até com os professores, a gente vai se conhecendo, viajando junto para eventos, estamos quase diariamente na sala dos professores, a gente aprende muito; isso eu afirmo!” (Egresso X 07, 2020).

As considerações manifestas nas narrativas denotam que houve um aprimoramento nas relações interpessoais, ampliou-se os laços de familiarização com os docentes e com os demais colegas, em especial os da Moradia, essas medidas propostas pelo PPE, visam alocar bens para grupos específicos, vitimados pela exclusão socioeconômica e/ou cultural passada e presente.

Diante destes valores, há significados importantes, atribuídos ao PPE; a educação, na forma de educação superior, como meio para capacitação, fornece conhecimentos e habilidades necessários para atuação no mundo do trabalho, tem-se a expectativa de uma vida melhor conforme o previsto no Art. 43¹⁹ da LDB/96, no que tange às finalidades proposta nos incisos, “I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII”.

¹⁹I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (Incluído pela Lei nº 13.174, de 2015)

A expressão utilizada: “nos tornamos uma família (Egresso(a) X 07, 2020).”, reflete o ápice da agregação de valores, a derrota da segregação social visivelmente presente na sociedade brasileira, essas ações afirmativas, desenvolvidas pela política pública para o acesso, permanência e êxito institucional são exemplos de transformação e acima de tudo, é necessário que as marcas da estratificação social sejam banidas pelas políticas de reparação e de reconhecimento, que as ações dirigidas à correção de desigualdades raciais, sociais, de acesso à educação superior, de permanência, enfim, dentre outras e particulares a públicos específicos, sejam orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens postas pelo mundo capitalista.

5. 4 DAS EXPECTATIVAS AOS RESULTADOS: A PERCEPÇÃO DO PPE NA TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO DO(A)S EGRESSO(A)S BENEFICIÁRIO(A)S DURANTE A FORMAÇÃO ACADÊMICA

As experiências adquiridas com a política pública na garantia de permanência e sucesso acadêmico e todo o desdobramento necessário dessa democratização ampliam a visibilidade da Política do Programa de Permanência e Êxito, inclusive, dando sustentação à adoção de adequações necessárias. Tais colocações dizem respeito a uma coisa: investimentos públicos, embora deva-se considerar que muitos de nossos agentes públicos/governantes só se convençam pelo poder dos números, mas há que se considerar os dados qualitativos.

Verifica-se nas informações colhidas através dos questionários que as oportunidades oferecidas pelo Programa proporcionaram aos egressos muito mais do que a expansão dos conhecimentos, seus relatos demonstram a construção de uma noção diferente de oportunidades frente a graduação escolhida, mencionam que:

“[...] eu entrei nos projetos a minha visão totalmente mudou, tanto é que antigamente eu pensei que eu ia trabalhar só como professor de matemática, só que tipo, a matemática abre um leque de opções e a gente pode ter um leque de profissões diferentes, só com a matemática, eu quero ser professor, mas eu quero ser professor de educação matemática, não da matemática pura, nem dá aplicada, ajudar achar métodos para poder o aluno aprende a matemática, que eles acham muito difícil! Então eu tive uma visão diferente quando eu entrei nesses projetos, eles abriram um leque de opções” (Egresso, X 04).

Alguns relatos traduzem a importância atribuída e percepção sobre a relevância da política analisada. Porém, contrariamente às nossas impressões e expectativas institucionais, constatamos que, na população pesquisada, a maioria relata não enfatizar importância antes de tornar-se beneficiários, a opinião mais generalizada, destacam-se após o ingresso no PPE,

o(a) egresso(a) complementa sobre a visão positiva em relação a sua participação, relatando que:

“Nunca imaginei que eu poderia um dia estar no seu lugar, ensinando alunos da graduação, ah meu Deus isso me arrepiou, “risos”, é uma realidade né professor?! se eu estudar muito eu posso! Essa visão a gente só tem depois que participa dos projetos, eu, até então, não imaginava que isso também estaria possível pra mim, sempre pensei em trabalhar no município ou no Estado, e era isso, mas depois que a gente começa a conviver com os professores que são responsáveis pelos projetos nossa visão de mundo muda, e eles estão sempre nos cobrando e motivando, falando que nós devemos continuar estudando, hoje eu sou fascinado pelo estudo, eu gosto de estudar, apesar de às vezes ser cansativo”.

Tal colocação descrita acrescenta um relato que não encontramos nos quantitativos divulgados institucionalmente, observa-se que o conhecimento adquirido na educação superior, deu-lhe uma ascensão no espaço familiar, fator considerável para a realização do agente social e para contribuição do seu ego, destaca que: “Tem uma questão que eu acho bem importante, quando eu penso na minha família eu vejo que eles me consideram como uma referência, mesmo com todas as mudanças e facilidades, fazer uma graduação ainda é difícil e mesmo que seja Federal tem gastos”.(Egresso(a), X 04).

Normalmente, considera-se que a mudança de posicionamento social descrita na fala do(a) respondente(a) constitui-se como resultante da experiência vivida, do espaço social que passa a fazer parte e entrelaçam no dia a dia. O sociólogo francês Pierre Bourdieu considera que capital social é gerado pelas diversas relações sociais que o indivíduo desenvolve, acrescenta que o capital cultural, este por sua vez constitui-se pelo conjunto de conhecimento que adquirimos e compartilhamos durante a vida.

Segundo o professor em educação, (VEIGA-NETO, 1996, p. 18), “[...] nossas escolhas não são livres porque nossos pensamentos não o são. Nossos pensamentos estão conformados pelos discursos que nos cruzam desde sempre”. Percebemos, que nossas escolhas não são neutras e nem acontecem por acaso; mantém-se relação intrínseca com as nossas vivências, ao que somos e ao que nos tornamos, ou seja, as relações que estabelecemos no cotidiano manifestam-se na espontaneidade de nossa fala, da escrita, do comportamento e nas decisões.

Nos fragmentos, a vivência na prática docente, mesmo que sob assessoria do professor responsável pelo projeto, se traduz em oportunidade e proporciona um significado a esse(a)s egresso(a)s, a experiência com o convívio com os demais colegas, alunos e professores, as participações nos diversos espaços sociais e a interação com os outros através da linguagem ou da própria escrita convergem em experiências sociais.

Partindo dos resultados obtidos a partir dessas percepções, confirmamos a inserção dos beneficiários do PPE no campo da pesquisa, a valorização e visibilidade aos seus trabalhos e as novas possibilidades de socialização, as oportunidades vividas, deram a eles a noção de que seria viável a formação além do espaço da sala de aula. Contudo, o maior ganho talvez esteja relacionado ao ingresso dos acadêmicos no mundo da iniciação à pesquisa e investigação científica, possibilitando qualificação e profissionalização no exercício prático de suas profissões, dando-lhes a oportunidade para ocupar seu espaço social

Certo que as oportunidades marcaram a vida desse(a)s egresso(a)s, agora, as expectativas somam-se na continuidade de seus estudos, especialização, mestrado e doutorado. Ainda que já identificados os significados, nos fragmentos colhidos, cabe pontuar que o objetivo geral é relutante em vários momentos de suas narrativas, os significados do PPE estão presente na percepção do(a)s egresso(a)s, as dimensões do campo acadêmico marcaram suas vidas, deram-lhes oportunidade para confrontar as mazelas do conformismo, criando um campo de inúmeras possibilidades.

Observa-se nas respostas do(a)s egresso(a)s pesquisado(a)s a demonstração do conhecimento, conceitos e interações posteriores ao ingresso no programa, a representatividade destaca-se nas experiências vividas, quando menciona que:

“Inicialmente, comecei no PIBID²⁰ e depois em um projeto de ensino, os quais me deram experiências relativas ao ambiente escolar, antes do meu estágio. Após ingressei em dois projetos de pesquisa que duraram dois anos (um ano, cada um), onde conheci uma outra área da matemática, mais aplicada, onde eu estudava todas as tardes, de segunda a sexta com meu orientador, foi um período em que adquiri muito conhecimento, ampliei minha visão inclusive sobre o próprio curso de graduação [...]” (Egresso, X07), **(notas de rodapé, não contemplam a escrita do egresso foi inseridas pelo autor).**

A trajetória de formação vai ganhando êxito conforme o envolvimento dos acadêmicos durante o período formativo, a qual salvo exceções, teriam a mesma integração, o mesmo envolvimento, a qualidade de aprendizagem acadêmica dar-se-ia de forma distinta dos não participantes do PPE. O Egresso, X07 complementa com um posicionamento que: “A pesquisa contribui em três grandes fatores: Estudar de maneira independente; Conhecimentos paralelos: Aprendi a usar o MATLAB²¹, um básico de programação e a

²⁰Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. O objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. Com essa iniciativa, o Pibid faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais (BRASIL, 2014).

²¹MATLAB (MATrix LABoratory) é um software interativo de alta performance voltado para o cálculo numérico. O MATLAB integra análise numérica, cálculo com matrizes, processamento de sinais e construção de

utilizar o editor LaTeX²²". (notas de rodapé, não contemplam a escrita foram inseridas pelo autor).

São observadas nos relatos inúmeras possibilidades aos participantes do PPE na Instituição, salientam sobre a importância na participação em eventos, fazem uma exposição que sintetiza a percepção sobre as oportunidades "[...] meus olhos se abriram [...]", logo na sequência esboça a emoção de que "[...] foi um sonho realizado [...]". Para melhor clareza acompanhamos mais um trecho de sua descrição que segue:

“acho importante relatar a participação em Congresso: Com auxílio financeiro do programa no IF, viajei para Uberlândia/MG para o Congresso Nacional de Matemática Aplicada e Computacional (CNMAC 2019), para apresentar dois trabalhos, um da pesquisa, e outro, de ensino. Lá meus olhos se abriram para um mundo desconhecido da matemática, tantas aplicações e áreas desconhecidas para serem estudadas por mim, vi muito e aprendi muito, nunca esquecerei desta semana, foi um sonho realizado, foi maravilhoso, maravilhoso. Se não fosse a pandemia do COVID-19, eu teria participado do CNMAC 2020 em Campo Grande /MS, onde apresentaria trabalhos de pesquisa e ensino. Mas infelizmente não foi possível. O auxílio participação em eventos também foi muito importante, pois possibilitou conhecer outros lugares, compartilhar conhecimentos com outros estudantes e claro se divertir também. Participar deste programa é o melhor para um acadêmico, é muito aprendizado, muito conhecimento, muito crescimento, são coisas professor que nós levaremos para toda a nossa vida. Resumindo, aprendi muito e me diverti muito, há muito conhecimento e diversão nesses programas. Acredito que já mais teria vivido algo semelhante se eu não estivesse participado desses programas, isso nos proporciona uma visão diferente, a graduação não resume apenas naquele espaço da sala de aula, vai muito mais além, existe toda uma formação humana que também é desenvolvida, que bom seria que toda a turma pudesse participar, mas é difícil para alguns colegas que trabalham, a gente precisa de muito comprometimento e tempo e tem uns que não querem, na verdade tem a questão das vagas que são limitadas é por edital o acesso. Eu digo que é maravilhoso poder participar desses eventos, fica a dica.” (Egresso, X07).

Diante do que se percebe, as experiências adquiridas durante suas participações nos programas de PPE ofertados pela Instituição, somam mais que conhecimento; agregam valores, representações, troca de experiências, relações de poder-saber e saberes distintos, que os condicionam para a qualificação profissional, esse posicionamento especifica a qualidade de vida, o comprometimento a imersão que o acadêmico desenvolveu durante seu percurso no programa, quando salienta “[...] pois possibilitou conhecer outros lugares, compartilhar conhecimentos com outros estudantes e claro se divertir também [...]”, “[...] aprendi muito e me diverti muito, há muito conhecimento e diversão nesses programas [...]”(Egresso, X07).

gráficos em ambiente fácil de usar onde problemas e soluções são expressos somente como eles são escritos matematicamente, ao contrário da programação tradicional. (<https://www.citic.unicamp.br/matlab>).

²²É um programa computacional que permite criar documentos de alta qualidade tipográfica que facilita a produção de textos matemáticos e científicos; auxilia a escrita de fórmulas complexas usadas na linguagem matemática.

Complementando o contexto reflexivo, cito (PARAÍSO, 2012, p. 29) que refere-se “o sujeito é um efeito das linguagens, dos discursos, dos textos, das representações, das enunciações, dos modos de subjetivação, dos modos de endereçamentos, das relações de poder saber”, não diferente do posicionamento do autor, a percepção dos beneficiários vai sendo modelada de acordo com suas descobertas, com suas vivências em cenários distintos de suas realidades, por fim, isso aguça e complementa suas expectativas.

Vale evidenciar que essas oportunidades por eles vividas impulsionam o ego desses atores sociais, contribui para o desenvolvimento institucional, para a promoção da instituição e do programa, complementando também a formação do acadêmico bolsista, somando como se pode perceber resultados positivos posteriormente na vida do(a)s egresso(a)s. Diante da figura uma caracterização das subcategorias e a forma como aparecem nos discursos do(a)s egresso(a)s:

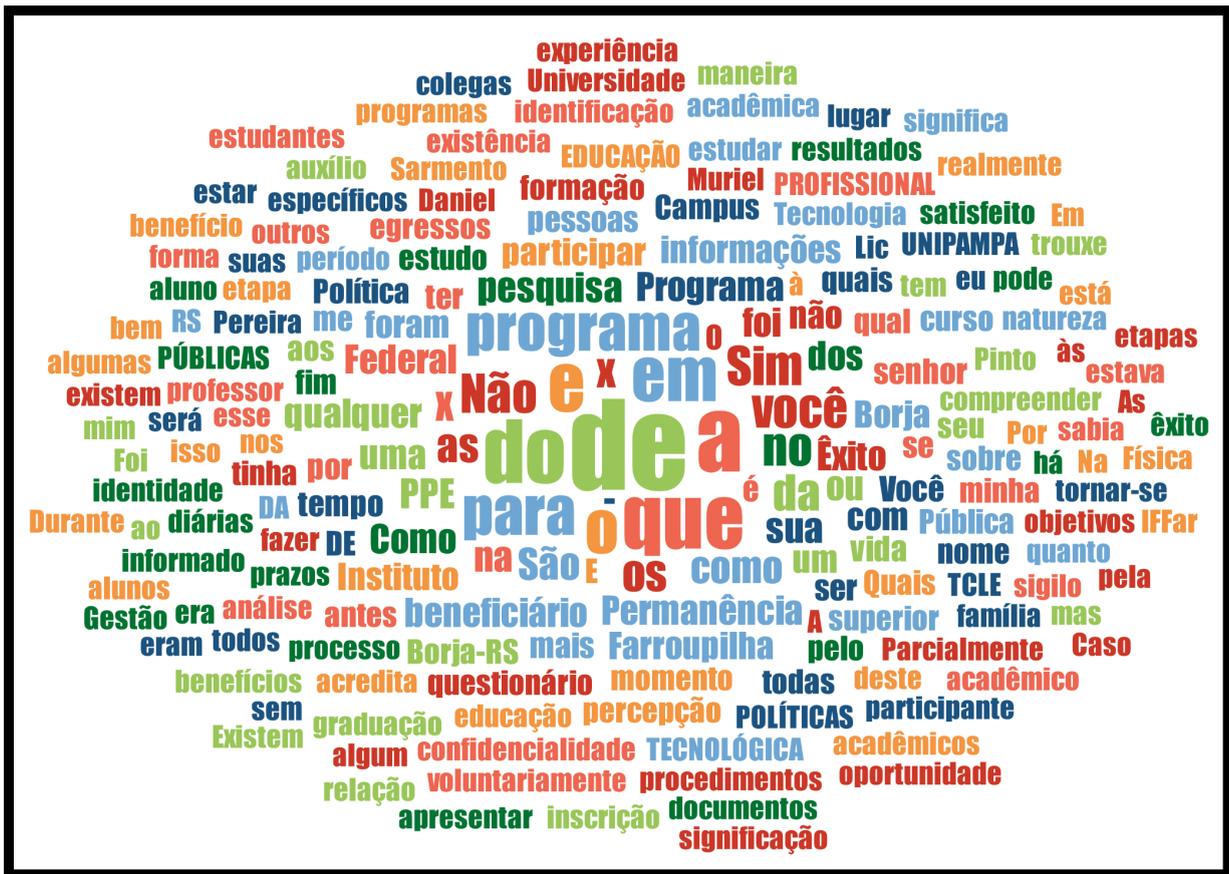
GRÁFICO 02: DEMONSTRATIVO DE SUBCATEGORIAS EXPLÍCITAS NA PESQUISA.



Elaboração: Própria do autor, 2022. **Fonte:** Base de análise dos questionários aplicados aos egressos, 2022.

A sub-categoria mais citada foi a de experiência científica, indicando uma tendência ao que Machado et al. (2002, p. 02 apud SCHIMIDT; OHIRA, 2002, P.73-74) considerou quando afirmou que os eventos científicos constituem uma oportunidade para se atualizar em relação aos progressos de sua área de formação.

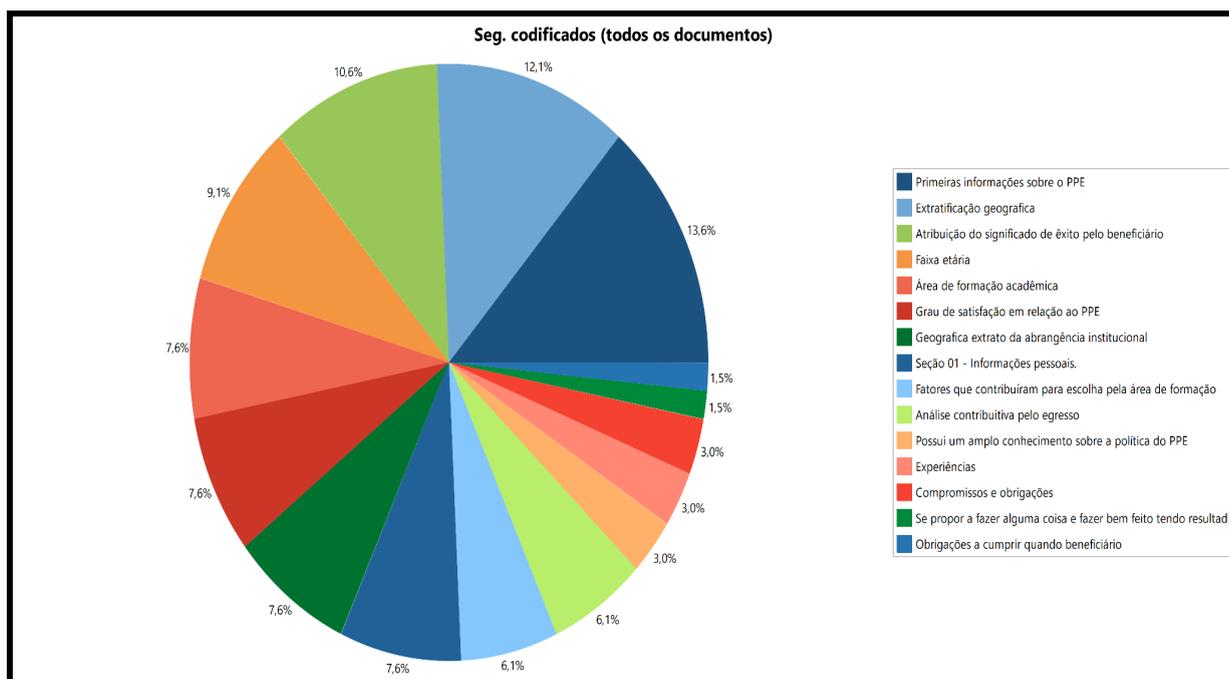
FIGURA 08: PALAVRAS APONTADAS COMO DESTAQUE PELO MAXQDA 2020.



Elaboração: Do autor, 2022. Fonte: Nuvem de palavras, considerando todos os dados recolhidos. Output do MAXQDA 2020, 2022.

No geral, considerando o momento da análise no qual nos encontramos, os resultados apontam que PPE contribuiu na perspectiva dos diferentes projetos dos egressos independente da graduação escolhida. Evidenciam ainda, mesmo o programa não tendo uma satisfação excelente para todos os beneficiários, apontam, ao mesmo tempo, convicção na capacidade de auxílio para enfrentar as dificuldades quando do ingresso e permanência na educação superior, percebendo as expectativas de oportunidades, aprendizagem e sucesso para o egresso, considerando que o benefício é seguramente uma grande política pública de reconhecimento por todos os participantes da pesquisa. As segmentações da análise elencaram uma visão ampla buscando captar o máximo de dados e informações no tocante a política do programa e a percepção do egresso.

GRÁFICO 03: SEGMENTOS CODIFICADOS.



Elaboração: Do autor, 2022. **Fonte:** Códigos e percentuais, considerando todos os dados recolhidos. Output do MAXQDA 2020, 2022.

A pluralidade epistemológica presente na política pública do PPE instigam a democratização das instituições educacionais, fomenta o desenvolvimento científico, abre espaço para a multiplicidade, promove a incorporação dos estudantes cada vez mais próximos de suas áreas de interesses, repercutindo diretamente em um maior domínio científico e um alargamento das propostas de integração dos agentes sociais as ações do PPE.

5. 5 EVASÃO E RETENÇÃO: DO PROBLEMA PÚBLICO AO PROGRAMA DE PERMANÊNCIA E ÊXITO

Nota-se que os problemas da evasão e retenção são uma constante no universo acadêmico, além do mais, somam-se a fatores que desencadeiam grande impacto social negativo. Nesse sentido, apesar do problema da evasão acadêmica tomar importantes dimensões, para as instituições de ensino, no Brasil ainda os estudos são incipientes sobre suas características, diferente do que acontece nos países desenvolvidos (CAMPELLO; LINS, 2008; BARDAGI; HUTZ, 2009).

Nessa discussão, cabe informar que, “[...] entre 18 e 24 anos, na fase de ingressar em uma universidade, 61,9% não estudam. Entre os jovens de 15 a 29 anos de idade, cerca de um em cada cinco não frequenta a escola e não trabalha” (ABRES, 2020). Devido a essa

condição de vulnerabilidade e da dependência de um amparo financeiro o(a) Egresso(a), X04 demonstra que a bolsa, de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) oferecida pelo PPE, proporcionou a ele(a) oportunidade para a compra de um notebook, equipamento que utilizava em suas atividades diárias de estudo:

“[...] Eu vou passar a minha visão de um estudante que morou na casa do estudante, o valor que eles dão é bom, porque pode nos ajuda ali, porque a gente tem água, a gente tem luz, tem internet, tem a comida tem alimentação que é gratuita, a gente não paga nada, então tipo para nós é mais um adendo um valor assim que dá para a gente compra os produtos de higiene, material de limpeza; ajuda na compra material para as aulas, tanto é que eu comprei um notebook pra mim só com o dinheiro do projeto, então tipo é bom, não sei para os outros meus colegas que não moravam na moradia, eu não sei se era diferente, ou, um valor para ajudar a pagar contas” (Egresso(a), X04).

Percebe-se que a importância financeira da bolsa de estudos representou um auxílio significativo para o(a) egresso(a) quando acadêmico(a); em resposta à pergunta sobre o auxílio/benefício correspondia às suas necessidades? O(A) Egresso(a) X07 Respondeu que: “Como eu também residia na moradia estudantil, sim! Correspondia às minhas necessidades, é um recurso que nos auxilia bastante [...]”, acrescenta ainda: “Se souber economizar sobre dinheiro com certeza, o benefício não é muito e varia dependendo da bolsa que você recebe, na verdade seria do projeto em que o aluno está participando, mas os valores correspondem sim as nossas necessidades, pelo mesmo para mim”.

Cumpram-me de antemão destacar com otimismo a “Moradia Estudantil” considerada um grande adendo, perceptível na fala do(a)s egresso(a)s, relacionado ao fato de na época serem beneficiários, para eles, isso contribui muito, levando em consideração que as despesas com alimentação, luz, água, internet e outros gastos básicos em uma residência não impacta em seus orçamentos.

Ora, não se trata aqui da defesa por transferência de renda, mas se observa o compromisso, a oportunidade e a igualdade de condições para o acesso e a permanência no espaço institucional, na educação superior a partir do olhar daqueles que já foram beneficiários. A responsabilidade compartilhada entre a instituição pública e seu corpo discente na efetivação de um mútuo compromisso firmado que leve à permanência e ao êxito. O ponto é chancelar uma exigência de oportunidade, que no mundo capitalista às vezes encontra-se na contramão de uma proposta emancipadora do agente social pautada pelas discussões acadêmicas contemporâneas.

Diante do que se observa, a bolsa por eles recebida é um plus que os motiva, nos próprios relatos é possível perceber que os recursos são investidos por eles, em algum projeto

que o consideram relevante para sua vida. A existência dessas políticas constitui, conforme (PIOVESAN, 2005, p. 49), “medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais e as mulheres, entre outros grupos”. Esses benefícios emergem como possibilidades para o desenvolvimento de atores sociais, muito embora os valores não sejam tão significativos, mas constitui-se como elemento motivador.

5. 6 A DISSERTAÇÃO FALA PELA MEMÓRIA DO(A)S EGRESSO(A)S: DA CONCEPÇÃO DE SUCESSO/ÊXITO ACADÊMICO

O(A)s egresso(a)s, quando compartilharam suas percepções, atribuíram significados ao Programa de Permanência e Êxito, ao processo de formação acadêmica, aos cursos superiores, aos programas de incentivos à permanência e o êxito, e às condições para o acesso a esses programas, que se aproximam e se diferenciam uns dos outros. Por meio das respostas aos questionários, e considerando as distintas percepções, tomo como objeto de análise, nesta seção, pensar essas atribuições sobre a forma que esse(a)s egresso(a)s significaram tal Programa, o cotidiano acadêmico, suas experiências e modificações, as interconexões relacionadas ao fato de serem beneficiários.

As análises das narrativas trouxeram à tona significados comuns produzidos pelo PPE na vida dos beneficiários do Instituto Federal Farroupilha no *Campus* São Borja nos cursos superiores, nos questionários realizados, quando observa-se as questões abertas elementos valorativos ao programa emergem na memória do(a)s egresso(a)s. Destaca-se a possibilidade de quando acadêmicos manterem-se na instituição durante seu processo de formação; a contribuição financeira como meio para compra de materiais úteis ao curso e ao desenvolvimento do estudante em sua vida acadêmica e cotidiana; fato que se evidencia quando “[...] comprei um notebook pra mim só com o dinheiro do projeto[...] Egresso(a) X04”, as várias possibilidades de apresentar trabalhos científicos e conhecer lugares diferentes; se manifestam na memória do(a) (Egresso(a) X4).

Os dados que estão a ser analisados prendem-se aos segmentos codificados no MAXQDA 2020, após um segundo momento e como forma auxiliar e complementar aos aspectos mais transversais das experiências relatadas pelos egresso(a)s, o uso da ferramenta MAXQDA foi fundamental para potencializar o processo de análise e os resultados aqui

apresentados. Partindo da experiência no processo de análise, existem os dados explícitos e outros que encontram-se retidos nas entrelinhas.

É difícil de falar em tudo o que o projeto contribuiu, por que são tantas coisas. Tipo, aprendizagem, as experiências vão ficar para sempre, eu me sinto realizado, apresentei trabalhos em eventos, e isso também é bom, submetemos e ficamos esperando para saber se foi ou não aprovado, quando saia o resultado sempre tinha comemoração, Eu aprendi a fazer isso no projeto, sei que muita coisa ainda vou aprender, principalmente na prática, se Deus quiser quero poder participar de outros projetos no futuro. Adquirimos experiência de como trabalhar como professor, essa é a palavra correta!. (Egresso(a) X 04).

A troca de saberes com personalidades relevantes no mundo da pesquisa acadêmica; a vivência da prática pedagógica; a possibilidade de conhecer as várias áreas de atuação do curso; o desafio em participar do Programa; o apoio e o fortalecimento das relações entre os colegas, assim como das relações sociais; a importância da vivência com os demais colegas para uma formação mais humana; é resgatado na descrição do(a) egresso(a) X09.

A concepção de êxito ao meu entender é uma importante via de reflexão que nos possibilita acender a resultados positivos e esperados, é uma ação proativa que determina o objetivo a ser alcançado. Em resumo é um fator necessário para o desenvolvimento do sucesso, o êxito é um aglomerado de acontecimentos positivos que dão sustentabilidade ao nosso sucesso acadêmico e posteriormente profissional.

O exemplo transmitido pelo(a) Egresso(a) X09 é bastante significativo na medida em que demonstra além da importância do êxito para a soma de resultados, uma consideração que é fundamentada por um “aglomerado de acontecimentos positivos” durante a experiência acadêmica no que para ele(a), resultam no sucesso.

Essa ideia de superação das dificuldades, social e profissional; a bolsa de estudos e a complementação da renda para o(a)s egresso(a)s quando acadêmicos; a elevação da autoestima; o desenvolvimento de noções de igualdade entre seus semelhantes; a possibilidade de realização de seus sonhos é atingindo em alguns trechos dos questionários, com a inserção e manutenção no mundo acadêmico, quando questionados sobre as contribuições do programa para a sua vida:

[...] expansão dos meus horizontes (a gente passa a saber se realmente é isso que queremos para o nosso futuro); reconhecimento pelos meus trabalhos; consegui me sustentar sem a necessidade de arranjar um emprego, isso é algo muito importante, sem o auxílio do programa eu não conseguiria me manter no IF, teria que arranjar um emprego, só que aí o senhor sabe! A vida da gente fica corrida, não teria como participar de projeto, o auxílio eu entendo que ele serve como um meio para facilitar a nossa permanência e daqueles que não tem muitas condições de pagar para estudar, é uma oportunidade que estão dando [...] (Egresso(a) X 07).

Ainda que já identificados os significados, restam pontos para amarrar entre o PPE e as categorias definidas para análise; suporte/informação da existência do PPE; propostas de integração dos agentes sociais as ações do PPE; a concepção de sucesso/êxito acadêmico; ações e concepções contributivas no processo de formação acadêmica dos egressos; e por fim a categoria “outros”, essa, compilando dados em que não encaixam nas demais categorias.

São esses pontos que artigo nesta seção: as afirmações que os documentos do Programa apresentam, as exclamações dos(as) pesquisadores(as) e teóricos(as) aqui utilizados(as), as reticências dos órgãos governamentais responsáveis pelas políticas públicas, as minhas interrogações sem contudo, um ponto final.

A importância do PPE está presente na linha e nas entrelinhas do(a)s questionário(s), marcando suas vidas acadêmicas, junto com suas vidas cotidianas, melhorando significativamente seu processo de formação acadêmica, ampliando suas visões sobre as possibilidades de atuação na carreira, dando-lhes a esperança da formação profissional com êxito e qualificação, tornando-lhes de acordo com suas descrições, inclusive pessoas mais humanas, que acreditam cada vez mais em sua capacidade intelectual e produtiva.

Como mencionado anteriormente, o(a)s egresso(a)s movimentaram-se na direção de superação das expectativas, o programa é capaz de elevar a autoestima dos jovens acadêmicos, proporciona o que para muitos é um sonho, para esses beneficiários tornou-se realidade e mais ainda, tornou a certeza de que o curso que escolheram será objeto de sua satisfação.

FIGURA 09: RESPOSTA OBTIDAS PARA A PERGUNTA: Como você avalia sua participação no programa?



Fonte: Gerada pelo MAXQDA 2020, considerando todos os dados obtidos nos questionários de 2022.

Percebe-se que o(a)s egressos(as) resgatam lembranças qualitativas do PPE que se entrelaçam ao que consideram contribuições, neste recorte, estabelece que: “Os significados do programa vão muito além das nossas expectativas [...]”, descreve o(a) (Egresso X 01), outro(a) considera que:

“[...] a minha realidade está muito ligada ao meio rural a pequena propriedade, **ter acesso a uma graduação significa muito**, a vida para quem tem uma pequena propriedade é de bastante luta e dificuldades, as oportunidades de trabalho na nossa região também são difíceis, a importância da graduação na vida da gente já significa um futuro diferente, uma oportunidade muito maior para conseguir um trabalho. Eu acredito que a nossa felicidade está relacionada com as nossas condições econômicas, ela complementa bastante. (Egresso X07, grifo meu).

Outro enfatiza que a participação, “[...] é uma coisa surreal [...]” este mesmo complementa, “[...] eu fui num evento Nacional de professores de matemática então tipo imagina eu estava lá por causa de um projeto que eu apresentei e estava no meio de professores mestres e doutores sabe [...]” (Egresso(a) X04), mesmo que os egressos participantes da pesquisa sejam formados em áreas do conhecimento distintas e da mesma forma tenham concluído sua graduação em períodos distintos, a relação que se percebe nas diferentes respostas mantém similaridade, conforme descreve o Egresso X09 em resposta a pergunta de número 31:

As contribuições soma-se desde aquelas relacionadas financeiramente até as que possuem um caráter mais psicológico, onde o acompanhamento da professora é mais pontual, ao entrarmos no programa de permanência assumimos um compromisso relacionado ao projeto que a professora pretende executar, nos reuníamos na época semanalmente, para organizar as ações do projeto e para escrever artigos e depois publicar. A autonomia que eu adquiri hoje está basicamente relacionada com o fato de eu ter sido bolsista em dois projetos naquela época, isso me deu segurança para falar em público e motivação para buscar cada vez mais conhecimento. Esse programa é a porta de entrada para realização do sonho da graduação.

Contudo, cabe salientar que essas políticas de amparo a educação tecnológica e profissional emergem como uma conquista social de amplo espectro no cenário nacional, possuem significações e mudanças produzidas nas vidas do(a)s egresso(a)s, longe de serem consideradas como as melhores, mas até o momento elucidam positivos resultados nas vidas dos beneficiários.

QUADRO 08: RESUMO DOS CONCEITOS ESTABELECIDOS NAS CATEGORIAS DE ANÁLISE DEFINIDAS.

egresso(a)	categorias	Suporte/informação da existência do PPE	Propostas de integração dos agentes sociais as ações do PPE	Concepção de sucesso/êxito acadêmico	Ações e concepções contributivas no processo de formação acadêmica dos egressos	Outros
X01		considerada insuficientes	proporcionou integração, relevante em todas as respostas	obtenção de excelência nos resultados	visibilidade do profissional e inserção profissional	superação das expectativas
X02		considerada satisfatória	as resposta não demonstram grande convicção	conquista na obtenção de projetos	possibilidade de conclusão do curso	superação das expectativas
X03		considerada satisfatória	proporcionou participação e interação	conquista na obtenção de projetos	contribuições para o ensino aprendizagem	abriu espaço para melhor envolvimento institucional
X04		considerada satisfatória	integração científica, colegas e professores	realização de um sonho	experiência, convivência e prática	a descoberta de novas subáreas
X05		considerada satisfatória	integração científica, colegas e professores	realização de um sonho	experiência, convivência e prática	superação das expectativas
X06		considerada satisfatória	integração científica, colegas e professores	realização de um sonho	experiência, convivência e prática	superação das expectativas
X07		considerada satisfatória	visibilidade para o acadêmico e integração	realização de um sonho	experiência, convivência e prática	superação das expectativas
X08		considerada satisfatória	representatividade e nas produções e ações desenvolvidas	qualidade e excelência	profissionalismo, determinação, pontualidade e qualidade	superação das expectativas
X09		considerada satisfatória	auxiliam na produção e valoração do saber	assertividade, excelência	maior domínio técnico	superação das expectativas
X10		considerada insuficientes	diminui o distanciamento professor/acadêmico	qualidade e sonho alcançado	experiência, vivência, conhecimento	política de manutenção

Elaboração: Do autor, 2022.

Os eixos que compõem e sustentam o quadro estão pautados nas expectativas de uma Política Pública que tange à permanência e o êxito na educação superior e que minimize o problema público em questão. Os itens mencionados como categorias de análise fazem parte de um ciclo que se estabelece como objetivos para a superação do problema.

Nesse viés as informações obtidas por meio deste estudo indicam que a política do PPE, na percepção do(a) egresso(a) contribui para a expansão da permanência dos estudantes da graduação, mas como evidência, os recursos disponíveis ao desenvolvimento do acadêmico no processo de formação ainda é prudente que seja reajustado, com o propósito de melhor atender as necessidades do estudante.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após longas laudas de reflexões, análises, construções, reconstruções e diria, de uma experiência ímpar, chega-se ao momento único, singular, o início desta seção, a qual tem como intuito arrematar os pensamentos e análises desenvolvidas, tendo como base a memória dos egressos, buscou-se sintetizar as informações, resultados e objetivos alcançados. É nestas últimas páginas que estou finalizando a escrita, mas muito longe de concluí-la. As inquietações mergulham na necessidade em aprender mais, nos realizamos cada vez que descobrimos algo novo, que compartilhamos e que aprendemos. Já dizia Guimarães Rosa: “Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende” (Grande Sertão).

Os Institutos Federais de Educação vivenciaram no início dos anos 2000 o período mais expressivo de sua história secular. A ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, o processo de expansão dos IFs propiciou um aumento extraordinário no número de cursos e de vagas, no entanto, as políticas de acesso, permanência e êxito, precisaram de olhares específicos e políticas públicas desenhadas para minimizar a problemática que surgia, os índices de evasão e retenção acenderam um sinal de alerta na Rede. É indiscutível, sua magnitude, os Institutos Federais materializaram a verticalização na educação o atendimento está dimensionado desde à educação básica, profissional, superior, mestrado e doutorado, assim, contribuindo na perspectiva de desenvolvimento local, regional e do País.

Acredita-se que este trabalho se apresenta como uma ferramenta didática útil, especialmente para pesquisadores em fase inicial que possuam o interesse pela análise, avaliação ou para aprofundamento na política pública do PPE, em uma instituição “X” ou em

seu formato geral, ainda pode ser útil para a própria instituição servindo como mecanismo que sintetiza dados e afasta a subjetividade sobre as proposições do programa.

A proposta desta dissertação, traça desde a introdução, o interesse em sanar as interrogações e inquietações a respeito de como os Egressos da Educação Superior Perceberam a Política Pública do Programa de Permanência e Êxito no Instituto Federal Farroupilha *Campus* São Borja, política pública implementada em resposta ao Acórdão nº 506/2013 com o Tribunal de Contas da União, dados os elevados índices de evasão e retenção na Educação Profissional e Tecnológica.

O resultado das respostas aos questionários não seguiu uma padronização homogênea, os discursos dos egressos usualmente manteve-se o tema central, mas também temas secundários vieram à tona, questões especiais, respostas distintas, detalhes que se prendem a memória puderam ser observáveis, possibilitando a obtenção da percepção. Para evitar a identificação dos egressos, e manter o que lhes foi proposto no TCLE, os denominamos de “X01, X02, X03, X04, X05, X06, X07, X08, X09 e X10”.

Com propósito de sanar parte da problemática acadêmica, propõe-se uma política que fosse capaz de minimizar tais índices de migração dos estudantes e evasão, abrangendo, tanto os cursos técnicos como as graduações. No entanto, tal política ainda mostra-se com um certo grau de dificuldade em consolidar seu objetivo geral, nesse sentido, embora tenha havido um aumento significativo da abrangência, as autoras (DUTRA; SANTOS, 2017, p. 158) consideram que “o principal desafio da política de Assistência Estudantil na atualidade é a ampliação dos recursos orçamentários em correspondência com essas políticas expansionistas do Governo Federal” as autoras consideram insuficientes os recursos para atender às crescentes demandas.

Os fatos referenciados pelas autoras coincidem com as agruras dos(a) egressos(a), foi perceptível que mesmo o PPE sendo considerado uma política pública de relevância indispensável para a permanência e o êxito acadêmico, não se descarta a necessidade de um valor mais elevado para o custeio e manutenção dos acadêmicos.

Na investigação os dados demonstram que os egressos percebem a importância e contribuições do programa no desenvolvimento do processo de formação em nível superior. Sobretudo, os dados desta investigação somaram-se relevantes para que possa traduzir a percepção acadêmica; e o olhar quanto a efetividade de fato, da política pública do Programa de Permanência e Êxito, espera-se que esse material possa servir de suporte para outros trabalhos ou até mesmo instigar o desencadeamento de novas pesquisas.

Diante dessas circunstâncias, acredita-se que o desenvolvimento da investigação permitiu produzir informações quixas observadas antes, quando levado em consideração o olhar dos egressos conhecendo a relevância, sua contribuição socioeconômica, entre outros fatores que podem ser considerados relevantes durante a trajetória de formação. A análise investigativa foi um instrumento que produziu reflexões e questionamentos que surgiram repetidamente durante a análise e interpretação dos dados.

No desenvolvimento da análise, percebeu-se que algumas ações não são vistas pelos(as) egresso(as) como inerentes à Política de Assistência Estudantil. Tal fato contribui para que essa política seja vista por parte da comunidade acadêmica principalmente como ações de acesso limitado ou como mais uma atividade para sobrecarregar o acadêmico. Essa característica de familiarização posterior ao benefício, que tem qualificado o PPE, dificulta, em parte, o envolvimento e a procura por conhecimento sobre as atividades ligadas ao Programa.

O contexto da desigualdade social no Brasil trata-se de um processo histórico, no entanto, a educação superior, em especial a ofertada pela universidade pública emerge como um espaço de valoração das diferenças sem hierarquias, abre horizontes para reforçar o direito à educação como inalienável e um espaço para a construção e desenvolvimento de um projeto de vida, é nesse sentido, que o PPE amplia o compromisso em proporcionar o encontro de sujeitos singulares com histórias reais, dando-lhes a oportunidade para o acesso, permanência e êxito.

As ações voltadas à educação superior, ao trabalho, à geração de renda e ao desenvolvimento social, propostas, têm demonstrado um campo privilegiado para exercitar as políticas sociais, sob novas práticas e vivências de igualdade e de autonomia para os atores sociais menos favorecidos, diante do que se pode observar na perspectiva do(a)s egresso(a)s, vejo que o PPE fez com que os mesmos pudessem sentir-se “parte de um sistema”, motivando-os, elevando a autoestima e acima de tudo possibilitando um projeto de vida profissional.

Acredita-se que discussões e resultados aqui encontrados devem ser levados em consideração na formulação e aperfeiçoamento das políticas sociais, a fim de atenderem aos interesses do público beneficiário. Não há dúvida que o crescimento dos IFs, está direcionado para o ensino técnico e tecnológico, é uma importante oportunidade para que o sonho de muitos acadêmicos tornarem-se realidade, mobilizando os agentes públicos na construção de alternativas verdadeiramente emancipatórias e, por isso mesmo, para além da desigualdade social. Cabe também aos IFs educar para o enfrentamento de problemas públicos, que

perpassam além da inclusão no mundo acadêmico, levando em consideração a pluralidade social dos beneficiários em seus múltiplos atravessamentos.

Sendo assim, torna-se imprescindível que se amplie a discussão acerca desse debate para que se firme uma política pública de permanência e êxito aos acadêmicos, com características cada vez mais robusta e eficaz, comprometida com os reais interesses e necessidades estudantis, na perspectiva do direito social, valorizando a construção dos princípios democráticos a fim de se alcançar uma política realmente promotora do sonho em um futuro melhor.

REFERÊNCIAS

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos; LOPES, Doraci Alves. **Evasão e avaliação institucional no ensino superior:** Uma discussão bibliográfica. Avaliação (UNICAMP), v. 16, p. 355-374, 2011.

BARDAGI, Marucia; HUTZ, Claudio Simon. **Evasão universitária e serviços de apoio ao estudante:** uma breve revisão da literatura brasileira. Psicologia Revista, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 279-301, 2014. Disponível em: Psicologia Revista (pucsp.br). Acesso em 11 de out. de 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** 1988.vol. VII. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos.

_____. **Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007** - Institui o programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais - Reuni. Disponível em: Decreto nº 6096 (planalto.gov.br). Acesso em 18 de dez. de 2020.

_____. Lei que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm . Acesso em 22 set. 2020.

_____. Lei que institui o Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 1.920, de 25 de julho de 1953.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1920-25-julho-1953-367058-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 22 set. 2020.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Fixa%20as%20Diretrizes%20e%20Bases%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional.&text=a%20condena%C3%A7%C3%A3o%20a%20qualquer%20tratamento,de%20classe%20ou%20de%20ra%C3%A7a>. Acesso em 22 set. 2020.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.html. Acesso em 20 de jun. de 2020.

_____. Plano Nacional de Educação. **Lei 13.005/2014.** Disponível em: https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em 06 de mai. de 2020.

_____. Relatório do Tribunal de Contas n. 506/2013. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 abr. 2013. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=163&data=18/03/2013>>. Acesso em 17 de jun. de 2020.

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Reitoria. **SETEC 2014 RESOLUÇÃO 178 PPE**. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKewiX4YaN1-r8AhVblZUCHcmqCTgQFnoECAkQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.iffarroupilha.edu.br%2Fcomponent%2Fk2%2Fattachments%2Fdownload%2F20928%2F678063b3d55f50113928e95f6ce93fe6&usg=AOvVaw0po3aK9G8Ic6CbCcW3nHUI>. Acesso em 06 de mai. de 2020.

CAMPELLO, Antonio de Vasconcellos Carneiro; LINS, Luciano Nadler. **Metodologia de análise e tratamento da evasão e retenção em cursos de graduação de instituições federais de ensino superior**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 28., 2008, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Disponível em: TN_STO_078_545_11614 (abepro.org.br). Acesso em 11 de out. de 2021.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo . A expansão e o acesso ao Ensino Superior: os novos desafios da educação brasileira. In: SOUSA JUNIOR, L; FRANÇA, M; FARIAS, M. S. B. de (Orgs.). **Políticas de Gestão e Práticas Educativas: a qualidade do ensino**. Brasília: Liber Livro, 2011.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A; SILVA, Roberto. **Metodologia científica. 6 ed.** São Paulo: Pearson Universidades, 2006.

CIAVATTA, Maria. **A historiografia em trabalho-educação: como se escreve a história da educação profissional**. 1 ed. Uberlândia / Minas Gerais: Navegando Publicações, 2019.

CORTELLA, Mario Sergio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

CUNHA, L.A., Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T; FARIA Fº., L. M., VEIGA, C. G. (Orgs.) **500 anos de Educação no Brasil**. 5 ed. Belo Horizonte. Autentica, 2011. Cap. 7.

CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Elisa Antônia. **A técnica do questionário na pesquisa educacional**. Revista Evidência, v. 7, n. 7, 2012.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789, set./dez. 2011.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362017000100006>. Acesso em: 02 de jul. de 2022.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre, RS: Artmed/Bookman, 2009.

FREIRE, Paulo. A alfabetização de adultos: crítica de sua visão ingênua; compreensão de sua visão crítica. In: **Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. Arquivo PDF. Disponível em: http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/A%C3%A7%C3%A3o_Cultural_para_a_Liberdade.pdf. Acesso em: 20 de jul. de 2020.

FREIRE, Paulo. Educação: o sonho possível. In: BRANDÃO, C. R. (org.) **O educador: vida e morte**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p 08.

GIALDINO, Irene Vagilachis de. **Estratégias de Investigação qualitativa**. Barcelona: Gedisa, 2006.

HONORIO, M. Velasco; RADA, Ángel Díaz. **El trabajo de campo. La lógica de la investigación etnográfica**. Un modelo de trabajo para etnógrafos de la escuela. Madrid: Ed. Trotta. 1997.

KOPNIN, P. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LASSWELL, Harold D. *The Analysis of Political Behavior. An Empirical Approach*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1948.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LOZANO, M. A., M. **Causas de evasão em programas de qualificação profissional: análise dos casos de Osasco e Bogotá**. Escola de Administração Pública de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), São Paulo, 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. **A sagrada família**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, D. C. **Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização**. Rev. enferm. UERJ, Rio de Janeiro, 2008 out/dez; 16(4):569-76.

PARAÍSO, Marlucy Alves. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas**. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs.). Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

- PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação**. 1 ed. São Paulo: Xamã, 2001.
- PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **História da educação: de Confúcio a Paulo Freire**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- PIOVESAN, Flávia. **Políticas Inclusivas e Compensatórias**. Cad. Pesquisa 35 (124). Abr 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742005000100004>. Acesso em: 20 de jul. de 2022.
- POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro P.. **Pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. 4 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- QUIVY, Luc Van Campenhoudt Raymond. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 4ª ed. Lisboa, Ed. Gradiva, 2005. p 27.
- SABINO Carlos A. **El Proceso de Investigación**. Buenos Aires: Lumen Humanitas, 1996.
- SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernandez; PILAR, Lucio Baptista. **Metodología de la Investigación**. 2. Ed. México: Mc Graw Hill, 2004.
- SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas**. São Paulo: Autores Associados, 2ª ed., 2008. (Coleção Memória da Educação).
- SCHIMIDT, Luciana; OHIRA, Maria Lourdes Blatt. Bibliotecas virtuais e digitais: **análise das comunicações em eventos científicos (1995/2000)**. Ciência da Informação, Brasília: v.31, n.1, jan. 2002.
- SEBRAE: **Perfil das Cidades Gaúchas, 2020 - Sao_Borja**. Disponível em: https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Sao_Borja.pdf. Acesso em: 22 mar. 2021.
- SERAFIM, M. P.; Dias, R. de B. **Conceitos e ferramentas para análise de política pública**. In: BENINI, Édi. et al. (Org.). Gestão social e gestão pública: interfaces, delimitações e uma proposta. Gestão Pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 332.
- SEVERINO, Antônio J. (2000). **Educação, trabalho e cidadania: A educação brasileira e o desafio da formação humana no atual cenário histórico**. São Paulo em Perspectiva, 14(2), 65-71.
- SILVA, J. S. da; CASTRO, A. M. D. A. **Políticas de expansão para o ensino superior no contexto do Reuni: A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NA UFRN**. HOLOS, [S. l.], v. 6, p. 206–224, 2015. DOI: 10.15628/holos.2014.2152. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/2152>. Acesso em: 30 jul. 2022.

SILVA, Fabiane Ferreira. **Mulheres na ciência: vozes, tempos, lugares e trajetórias** 2012. 147 f. Tese Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012.

VEIGA, Ilma Passos (coord.). **Repensando a Didática**. Campinas: Papyrus, 1989.

VEIGA-NETO, Alfredo José da. **A ordem das disciplinas**. 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

VIEIRA, H. C.; CASTRO, A. E.; SCHUCH, V. F. J. **O uso de questionários via e-mail em pesquisas acadêmicas sob a ótica dos respondentes**. In: SEMEAD SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 13.2010, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: PUCRS, 2010. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/13semead/resultado/trabalhosPDF/612.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

ZAINKO, M. A. S.; COELHO, R. H. N. Avaliação e reformas da educação superior no Brasil. In: EYNG, A.M.; GISI, M.L. (org.) **Políticas e gestão da educação superior: desafios e perspectivas**. Ijuí. Unijuí, 2007. Capítulo 3.

Anexo:

TEMA

POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: uma análise sobre a percepção dos egressos quanto a política do *Programa de Permanência e Êxito* do Instituto Federal Farroupilha no *campus* São Borja/RS (2016 - 2020).

Objetivo Geral:

Analisar como os egressos da educação superior perceberam a Política Pública do Programa de Permanência e Êxito no processo de formação acadêmica no Instituto Federal Farroupilha Campus São Borja.

Objetivos específicos:

Como objetivos específicos, mapeou-se através de uma geografia extrato os locais de origem de cada egresso participante da pesquisa e do programa em investigação, sucessivamente buscou-se compreender como esse programa passou a ser percebido na trajetória de formação dos egressos beneficiários; analisou os elementos que traduzem as definições atreladas à percepção, e por fim analisou-se as relações intrínseca entre as políticas públicas e o PPE.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Convidamos o(a) Senhor(a) para participar **voluntariamente**, do questionário abaixo, etapa de coleta de dados da pesquisa **“POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: uma análise sobre a percepção dos egressos quanto a política do *Programa de Permanência e Êxito* do Instituto Federal Farroupilha no *campus* São Borja/RS (2016 - 2020)”**, coordenada pelo professor Daniel Sarmento Pereira, aluno do Mestrado em Políticas Públicas. (MPP/UNIPAMPA - São Borja-RS) e orientando do professor Dr. Muriel Pinto, Docente da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA - São Borja-RS). O objetivo da pesquisa é compreender a significação do Programa de Permanência e Êxito na vida dos egressos do Instituto Federal Farroupilha - *Campus* de São Borja (RS) no período em que foram beneficiário do programa.

Caso o(a) senhor(a) concorde em participar, **observe com atenção** os seguintes pontos: i) o questionário levará em torno de 30 **minutos**; ii) o (a) senhor(a) é livre para, a **qualquer momento**, recusar-se a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento de qualquer natureza; iii) o (a) senhor(a) **pode deixar** de participar da pesquisa, sem a necessidade de apresentar justificativas para isso; iv) sua identidade será mantida **em sigilo** e em nenhum momento seu nome será mencionado nos resultados; v) o (a) senhor(a) poderá ser informado(a) de todos os resultados obtidos com a pesquisa posteriormente.

A fim de manter a identidade dos(a) colaboradores em sigilo, todas as informações obtidas serão analisadas de maneira agregada, resguardando sua confidencialidade. Não ocorrerá, em **nenhuma hipótese**, a associação imediata da informação concedida pelo(a) Sr(a) e o seu

nome. Ademais, *não há despesas pessoais e/ou compensação financeira para o participante em qualquer fase do estudo. O conteúdo deste TCLE obedece aos procedimentos éticos recomendados pela Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.*

Por fim, o Coordenador do Projeto garantem que **não há riscos** de qualquer natureza para os participantes desta pesquisa e se colocam à disposição, em qualquer momento, para o esclarecimento de dúvidas (contato: Daniel Sarmento Pereira. 55-984312895 ou Muriel Pinto: murielpinto@unipampa.edu.br)

Declaro ter sido suficientemente informado sobre o caráter deste questionário e conteúdos da etapa da Pesquisa. Ficaram claros para mim os objetivos do estudo, a garantia de confidencialidade e a possibilidade de obter esclarecimentos em qualquer tempo. Assim, concordo voluntariamente em fornecer informações para contribuir com a pesquisa.

São Borja-RS , 05 de novembro de 2021.

INSTRUMENTO DE PRODUÇÃO DE DADOS

(as respostas quando necessário podem ser colocadas na folha em branco que segue em anexo)

- 1) Que idade você tem?
- 2) Em que lugar você nasceu?
- 3) Onde reside atualmente?
- 4) Como está composta tua família? () 01 - 03 () 04 - 06 () 07 ou mais pessoas.
- 5) Existem pessoas de sua família que possuem curso superior? () Não () Sim/quantas __
- 6) Atualmente você encontra-se trabalhando? () Sim () Não
- 7) Qual graduação você cursou no IFFar? () Lic. Matemática () Lic. Física () Tecnologia em Gestão de Turismo () Tecnologia em Gastronomia () Bacharelado em Sistemas de Informação.
- 8) Como foi a escolha de estudar no Instituto Federal Farroupilha?
- 9) Conte-me como descobriu a existência do Programa de Permanência e Êxito?
- 10) As primeiras informações foram suficientes para que pudesse ficar ciente do que realmente tratava o PPE? () Sim () Não
- 11) Você acredita ter conhecido bem as estruturas do programa? () Sim () Não
- 12) Você sabia da existência do programa logo que ingressou na educação superior? () Sim () Não
- 13) Existia algum tipo de identificação do programa que vocês utilizam, exceto “Programa de Permanência e Êxito”? () Não () Sim/ qual: programa de permanência
- 14) Quando lhes apresentaram o programa qual foi a forma de identificação que utilizaram, você lembra? () Não () Sim/exemplifique-a se possível:

- 15) Quais foram os procedimentos para você acessar o PPE?
- 16) Como foi o processo de inscrição, pode nos definir?
- 17) Quais foram os documentos solicitados para participar do PPE, existem prazos que você precisava estar atento e como decorre essas etapas?
- 18) Existiram momentos em que você precisou pedir ajuda a alguém?
() Não () Sim/ para quais pessoas?
- 19) Você considera que as ferramentas de divulgação do programa esclarecem aos estudantes todas as informações necessárias?
() Sim
() em partes/porque?
() Não
- 20) Participastes de outros processos seletivos em programas anteriores? () Não () Sim/quais?
- 21) Explique-nos como foram disponibilizados os recursos para você e como era essa periodicidade de repasses?
- 22) Como estava organizado seu tempo de estudo antes de participar do programa? () Sem tempo, estudava apenas no período de aula () 01h - 02h diárias () 03h - 04h diárias () 05h ou mais.
- 23) Você notou que sua rotina de vida foi modificada após tornar-se beneficiário do programa? () Não () Sim
- 24) Por que elegeram você como beneficiário do programa?
- 25) Durante esse tempo que foi beneficiário do PPE você acredita que o programa trouxe alguns benefícios ou atrapalhou sua vida acadêmica?
- 26) Como você avalia sua participação no programa?
() Totalmente satisfeito
() Parcialmente satisfeito
() Satisfeito
() Parcialmente insatisfeito
() Insatisfeito
- 27) O auxílio/benefício correspondia às suas necessidades?
() Sim () Não/por que?
Outras informações que deseja pontuar:
-

28) Existiam algumas obrigações que você possui sendo beneficiário(a) do programa?

Não Sim/quais?

29) Quais eram suas expectativas em relação ao programa antes de tornar-se beneficiário?

30) Conte-nos um pouco de sua experiência dentro do programa?

31) Houve contribuições do programa para o desenvolvimento acadêmico?

Não Sim, qual(is)?

32) Para você o que significa êxito?